

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRPE/SEDE**

RECIFE/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da
UFRPE/Sede**

Reitora

Professora Maria José de Sena

Vice-Reitor

Professor Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitor de Administração - PROAD

Professor Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitora de Atividades de Extensão - PRAE

Professora Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitor de Gestão Estudantil e Inclusão - PROGESTI

Professor Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PREG

Professora Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN

Carolina Guimarães Raposo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Dados gerais:

Tipo: (x) Bacharelado; () Licenciatura.

Modalidade: (x) Presencial; () À distância.

Denominação do Curso: Ciências Econômicas.

Habilitação: Bacharelado.

Local de oferta: Universidade Federal Rural de Pernambuco/Sede.

Turno(s) de funcionamento: Noturno (18h30 às 21h50).

Nº de vagas/semestre: 40.

Periodicidade de oferta: Semestral.

Carga horária total: 3.000 horas.

Ato regulatório do Curso: Portaria MEC Nº 273, de 03 de abril de 2017.

Mantenedora: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

CNPJ: 24.416.174/0001-06.

Corpo dirigente:

Nome: Maria José de Sena.

Cargo: Reitora.

Telefone: (81) 3320-6001.

Fax: (81) 3320-6023.

E-mail: reitoria@reitoria.ufrpe.br

Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife, PE, CEP: 52.171-900.

Base legal do Curso:

Este Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas encontra-se embasado nas seguintes resoluções:

- Resolução CNE/CES nº 04, de 13 de julho de 2007, que institui as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Ciências Econômicas;
- Resolução UFRPE/CEPE nº 220, de 16 de setembro de 2016, que normatiza a elaboração de Projetos Pedagógicos no âmbito da UFRPE;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que regulamenta Diretrizes Curriculares para educação das relações étnico-raciais;
- Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002, que regulamenta a política nacional de educação ambiental;
- Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que regulamenta a oferta de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação;
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2010).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	4
2	HISTÓRICO DA UFRPE.....	7
2.1	Histórico do Curso.....	11
2.2	Justificativa para Oferta do Curso.....	16
3	OBJETIVOS DO CURSO.....	20
3.1	Objetivo Geral.....	20
3.2	Objetivos Específicos.....	20
4	PERFIL DO PROFISSIONAL.....	21
5	COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES.....	23
6	CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	25
7	REQUISITOS DE INGRESSO:.....	26
7.1	Ingresso Através do SiSU.....	26
7.2	Ingresso Extra.....	27
8	ESTRUTURA CURRICULAR.....	31
8.1	Matriz Curricular.....	35
8.2	Representação Gráfica da Matriz Curricular.....	38
8.3	Ementas das Disciplinas por Componente Curricular.....	40
8.4	Equivalência dos Componentes Curriculares.....	77
8.5	Funcionamento do Curso.....	80
8.6	Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO).....	82
8.7	Normas/Orientações para ESO.....	85
8.8	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	86
8.9	Atividades Acadêmicas Complementares (AAC).....	87
9	METODOLOGIA e AVALIAÇÃO.....	89
9.1	Metodologia de Ensino-Aprendizagem.....	89
9.2	Avaliação do Ensino-Aprendizagem.....	92
9.3	Mecanismos de Avaliação do Curso.....	94
10	ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	98
11	FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD).....	100
12	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	102
13	Políticas de integração com a pós-graduação.....	103
14	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSIONISTA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO.....	104
15	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's).....	107
16	APOIO AO DISCENTE.....	109
17	ACESSIBILIDADE.....	113
18	INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	115
18.1	Laboratórios.....	116
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A.....	118
	APÊNDICE B.....	134

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

APÊNDICE C.....	148
APÊNDICE D	160
APÊNDICE E.....	162

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1 APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas é o documento norteador da concepção e da organização do mesmo, fundamentado na gestão pedagógica, acadêmica e administrativa, que atende às normas gerais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e, especialmente, à Resolução CNE/CES nº 04/2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Bacharelados em Ciências Econômicas.

Como instrumento de gestão, o PPC tem por objetivo definir as diretrizes a serem percorridas com vistas a formar cidadãos dentro de suas habilidades e competências, mas, em especial, formar cidadãos prontos para transformar o modelo de sociedade que está posto. Por isso, procurou-se atentar para a nova realidade do mercado de trabalho, buscando uma nova integração com as demandas da sociedade sem, no entanto, deixar de lado os princípios que definem o papel do economista tal como fundamentado nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Para isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais indicam claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, as competências e as habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do Curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado, em caráter opcional, e o Trabalho de Conclusão de Curso, como componente obrigatório, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o Projeto Pedagógico.

Apesar de, em 2010, o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede ter realizado ajustes para atender à diligência do MEC, desde 2007, quando foi implementada a matriz vigente, não houve revisão do ementário e adequação das referências bibliográficas, tendo as alterações se restringido à inserção de novas disciplinas optativas e isolados

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

reajustes de ementas. Este longo intervalo sem atualização do Curso se reflete em referências bibliográficas defasadas, superposição de conteúdos em algumas disciplinas e ausência de conteúdos relevantes nas ementas.

Em função do exposto, esta revisão do PPC busca, dentre outras questões, atualizar o ementário do Curso, no que se refere à superposição de conteúdos, à defasagem programática e à desatualização de referências bibliográficas; adequar as disciplinas de Cálculo NI e NII, para que atendam às especificidades do Curso, ; assim como atualizar a ementa da disciplina de Introdução à Microinformática.

Este PPC está estruturado em seções ordenadas em consonância com a lógica de organização e planejamento do Curso, desde a sua concepção até a avaliação e o planejamento do mesmo. Inicialmente é apresentado o histórico da UFRPE, assim como a história do Curso de Ciências Econômicas nesta instituição. Nesse ponto foi feito relato histórico em que são apresentados os perfis curriculares do Curso desde o início, até o momento atual, e como seu perfil foi modificado, passando de um curso com Ênfase em Economia Rural, para atender os cursos de Ciências Agrárias da UFRPE e para se diferenciar do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); para um curso mais generalista. Também são apresentados os objetivos do Curso, o perfil do profissional economista e seus campos de atuação profissional.

Em seguida, o documento traz a estrutura curricular do Curso, seu modo de funcionamento, o tempo mínimo e o máximo para integralização do mesmo, as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas, bem como as normas e as orientações para o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Acadêmicas Complementares.

Posteriormente, são apresentadas as metodologias que facilitam as relações de ensino-aprendizagem e os mecanismos de avaliação adotados pela instituição, descrevendo como o Curso se propõe uma autoavaliação e como os indicadores de avaliação institucional interna e externa podem contribuir para a melhoria contínua do Curso.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Finalmente, o documento apresenta orientações para o funcionamento administrativo do Curso (NDE e CCD), assim como a apresentação das políticas institucionais que apoiam o funcionamento do mesmo, como políticas de apoio aos discentes, políticas de acessibilidade, fomento à produção científica e disponibilidade de estrutura física mínima para o pleno andamento do Curso.

Pretende-se, a partir deste documento, a produção de informações e dados que retroalimentem o PPC, no sentido de buscar a excelência a partir do planejamento de ações específicas que promovam a melhoria contínua do Curso.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

2 HISTÓRICO DA UFRPE

Segundo publicação comemorativa do centenário da instituição (UFRPE, 2013), a Universidade Federal Rural de Pernambuco tem sua origem datada no dia 03 de novembro de 1912, na cidade de Olinda-PE, a partir do lançamento da pedra fundamental das Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária São Bento. Em 1913, foi ministrado o Curso Preparatório para candidatos aos Cursos de Agronomia e de Medicina Veterinária e, em 1º de fevereiro de 1914, o Abade Dom Pedro Roeser inaugurou a Escola Agrícola e Veterinária de São Bento, as quais funcionaram em instalações anexas ao Mosteiro de São Bento, em Olinda.

Em 07 de janeiro de 1917, o Curso de Agronomia, como Escola Superior de Agricultura São Bento, foi transferido para o Engenho São Bento, uma propriedade da Ordem Beneditina localizada no Município de São Lourenço da Mata-PE, permanecendo o Curso de Medicina Veterinária em Olinda, compondo a Escola Superior de Veterinária São Bento.

Em 09 de dezembro de 1936, a Escola Superior de Agricultura São Bento foi desapropriada pela Lei nº 243 do Congresso Estadual e Ato nº 1.802 do Poder Executivo Estadual, passando a denominar-se Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP), a qual foi transferida para o bairro de Dois Irmãos, no Recife, pelo Decreto nº 82, de 12 de março de 1938. No mesmo ano, foram anexados à ESAP o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Granja de Dois Irmãos e o Jardim Botânico.

No ano de 1947, através do Decreto-Lei nº 1.741, de 24 de julho, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP) passou a ser denominada Universidade Rural de Pernambuco (URP). Através da Lei nº 1.837, de 17 de março de 1954, a URP passa a

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

incorporar a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, o Curso de Economia Doméstica Rural e a Escola Agrotécnica de São Lourenço.

No ano seguinte, a Universidade Rural de Pernambuco (URP) foi federalizada e passou a integrar o Sistema Agrícola Superior do Ministério da Agricultura, através da Lei nº 2.524, de 04 de julho de 1955, combinada com a Lei Nº 2.290, de 13 de outubro de 1956. Com a promulgação do Decreto Federal Nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

No início dos anos 1970, a Universidade passou por reformas estruturais, que caracterizou momento de grandes transformações, como a mudança do sistema acadêmico para o regime flexível de créditos e a criação de novos cursos de Graduação: Zootecnia, Engenharia de Pesca, Ciências Domésticas, Bacharelado em Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências Agrícolas. Em 1976, dando continuidade a esse processo de desenvolvimento, foram implantados os cursos de Engenharia Florestal e Licenciatura em Ciências, com habilitações em Física, Química, Matemática e Biologia.

Ainda na década de 1970, a UFRPE iniciou suas atividades de oferta de Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com a criação do Mestrado em Botânica (1973). A década seguinte se destacou pela reformulação do Curso de Licenciatura em Ciências, com suas habilitações. No ano de 1988, esse curso foi desmembrado em quatro novos cursos: Licenciatura Plena em Física, em Química, em Matemática e em Ciências Biológicas, com início de funcionamento no primeiro semestre letivo de 1989.

Em 1990, foram criados os cursos de Licenciatura em História, Bacharelado em Ciências Sociais e Bacharelado em Ciências Econômicas, os dois últimos com ênfase em Sociologia Rural e Economia Rural, respectivamente. Com a criação desses novos cursos, extinguiu-se gradualmente o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais com habilitação em Moral e Cívica. Ainda em 1990, novos currículos foram adotados em todos os cursos de graduação, assim como foi implantado o sistema seriado semestral naqueles de turno diurno.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O desenvolvimento da UFRPE continuou nos anos 2000, com a criação dos cursos de Licenciatura em Computação e Engenharia Agrícola, em 2001. Contudo, o principal marco dessa década se traduz na criação das Unidades Acadêmicas, em 2005, através do Programa de Expansão do Sistema Federal do Ensino Superior. Nesse sentido, a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) foi a primeira expansão universitária a ser instalada no país, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2005, com os cursos de Agronomia, Licenciatura Normal Superior, atualmente Licenciatura em Pedagogia, Medicina Veterinária e Zootecnia. Em 17 de outubro de 2005, com a aprovação da Resolução CONSU nº 147, a UFRPE implantou a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), com os cursos de graduação em Agronomia, Bacharelado em Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Engenharia de Pesca, Sistemas de Informação e Licenciatura Plena em Química.

Ainda no processo de expansão e inclusão social, em 2005, através do Programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação, a UFRPE iniciou as atividades de ensino de graduação na modalidade à distância. Em 2006, o MEC implantou o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo como prioridade a formação de profissionais para a Educação Básica. Para atingir esse objetivo central, a UAB realizou ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros. Nesse mesmo ano, a UFRPE se engajou no programa UAB.

Desde então, a UFRPE destaca-se no cenário pernambucano e no âmbito Norte-Nordeste como uma das instituições pioneiras na oferta de cursos na modalidade à distância. Essa experiência resultou do engajamento dos seus profissionais, comprometidos com o processo de ampliação das atividades educacionais da UFRPE, visando à difusão de cursos de nível superior para atender a uma demanda de formação profissional há muito tempo reprimida em vários municípios.

A formação profissional dos docentes revela-se como desafio, devido às lacunas existentes nas qualificações dos professores que atuam, principalmente, em municípios localizados nas zonas rurais do Brasil. Quando se trata de formação docente na área de ciências exatas, esse quadro se torna ainda mais preocupante. Diante disso, as propostas

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

inicialmente apresentadas pela UFRPE compreenderam a Licenciatura em Física e a Licenciatura em Computação.

Também em função da crescente demanda por profissionais da área tecnológica, principalmente considerando o incremento do setor tecnológico no Estado de Pernambuco, por meio das atividades no Porto Digital e no Porto de Suape, o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação foi implantado no ano de 2007.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Este programa pretendeu congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, buscando elevar a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década, conforme estipulado pelo Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

A partir de 2008, devido à realização do Projeto de Reestruturação, Expansão e Verticalização do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujos objetivos e metas tiveram como referência as diretrizes do REUNI, a UFRPE implantou onze novos cursos no *Campus* Dois Irmãos e nas Unidades Acadêmicas de Garanhuns e Serra Talhada, além de aumentar o quantitativo de vagas em muitos de seus cursos ofertados na sede.

Através do processo de expansão, a UFRPE levou cursos das Ciências Agrárias, mas também de outras áreas de conhecimento, para o interior. Em Garanhuns, foram criados os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Licenciaturas em Letras e em Pedagogia, Ciência da Computação e Engenharia de Alimentos. Em Serra Talhada, além dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia de Pesca, funcionam os cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciaturas em Química e Letras, além de Bacharelados em Sistemas de Informação, Administração e Ciências Econômicas. Em Recife,

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

os novos cursos contemplaram Bacharelados em Administração e Ciência da Computação, bem como Licenciaturas em Letras e em Educação Física.

Atualmente, ao tempo em que vem consolidando essa interiorização, com o fortalecimento da pesquisa e da extensão, a Universidade também inova com a criação da Unidade Acadêmica no Cabo de Santo Agostinho (UACSA), no segundo semestre de 2014. A unidade oferece cinco Cursos de Engenharia (Civil, Elétrica, Eletrônica, Mecânica e de Materiais), com o objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento dos polos empresariais/industriais da região e do país, por meio da formação de recursos humanos qualificados, da realização de pesquisas de ponta e projetos de inovação tecnológica com a formação de parcerias institucionais.

Com formato inovador, a Unidade se insere nos objetivos de geração *in loco* de profissionais com formação técnica especializada para dar suporte às áreas em expansão industrial do Estado.

2.1 Histórico do Curso

Segundo DANTAS (1998 apud NERY, 2006), o ensino da Economia no Brasil inicia-se em 1808 com a vinda da família real para o Brasil. Em 14 de maio de 1856, o Decreto-Lei nº 1.763 instituiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual passam a ser ministradas aulas de Economia que substituem as Aulas de Comércio da Corte. Ainda segundo o autor, o ensino da Economia evoluiu através das aulas de comércio, em faculdades de direito e academias militares.

No entanto, a manifestação efetiva do Curso de Economia ocorre na década de 1820, com a Lei Imperial de 11 de agosto de 1827 que criou os cursos jurídicos nas duas faculdades instaladas, em São Paulo e Olinda, cuja disciplina Economia Política integrava a matriz curricular. Posteriormente, são incorporadas Ciências das Finanças, Direito Administrativo e Ciências da Administração.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANTAS (1998 apud NERY, 2006, p. 28-29), destaca que:

No ano de 1931, o Decreto 20.158 instituiu o Curso de Administração e Finanças. Pelo Decreto-Lei número 7.988, de 22 de setembro de 1945, o ensino de Economia foi introduzido nas faculdades que mantinham os cursos de Ciências Econômicas e Atuariais. Com a Lei 1.401, de 31 de julho de 1951, deu-se a separação do Curso de Contabilidade e Atuariais do de Economia.

Ainda segundo DANTAS (1998 apud NERY, 2006), como o cenário nacional exigia profissional com conhecimentos teóricos e práticos, a matriz curricular permitia a formação multidisciplinar¹. Na década de 1940, a preocupação com o subdesenvolvimento provocou a inserção no currículo de disciplinas que permitissem ao aluno atuar na realidade que o cercava. No entanto, a escassez de profissionais leva a uma nova reestruturação curricular em 1963, momento em que o currículo de economia é dividido entre ciclos básico e profissional. Na década de 1980, com o ambiente de maior liberdade advindo da retomada da democracia, o Parecer CFE nº 375/1984 e a Resolução CFE nº 11/1984 enquadraram a Economia no âmbito das Ciências Humanas.

Na década de 1990, na vigência dessa orientação curricular, o Curso de Ciências Econômicas foi implementado na UFRPE utilizando a logística e o corpo docente do Curso de Licenciatura em Moral e Cívica. A matriz curricular proposta pelo corpo docente era constituída de 45 disciplinas flexíveis e estágio supervisionado. O Curso funcionava no período diurno, com carga horária total de 2.595 horas.

Em 1996 inicia-se internamente a preparação da documentação para reconhecimento do Curso, sendo o processo de reconhecimento protocolado no dia 22 de abril de 1998, sob o número 23.000.003532/1998-36, junto ao Ministério de Educação e dos

¹ Relação de disciplinas: Complementos de Matemática, Economia Política, Valor e Formação de Preços I, Contabilidade Geral, Instituições de Direito Público, Estrutura das Organizações Econômicas, Valor e Formação de Preços II, Moeda e Crédito, Geografia Econômica, Estruturas e Análise de Balanços, Instituições de Direito Privado, Repartição da Renda Social, Comércio Internacional e Câmbios, Estatística Metodológica, História Econômica, Ciência das Finanças, Ciência da Administração, Evolução da Conjuntura Econômica, Política Financeira, História das Doutrinas Econômicas, Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos, Estatística Econômica e Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Desportos. Em 12 de julho de 1999, o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas – Ênfase em Economia Rural, ministrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Sede, é reconhecido pelo Ministério da Educação, através da Portaria MEC nº 1.061/1999.

Em 2004, o Parecer CNE/CES nº 54/2004 estabeleceu novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas. A nova orientação enfatizava que as Diretrizes Curriculares Nacionais não fossem consideradas como corpo normativo, rígido e engessado, mas que as mesmas deveriam servir como:

- Referência para as instituições na organização de seus programas de formação;
- Permitir flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos;
- Induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área de conhecimento;
- Privilegiar, no perfil dos formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

Em 2007, atendendo as novas Diretrizes Curriculares, foi implementada uma matriz curricular que formava um profissional mais generalista, na qual houve redução significativa na quantidade de disciplinas da área rural no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede. Nesse momento, as dez disciplinas obrigatórias com foco na área rural² foram reduzidas para duas disciplinas obrigatórias com foco na área agrícola³.

Em 2010, em consonância com o perfil curricular de 2007 e atendendo às indicações dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e

² Sociologia do Meio Rural, Direito Agrário, Economia Rural I, Administração Rural, Comercialização Agrícola, Desenvolvimento Rural Integrado, Extensão Rural, Comunicação Rural, Cooperativismo e Crédito Agrícola e Economia Agroindustrial.

³ Economia Agrícola e Agronegócios.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Licenciatura⁴, é retirado do nome do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE a ênfase em Economia Rural. Dessa maneira, o Curso passou a ser denominado Bacharelado em Ciências Econômicas, de acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 404/2010, regulamentada pela Portaria UFRPE/GR nº 981/2017. Dessa forma, o código do curso no SIG@ passa a ser denominado de CE-1 (Ciências Econômicas), excluindo-se o código anterior ER-1 (Economia Rural).

Em 24 de maio de 2010 foi formalizada diligência pelo MEC, referente ao Processo nº 200909679, para Renovação do Reconhecimento do Curso, exigindo medidas para adequação do PPC à legislação vigente. Para atender a essas exigências, foram realizadas as seguintes alterações:

- Inclusão da disciplina “LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais” como componente curricular optativo, conforme preceitua o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ato formalizado internamente através do Processo nº 23082.010803/2010, que originou a Decisão nº 38/2010 na 2ª Reunião Ordinária do CCD do Curso, em 10 de Junho de 2010;
- Ampliação da carga horária total do Curso para 3.000 horas, de modo a adequar a grade curricular aos parâmetros definidos na Resolução CNE/CES nº 02, de 19 de junho de 2007, ato formalizado internamente através do Processo nº 23082.011599/2010, que originou a Decisão nº 39/2010 na 1ª Reunião Extraordinária do CCD do Curso, em 18 de Junho de 2010;
- Criação e nomeação da Comissão Permanente de Autoavaliação, a qual se atribuiu a tarefa de realizar os procedimentos para Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem com o Programa de Autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE, que orienta referidas atividades – atos

⁴ Segundo o documento (MEC, 2010), a grande variação nas denominações dos cursos superiores, as quais sempre correspondem a uma formação específica, impactam negativamente na oferta de vagas porque restringem a mobilidade do corpo discente entre as Instituições de Ensino. Para resolver essa deficiência, os referenciais agregam cursos similares em nomenclaturas historicamente consolidadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

formalizados internamente através do Processo nº 23082.011599/2010, que originou a Decisão nº 39/2010 na 1ª Reunião Extraordinária do CCD do Curso, em 18 de Junho de 2010⁵.

Até 2014, o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas funcionava dentro do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH). A partir desse ano, o Departamento de Economia (DECON) foi criado através da Resolução UFRPE/CONSU nº 45/2014 e, posteriormente, substituída pela Resolução UFRPE/CONSU nº 132, de 14 de novembro de 2014, que se refere ao compartilhamento das instalações físicas para as atividades administrativas entre o DECON e o DLCH, ficando *a posteriori* a decisão de divisão das instalações físicas, de forma consensual entre os cursos que compunham o DLCH anteriormente. Oficialmente, a instalação do DECON se deu pela Portaria UFRPE/GR nº 861, de 13 de julho de 2015. Atualmente, o Departamento conta com 21 docentes e cinco técnicos administrativos. Os docentes atendem principalmente ao Curso de Ciências Econômicas, atualmente é composto por cerca de 300 discentes.

Além do Bacharelado em Ciências Econômicas, os docentes do DECON lecionam em outros dez cursos de Graduação: Agronomia, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Ciências Domésticas, Bacharelado em Ciências Sociais, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Florestal, Licenciatura em História, Medicina Veterinária e Zootecnia. Além do ensino na Graduação, o Departamento também conta com docentes que lecionam em três Programas de Pós-Graduação:

⁵ Orientação dada pela Comissão de Diligência do MEC, embora o marco regulatório tenha se dado pela Nota Técnica do INEP nº 8/2015, que trata da Revisão dos Instrumentos de Avaliação Interna dos Cursos de Graduação. Neste documento, o item 1.15 procura "*avaliar as ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso*". Na presente Nota Técnica há um comentário sobre esse item, trazendo o argumento da aproximação entre a avaliação interna institucional e os cursos de graduação, de modo a "*disseminar a cultura da autoavaliação em todos os setores acadêmicos*". Diz ainda que o item 1.15 aborda "*as ações decorrentes dos processos de avaliação externa e autoavaliação do Curso*", sendo, para tanto, "*fundamental que os relatórios de autoavaliação da CPA considerem os cursos de graduação*". Para isso, é indispensável que o curso de graduação se reconheça através de seus programas de autoavaliação e se utilize das avaliações externas para seu processo de planejamento e contínua melhoria.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), Administração Pública (PROFIAP) e Estudos do Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (PGCDS).

Em 2017, com objetivo de atender às reivindicações internas do Departamento de Economia, bem como de outros departamentos da UFRPE, é iniciado processo de reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso. Como exemplos das reivindicações, têm-se:

- O Departamento de Matemática propôs a padronização do ementário das disciplinas de matemática, de forma que a adesão à proposta ampliaria a oferta de referidas disciplinas ao discente de Economia, visto que o aluno poderia cursar as disciplinas de cálculo em outros cursos da UFRPE;
- O Departamento de Informática propôs a alteração do ementário e do perfil de suas disciplinas ofertadas no Curso de Ciências Econômicas;
- A inquietação da Coordenação do Curso e do corpo docente e discente com problemas como a superposição de conteúdos em algumas disciplinas, defasagem do conteúdo programático, bem como das referências bibliográficas contidas em seu ementário.

Para atender aos itens elencados, o Núcleo Docente Estruturante, em conjunto com o corpo docente do curso, dedicou-se na revisão do Projeto Pedagógico do Curso. Esta nova versão mantém a mesma matriz curricular, mas com conteúdos revisados e inserção de itens ausentes na versão anterior do PPC do Curso de Ciências Econômicas.

2.2 Justificativa para Oferta do Curso

No tópico sobre a evolução histórica do Curso ficou evidente que, na década de 1990, o único curso na área de Ciências Humanas da UFRPE era o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica. Entretanto, o ensino da

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

disciplina Educação Moral e Cívica, que era obrigatório em todas as séries do ensino médio, foi flexibilizado: primeiro tornou-se obrigatório apenas para uma série, tornou-se opcional no ano de 1992 e, finalmente, foi extinta em 1993.

Com a extinção dessa disciplina no ensino médio, forçou-se a realocação da infraestrutura e do pessoal alocado no Curso de Licenciatura em Estudos Sociais para outros cursos. Entretanto, como referido Curso constituía o único da UFRPE na área de Ciências Humanas, tornou-se necessário que os novos cursos se inserissem em áreas que permitissem a absorção do corpo docente disponível, dentre os quais professores de Economia, que atendiam à demanda desse campo de conhecimento nos demais cursos da UFRPE.

Nesse contexto, tem-se a criação do Curso de Ciências Econômicas em 1990, na UFRPE. Na matriz curricular proposta, as disciplinas abordando questões rurais tinham participação expressiva, a exemplo de Comercialização Agrícola, Economia Agrícola, Direito Agrário, dentre outras. Como justificativas para a proposição de uma matriz com foco na área agrícola, podem ser elencadas:

- Propor um Curso de Ciências Econômicas diferenciado daquele ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), elevando assim a probabilidade de aprovação do mesmo pelo Ministério da Educação (MEC);
- Ampliar as possibilidades de realização de pesquisas com participação de professores vinculados ao Curso de Ciências Econômicas e a outros cursos da instituição, mais especificamente aqueles com foco em atividade agropecuária.

Quanto à demanda na década de 1990, o Curso de Ciências Econômicas em Pernambuco era oferecido apenas por três instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco e Faculdade Esuda, dos quais apenas o curso oferecido pela UFPE era gratuito. Logo, havia expectativa favorável à demanda pelas vagas oferecidas para o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Em resposta às mudanças nas Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas e às mudanças no perfil do profissional demandado pelo mercado, ao longo do tempo, alterações ocorreram na matriz curricular do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE. Em 2004, o Parecer CNE/CES nº 54 destacou que as novas Diretrizes Curriculares não fossem consideradas como um corpo normativo, rígido e engessado, para não se confundirem com os antigos Currículos Mínimos Profissionalizantes. Ao contrário, esses novos currículos deveriam:

Servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais (MEC, 2004, p. 2).

Em resposta às alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Parecer CNE/CES nº 54/2004, em 2007 é implementada uma nova matriz curricular objetivando a formação de um profissional mais generalista. Nesse momento, das dez disciplinas da área de agrícola, apenas duas são mantidas no novo perfil curricular. Essa alteração visou proporcionar a colocação no mercado de um profissional capaz de se inserir em diferentes segmentos de mercado, bem como prosseguir na vida acadêmica ou atuar no setor público ou nos campos empresariais, industriais e financeiros.

Dentro dessa nova perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas tiveram como objetivo refletir uma dinâmica que atendesse aos diferentes perfis de desempenho, a cada momento exigidos pela sociedade, nessa heterogeneidade de mudanças sociais sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias. Tais dinâmicas exigem contínuas revisões do Projeto Pedagógico de um curso, para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento, para que ele se ajuste sempre às necessidades emergentes.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Além disso, com a publicação das Resoluções CNE/CES nº 02/2007 e nº 04/2007, tornou-se latente a necessidade de ampliar a carga horária total do Curso para 3.000 horas. Para tanto, reiterou-se a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (seja na forma de monografia, seja como relatório final de estágio supervisionado) e ampliou-se a carga horária a ser desenvolvida em Atividades Acadêmicas Complementares, sendo ressaltada a norma de que estágio e atividades complementares não deveriam exceder 20% da carga horária total do Curso.

Essas modificações permitiram assegurar maiores alternativas de experiências e formação profissional para os alunos, chegando ao mercado de trabalho mais preparados para enfrentar seus desafios.

Em 2017, após quase três décadas de existência, todas as 80 vagas anuais oferecidas para o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede são preenchidas, apesar de o número de instituições que oferecem o curso ter se elevado para nove no Estado de Pernambuco. Em conjunto com o preenchimento de todas as vagas oferecidas, os resultados obtidos pelo corpo discente, ao longo do tempo, revela que o Curso se posiciona entre aqueles de excelência no Estado e na Região. Dentre os resultados, podem ser elencados a ocorrência de premiações concedidas a discentes do Curso por suas monografias apresentadas, o ingresso de seus formandos na pós-graduação, bem como o resultado do Enade 2015, cuja nota alcançou a segunda colocação na Região Nordeste.

Do exposto, evidencia-se que o Curso de Ciências Econômicas da UFRPE/Sede, ao longo de sua existência, não teve dificuldade para preenchimento das vagas oferecidas semestralmente e, adicionalmente, obteve resultados que o coloca como um dos Cursos de Economia de referência na Região Nordeste. Apesar desses fatores justificarem a manutenção da oferta do Curso de Ciências Econômicas pela UFRPE/Sede, tem-se que a revisão do ementário e das referências bibliográficas permite a colocação, no mercado, de um profissional mais capacitado para atender às demandas do mercado de trabalho.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Objetivo Geral

Formar bacharéis em Ciências Econômicas com condições de exercer a atividade profissional nos diversos setores do campo econômico com senso de ética e responsabilidade social.

3.2 Objetivos Específicos

- Propiciar conteúdos teórico-quantitativos necessários à formação do Bacharel em Ciências Econômicas;
- Possibilitar a compreensão da problemática econômica mundial, brasileira e regional dentro do contexto histórico;
- Fornecer uma formação econômica conectada com o mercado de trabalho;
- Possibilitar a aquisição de uma visão crítica, capacidade analítica e criativa adequadas às novas demandas econômicas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

4 PERFIL DO PROFISSIONAL

O Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRPE deve ensejar condições para que o formando esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, imbuído de sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento das situações emergentes, na sociedade humana e politicamente organizada. Cogita-se, portanto, formar um profissional capaz de enfrentar as transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas na sociedade brasileira e percebidas no conjunto das funções econômicas mundiais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, o perfil do egresso deve estar centrado numa sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e prática, ambas peculiares ao Curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicada à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o referido egresso possa revelar:

- Base cultural ampla que possibilite o entendimento das questões econômicas, no seu contexto histórico-social;
- Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Com este perfil, o profissional formado poderá estar inserido no mundo de trabalho contemporâneo com sucesso, seja no setor público, no setor privado de empresas ou de organizações não governamentais da sociedade civil. Em todos esses setores, o profissional estará apto a atuar de forma responsável, crítica e criativa, desenvolvendo planos, programas e projetos, construindo pesquisas, avaliando projetos de investimentos e realizando avaliações, consultorias, perícias e outras atividades. Em todas as suas atividades, o profissional formado pode contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento regional e do país, focalizando a sustentabilidade ambiental, social e econômica no processo de desenvolvimento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

5 COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES

Seguindo a orientação das Diretrizes Curriculares, o Curso de Ciências Econômicas busca profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- Desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- Ler e compreender textos econômicos;
- Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- Utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- Utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos;
- Diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas;
- Compreender as questões econômicas no seu contexto histórico e social;
- Analisar problemas, propor soluções e tomar decisões no mundo contemporâneo globalizado em transformação;
- Analisar problemas emergentes teórica e empiricamente, refletindo diferentes paradigmas da teoria econômica, bem como considerar os aspectos sociais, ambientais e políticos dos problemas;
- Desenvolver a capacidade de comunicação e trabalho em equipes para discutir e decidir democraticamente sobre problemas emergentes e suas soluções eficazes.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A partir disso, o profissional estará apto a:

- Elaborar e desenvolver planejamentos, programas e projetos;
- Efetuar pesquisas socioeconômicas, estudos e análises micro e macroeconômicas;
- Proceder análises econômico-financeiras de investimentos públicos e privados;
- Realizar avaliações, consultorias, perícias e desenvolver outras atividades correlatas aos assuntos atinentes à sua formação;
- Atuar como assessor em investimentos em programas de desenvolvimento rural, visando ao incremento da produção, aliados a projetos de agroindústria e com base ambiental;
- Realizar análises de mercado e de conjuntura.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

6 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Artigo 3º do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952 descreve um campo de atuação profissional do Economista bastante amplo:

A atividade profissional privativa do Economista exercita-se liberalmente ou não, por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados, sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras em empreendimentos públicos, privados ou mistos, e por quaisquer outros meios que objetivem técnica e cientificamente o aumento ou a conservação do rendimento econômico (Decreto nº 31.794/1952, art. 3º).

O Conselho Federal de Economia (COFECON) elenca, como inerentes à profissão do Economista, as seguintes atividades: i) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira; ii) estudo de mercado e de viabilidade econômico-financeira; e iii) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciários e de seguros.

A intensificação do processo de globalização produtiva e financeira, as mudanças no mundo de trabalho, bem como mudanças culturais, requerem um profissional de economia que reconheça e compreenda os problemas e as mudanças no mundo atual, saiba avaliar os problemas sob a ótica de diferentes paradigmas da Ciência Econômica, e demonstre a capacidade de propor soluções para os problemas com flexibilidade e competência.

Esta não deve se restringir apenas a uma análise técnica estreita dos problemas, mas deve incluir uma visão econômica, política e social mais ampla, com vistas a contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável da região e do país. É fundamental também considerar a perspectiva dos problemas da desigualdade social e dos conflitos sociais no Brasil em seu trabalho, reconhecendo e respeitando a diversidade de diferentes perspectivas teóricas existentes nas Ciências Sociais.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

7 REQUISITOS DE INGRESSO:

O ingresso de alunos nos cursos de graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco ocorre através do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) e do ingresso extra, descritos a seguir:

7.1 Ingresso Através do SiSU

A Universidade Federal Rural de Pernambuco adota o Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que se realiza anualmente e ocorre através de seleção baseada na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para as duas entradas semestrais dos diferentes cursos de graduação. Para o Curso de Ciências Econômicas, às áreas de conhecimento avaliadas pelo ENEM são atribuídos os seguintes pesos (Tabela 1):

Tabela 1: Pesos atribuídos às áreas de conhecimento para Ciências Econômicas.

Área de conhecimento	Peso
Linguagens, códigos e suas tecnologias	3,5
Matemática e suas tecnologias	3,5
Ciências da natureza e suas tecnologias	1,0
Ciências humanas e suas tecnologias	2,0
Redação	2,0

Fonte: elaboração própria.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A ênfase dada aos pesos atribuídos às Linguagens e à Matemática refere-se à necessidade de uma base mais qualificada, uma vez que as disciplinas ofertadas demandam um nível de conhecimento específico em tais áreas. A nota mínima para a entrada no Curso varia em função da concorrência em cada seleção do SiSU. Como a Universidade adota ações afirmativas para inclusão de estudantes com baixa renda, ou advindos da escola pública ou cota racial, cada uma dessas classificações apresentam número de vagas específicas e que concorrem entre si.

7.2 Ingresso Extra

Além do ingresso semestral, a partir da seleção do vestibular, a UFRPE conta com mecanismos que permitem o ingresso de alunos, em outras modalidades de acesso, duas vezes ao ano, em datas previstas e com editais publicados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), nos quais são divulgados quais os cursos que têm vagas disponíveis para este tipo de acesso. Este ingresso pode ser feito das seguintes formas:

- *Reintegração*: após ter perdido o vínculo com a Universidade, o aluno que tenha se evadido pelo período máximo de integralização de seu curso poderá requerer a reintegração, uma única vez, no mesmo curso (inclusive para colação de grau), desde que tenha condições de concluir o curso dentro do prazo máximo permitido (considerando o prazo do vínculo anterior e o que necessitaria para integralização do currículo) e que não possua quatro ou mais reprovações em uma mesma disciplina (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 100, de 16/09/1983, Res. UFRPE/CEPE nº 179, de 01/10/1991, e Res. UFRPE/CEPE nº 354, de 13/06/2008).
- *Reopção*: o aluno regularmente matriculado e ingresso na UFRPE através de vestibular, que esteja insatisfeito com o seu curso, poderá se submeter à transferência interna para outro curso de Graduação da UFRPE, de uma área de

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

conhecimento afim ao seu de origem, de acordo com a existência de vagas no curso pretendido, desde que tenha cursado, no mínimo, 40% do currículo original do seu curso e que disponha de tempo para integralização curricular, considerando os vínculos com o curso anterior e pretendido (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 34, de 16/01/1997).

- *Transferência Externa:* a Universidade recebe alunos de outras Instituições de Ensino Superior, vinculados a cursos reconhecidos pelo CNE, que desejam continuar o curso iniciado ou ingressar em curso de área afim, que estejam com vínculo ativo ou trancado com a Instituição de origem, que tenham condições de integralizar o currículo dentro do seu prazo máximo, considerando o prazo na outra Instituição de Ensino Superior e o que necessitaria cursar na UFRPE, e que tenham cursado todas as disciplinas constantes do primeiro período da matriz curricular do Curso pretendido na UFRPE. Salvo nos casos de transferência ex-officio (que independem de vagas), é necessário, para ingresso, que o curso tenha vagas ociosas (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 124, de 19/12/1983, e Res. UFRPE/CEPE nº 180, de 01/10/1991).
- *Portadores de Diploma de Curso Superior:* os portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo CNE que desejam fazer outro curso superior na UFRPE, em área afim, podem também requerer o ingresso, desde que sobrem vagas no curso desejado, após o preenchimento pelas demais modalidades (fundamentação: Res. UFRPE/CEPE nº 181, de 01/10/1991).

As formas seguintes de ingresso, por sua vez, independem de vagas e não há necessidade de publicação de edital pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:

- *Cortesia Diplomática:* em atendimento ao que determina o Decreto nº 89.758, de 06 de junho de 1984, que dispõe sobre matrícula por cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros em

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, a UFRPE aceita alunos incluídos nas seguintes situações: funcionário estrangeiro, de missão diplomática, ou repartição consular de carreira no Brasil, e seus dependentes locais; funcionário estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, e seus dependentes legais; técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação cultural, técnica, científica ou tecnológica, firmado entre o Brasil e seu país de origem, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano no Brasil; e técnico estrangeiro, e seus dependentes legais, de organismo internacional, que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a organização, desde que em seu contrato esteja prevista a permanência mínima de 1 (um) ano em território nacional. Este tipo de ingresso nos cursos de graduação se dá mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores, encaminhada pelo Ministério de Educação, com a isenção do concurso vestibular e independentemente da existência de vaga, sendo, todavia, somente concedido a estudantes de países que assegurem o regime de reciprocidade e que seja portador de visto diplomático ou oficial.

- *Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)*: alunos provenientes de países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina, são aceitos como estudantes dos cursos de Graduação da UFRPE. Esses alunos são selecionados diplomaticamente em seus países pelos mecanismos previstos no protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa, sendo alunos de tempo integral, para que possam integralizar o curso em tempo hábil. Não pode ser admitido, através desta modalidade: estrangeiro portador de visto de turista, diplomático ou permanente; o brasileiro

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

dependente de país que, por qualquer motivo, esteja prestando serviços no exterior; e o indivíduo com dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira.

- *Transferência Obrigatória ou Ex-officio*: é a transferência definida na Lei n.º 9.536, de 11 de dezembro de 1997, na Portaria MEC n.º 975, de 25 de junho de 1992 e na Resolução CFE n.º 12, de 02 de julho de 1994. Esta transferência independe da existência da vaga e da época, atingindo o servidor público federal da administração direta ou indireta, autarquia, fundacional, ou membro das forças armadas, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, inclusive seus dependentes, quando requerido em razão de comprovada remoção ou transferência Ex-Offício. A transferência deverá implicar a mudança de residência para o município onde se situar a instituição recebedora ou para localidade próxima a esta, observadas as normas estabelecidas pelo CFE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

8 ESTRUTURA CURRICULAR

Para atender aos critérios definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no que diz respeito aos objetivos do Curso e às competências e habilidades do egresso, a estrutura curricular do Curso de Ciências Econômicas está organizada em cinco áreas de abrangência, a saber: Formação Geral, Formação Teórico-Quantitativa, Formação Histórica, Formação Teórico-Prática e Formação Complementar, descritas a seguir:

1. *Formação Geral*: tem por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da Sociologia, da Ciência Política e dos estudos básicos da Administração, do Direito, da Contabilidade, da Matemática, da Informática e da Estatística. Para esta área, a carga horária mínima deve atender ao menos 10% da carga horária total do Curso;
2. *Formação Teórico-Quantitativa*: direciona-se à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da Economia, da Econometria, da Contabilidade Social, da Microeconomia, da Macroeconomia, da Economia Internacional, da Economia do Setor Público, da Economia Monetária, do Desenvolvimento Socioeconômico e da Elaboração e Análise de Projetos Econômicos. Para essa área, a carga horária mínima exigida é de 20% da carga horária total do Curso;
3. *Formação Histórica*: possibilita ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a História do Pensamento Econômico, a História Econômica Geral, a Formação Econômica do Brasil, a Economia Brasileira

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Contemporânea e a Economia Política, devendo atender ao menos 10% da carga horária total do Curso;

4. *Formação Teórico-Prática*: aborda questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia, Atividades Acadêmicas Complementares, Trabalho de Conclusão de Curso ou Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo compreender ao menos 10% da carga horária total do Curso;
5. *Formação Complementar*: abordam disciplinas (obrigatórias ou optativas) relacionadas às demandas de mercado, regional e/ou ambiental/rural, englobando estudos relacionados a Empreendedorismo, Mercado de Capitais, Teoria dos Jogos, Agronegócios, Comercialização Agrícola, Formação Econômica do Nordeste, Economia Pesqueira, Economia Regional, Geografia Econômica do Nordeste, Economia Florestal, Economia Agroindustrial, Direito Agrário, Sociologia Rural e Técnicas de Avaliação dos Impactos Ambientais. Também estão elencadas outras disciplinas optativas para qualquer formação específica, como Língua Brasileira de Sinais, Português Instrumental, História do Pensamento Político Ocidental e Métodos Quantitativos Aplicados à Economia, dentre outras. Para atender às especificidades da região e/ou às demandas de mercado, esta área pode utilizar até 50% da carga horária total do Curso.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, no Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, as áreas de abrangência definidas nos itens 1, 2, 3 e 4, listadas acima, são correspondentes à formação básica do Economista. Assim, fica garantido ao Curso a liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais, definidas no item 5 da Formação Complementar, com disciplinas obrigatórias e/ou optativas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A seguir, apresenta-se a distribuição das disciplinas por áreas de abrangência (Tabela 2):

Tabela 2: Distribuição das disciplinas por áreas de abrangência.

Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO GERAL	C.H.	DCN/MEC ⁶	BCE ⁷
1	Introdução à Ciência Política	60 h	10%	20%
1	Estatística E	60 h		
1	Introdução à Microinformática	60 h		
1	Instituições de Direito	60 h		
1	Introdução à Administração	60 h		
1	Introdução à Sociologia	60 h		
1	Cálculo NI	60 h		
1	Cálculo N II	60 h		
1	Matemática Financeira	60 h		
1	Contabilidade e Análise de Balanço	60 h		
10	Total	600 h		
Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA	C.H.	DCN/MEC	BCE
1	Contabilidade Social	60 h	20%	28%
1	Desenvolvimento Socioeconômico	60 h		
1	Econometria I	60 h		
1	Econometria II	60 h		
1	Economia do Setor Público	60 h		
1	Economia do Trabalho	60 h		
1	Economia I	60 h		
1	Economia Internacional	60 h		
1	Economia Monetária	60 h		
1	Elaboração e Análise de Projetos Econômicos	60 h		
1	Macroeconomia I	60 h		
1	Macroeconomia II	60 h		
1	Microeconomia I	60 h		
1	Microeconomia II	60 h		
14	Total	840 h		
Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO HISTÓRICA	C.H.	DCN/MEC	BCE

⁶ DCN/MEC: Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.

⁷ BCE: Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1	História Econômica Geral	60 h	10%	10%
1	Formação Econômica do Brasil	60 h		
1	Economia Brasileira Contemporânea	60 h		
1	Economia Política	60 h		
1	História do Pensamento Econômico	60 h		
5	Total	300 h		
Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	C.H.	DCN/MEC	BCE
1	Metodologia e Técnica de Pesquisa em Economia	60 h	10%	26%
1	TCC ou ESO	360 h		
1	Atividades Acadêmicas Complementares	360 h		
3	Total	780 h		
Nº DISCIPL.	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	C.H.	DCN/MEC	BCE
1	Economia Agrícola	60 h	50%	16%
1	Agronegócios	60 h		
1	Economia Ambiental e dos Recursos Naturais	60 h		
1	Optativa 1	60 h		
1	Optativa 2	60 h		
1	Optativa 3	60 h		
1	Optativa 4	60 h		
1	Optativa 5	60 h		
8	Total	480 h		
40	TOTAL GERAL	3.000 h	100%	100%

Fonte: elaboração própria.

A seguir, é apresentada a síntese das áreas de abrangência, compreendendo a distribuição da carga horária, o número de disciplinas do curso e o percentual que compõe a estrutura curricular (Tabela 3):

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Tabela 3: Áreas de abrangência, número de disciplinas e carga horária.

Áreas de Abrangência	Nº de disciplinas	Carga Horária	%
Formação Geral	10	600	20
Formação Teórico-Quantitativa	14	840	28
Formação Histórica	5	300	10
Formação Teórico-Prática	3	780	26
Formação Complementar	8	480	16
Total	40	3.000	100

Fonte: elaboração própria.

Estruturado dessa forma, o Bacharelado de Ciências Econômicas da UFRPE atende aos requisitos mínimos exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, contemplando conteúdos que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, mas que também atende a especificidades locais, regionais, ambientais, rurais ou de demandas do mercado.

8.1 Matriz Curricular

A seguir, é apresentada a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas (Tabela 4):

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Tabela 4: Matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.

1º PERÍODO					
CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS
06507	DM	Cálculo NI	60	-	04
04116	DECON	Economia I	60	-	04
04713	DECISO	Introdução à Ciência Política	60	-	04
06211	DEINFO	Intr. à Microinformática	60	-	04
04450	DECISO	Introdução à Sociologia	60	-	04
Total	-	-	300	-	20
2º PERÍODO					
CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS
06508	DM	Cálculo NII	60	Cálculo NI	04
04704	DECISO	Instituições de Direito	60	-	04
04121	DECON	Microeconomia I	60	Economia I	04
04109	DADM	Introdução à Administração	60	-	04
04174	DECON	Metodologia e Técnica de Pesquisa em Economia	60	-	04
Total	-	-	300	-	20
3º PERÍODO					
CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS
04122	DECON	Matemática Financeira	60	-	04
04192	DECON	Microeconomia II	60	Microeconomia I	04
04118	DADM	Cont. e Análise de Balanço	60	-	04
04509	DEHIST	História Econômica Geral	60	-	04
		Optativa 1	60	-	04
Total	-	-	300	-	20
4º PERÍODO					
CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS
06201	DEINFO	Estatística E	60	Cálculo NII	04
04111	DECON	Macroeconomia I	60	Microeconomia II	04
04184	DECON	Economia Agrícola	60	Microeconomia I	04
04193	DEHIST	Form. Econômica do Brasil	60	-	04
		Optativa 2	60	-	04
Total	-	-	300	-	20

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

5º PERÍODO					
CÓDIGO	DEPTO.	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS
04185	DECON	Econometria I	60	Estatística E	04
04119	DECON	Macroeconomia II	60	Macroeconomia I	04
04197	DECON	Agronegócios	60	Economia Agrícola	04
04123	DECON	Economia Bras. Contemp.	60	Form. Econ. Brasil	04
		Optativa 3	60	-	04
Total	-	-	300	-	20
6º PERÍODO					
04191	DECON	Econometria II	60	Econometria I	04
04112	DECON	Economia Monetária	60	Macroeconomia II	04
04194	DECON	Economia do Trabalho	60	-	04
04181	DECON	Desenv. Socioeconômico	60	Macroeconomia I	04
		Optativa 4	60	-	04
Total	-	-	300	-	20
7º PERÍODO					
04187	DECON	Economia Internacional	60	Macroeconomia I	04
04171	DECON	Contabilidade Social	60	Macroeconomia II	04
04120	DECON	Economia Política	60	-	04
04198	DECON	Elab. Anál. Proj. Econômicos	60	-	04
04196	DECON	Econ. Amb. Rec. Naturais	60	Economia Agrícola	04
Total	-	-	300	-	20
8º PERÍODO					
		Optativa 5	60	-	04
04172	DECON	Economia do Setor Público	60	Microeconomia II	04
04133	DECON	História do Pens. Econômico	60	Economia I	04
04146/ 04130	DECON	ESO/TCC	360	-	24
Total	-	-	540	-	36
ATIVIDADES COMPLEMENTARES					
	DECON	Ativ. Acad. Complementares	360	-	24
Total	-	-	360	-	24
T. Geral	-	-	3.000		200

Fonte: elaboração própria.

As disciplinas optativas são oferecidas no Curso a partir do 3º semestre, das quais o discente deve cursar um total de cinco disciplinas ao longo do Curso. No perfil

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

curricular, ao total, são elencadas 31 disciplinas optativas, oportunizando ao discente uma formação que atenda às frequentes mudanças econômicas no âmbito global, regional, local e ambiental.

A seguir, tem-se a síntese da matriz curricular do Curso, na qual é apresentada a carga horária das disciplinas obrigatórias, optativas, ESO/TCC e Atividades Acadêmicas Complementares, com seus respectivos números de créditos (Tabela 5):

Tabela 5: Síntese da matriz curricular.

Disciplinas	Carga Horária	Créditos
Obrigatórias	1.980	132
Optativas	300	20
ESO/TCC	360	24
AAC	360	24
Total	3.000	200

Fonte: elaboração própria.

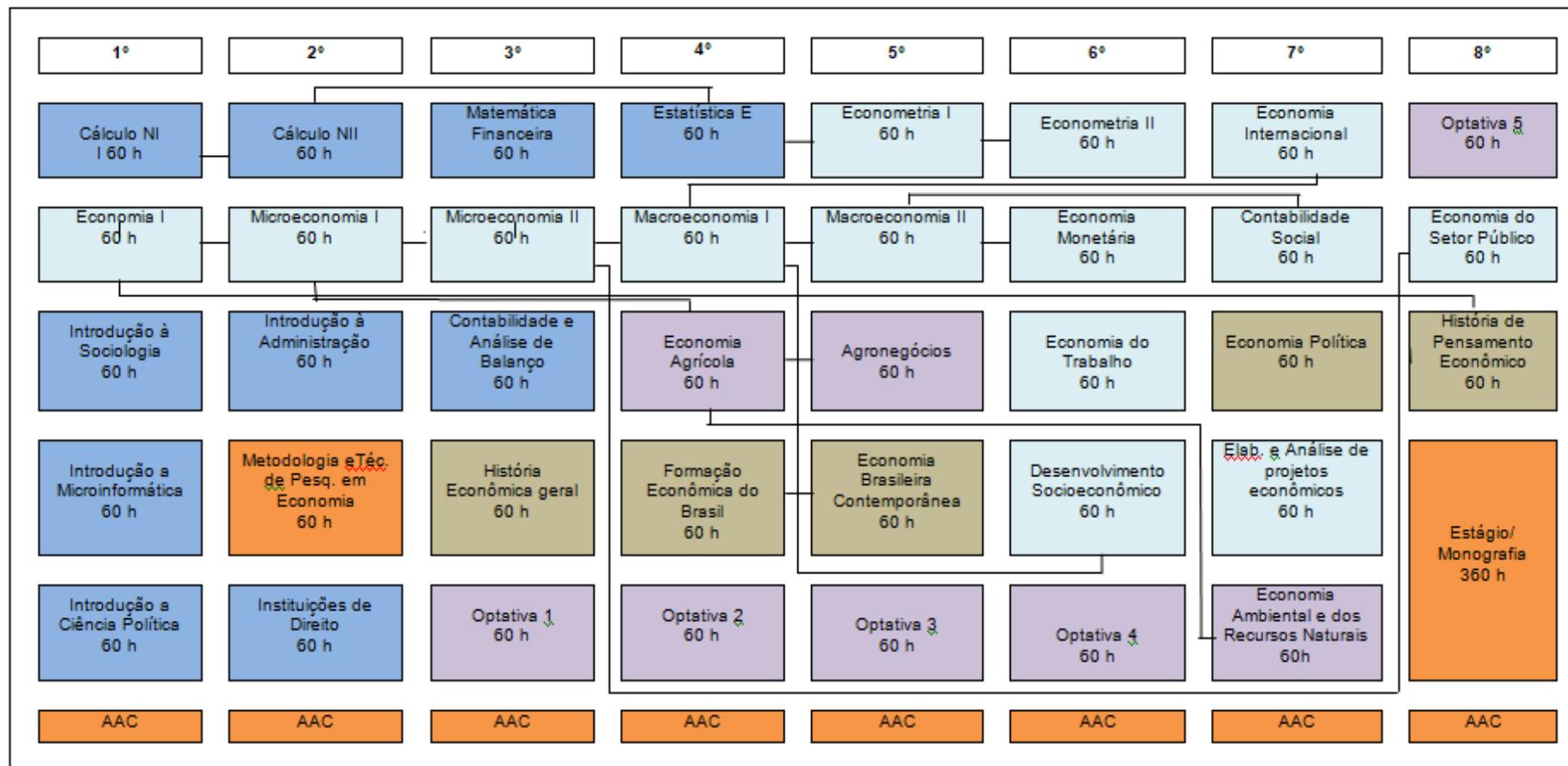
8.2 Representação Gráfica da Matriz Curricular

Na seguinte representação gráfica da matriz curricular do Curso, são apresentadas as disciplinas com seus respectivos pré-requisitos (Quadro 1)⁸:

⁸ Conforme disposição do art. 5º, § 5º, da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) constitui-se componente curricular obrigatório.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 1: Matriz curricular do Bacharelado em Ciências Econômicas.



Fonte: elaboração própria.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

8.3 Ementas das Disciplinas por Componente Curricular

A seguir tem-se o ementário das disciplinas cursadas ao longo do Curso, assim como referências bibliográficas básicas e complementares:

Componente Curricular: Cálculo N1		
Período: 1º	Tipo: Obrigatório	Código: 06507
Carga Horária Total: 60 h	Número de Créditos: 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	Co-Requisitos: Nenhum	
Ementa		
Funções Reais de uma Variável Real. Limite e Continuidade. Derivadas: Conceito, Regras e Aplicações.		
Referências		
<p>Básicas: GUIDORIZZI, Hamilton. Um curso de cálculo, vol. 1, 5 Ed. LTC, 2001. LEITHOLD, Louis. Matemática aplicada à economia e administração. Habra, 2001 STEWART, James. Cálculo, v. : São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>Complementares: ANTON, Howard; BIVENS, Inl; DAVIS, Stephen. Cálculo. Bookman, 2007. ÁVILA, Geraldo. Cálculo I, Rio de Janeiro, LTC .1980 FINNEY, Ross L; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R; THOMAS, George B. Cálculo. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil. Addison Wesley, 2005. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L; E SILVA, Pedro P. de Lima. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. LTC_Livros Técnicos e Científicos, 2010. HUGHES-HALLET. Cálculo a uma e a várias variáveis, vol. 1. Rio de Janeiro: LTC.</p>		

Componente Curricular: Economia I		
Período: 1º	Tipo: Obrigatório	Código: 04116
Carga Horária Total: 60 h	Número de Créditos: 04	
Pré-Requisitos: Nenhum	Co-Requisitos: Nenhum	
Ementa		
Micro e Macroeconomia aplicadas. Ciências Econômicas e Princípios gerais. Fronteiras de produção: Custos de Oportunidade, Vantagens Comparativas e Noções de Desenvolvimento. Oferta e Demanda, elasticidade. O bem estar na ótica econômica e suas aplicações: tributação, comércio exterior, externalidade e bens públicos. Noções de teoria da firma em mercados competitivos. Noções da teoria do Consumidor. Noções de macroeconomia: Medindo a renda nacional, custo de vida e o desemprego.		
Referências		
<p>Básicas: KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin; OLNEY, Martha. Princípios de economia. Elsevier 2010. MANKIW, N.G. Introdução à economia. (Tradução da 3a ed). São Paulo: Thomson Learning, 2009. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Complementares:

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2012.
 PASSOS, C.R.M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005
 ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed., 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2015
 VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 12. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
 WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. **Introdução à economia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985.

Componente Curricular: Introdução à Ciência Política		
Período: 1º	Tipo: Obrigatório	Código: 04713
Carga Horária Total: 60 h		Número de Créditos: 04
Pré-Requisitos: Nenhum		Co-Requisitos: Nenhum
Ementa		
Conceito de Ciência Política. O poder político. Teorias do Estado. Constituições. Formas de Governo. Regimes políticos. Partidos Políticos. Sociedade civil. Grupos de Pressão. Esfera pública.		
Referências		
Básicas:		
AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política . 17.ed. Porto Alegre: Globo, 2005.		
BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política . Ed. 20ª. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2000.		
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia . Ed. 10ª. São Paulo. Paz e Terra, 2006.		
Complementares:		
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas. Editora Papyrus, 2001		
FINLEY, Moses. Democracia antiga e moderna . Editora Graal, 1998.		
PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática . Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992.		
SOUZA, Mª do Carmo Campelo. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964) . São Paulo: Ed.Alfa-Omega, 1976.		
WEBER, Max. Ciência e política – duas vocações . São Paulo. Editora Cultrix, 1993		

Componente Curricular: Introdução à Microinformática		
Período: 1º	Tipo: Obrigatório	Código: 06211
Carga Horária Total: 60 h		Número de Créditos: 04
Pré-Requisitos: Nenhum		Co-Requisitos: Nenhum
Ementa		
Software e Hardware. Sistemas Operacionais. Editores de Texto. Software de Apresentação. Planilhas Eletrônicas. Redes.		
Referências		
Básicas:		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . São Paulo: Prentice Hall, 2004. Xv, 350 p. 888		
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 7. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 407 p.		
VELLOSO, F. C.; Informática: conceitos básicos . Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 8ª Edição, 2011.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Complementares:

CAPRON, H.L., e JOHNSON, J.A., **Introdução à informática**, 8ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 368p

MANZANO, Jose Augusto N. G.; MANZANO, Andre Luiz N.g. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010 Avançado**, Editora: Erica, 2010.

MANZANO, Jose Augusto N. G.; MANZANO, Andre Luiz N.g. **Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010 Avançado**, Editora: Erica, 2010.

MANZANO, Jose Augusto N. G.; MANZANO, Andre Luiz N.g. **Estudo dirigido de Microsoft Office Power Point 2010 Avançado**, Editora: Erica, 2010.

MEIRELES, Fernando de Souza. **Informática: novas aplicações com microcomputadores**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. xxii, 615 p.

Componente Curricular: Introdução à Sociologia		
<i>Período: 1º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 04450</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
A sociologia enquanto ciência: histórico, objeto, método de construção do conhecimento. Os principais conceitos para compreensão da dinâmica social segundo os fundadores da sociologia – Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber. Processos institucionais da análise macrossocial: Trabalho, estrutura de classes e desigualdades sociais; Política, democracia e participação; Cultura, indústria cultural e meios de comunicação; Religião. Processos sociais interativos e análise microssocial: Ação Coletiva e Movimentos Sociais; Sexualidade, feminismo e relações de gênero; identidades étnico-raciais e geracionais. Mudança social e Globalização.		
Referências		
Básicas:		
ADORNO, Theodor W.; COHN, Gabriel. Introdução à sociologia . São Paulo, SP: Editora UNESP, 2008.		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
VILA NOVA, Sebastião. Introdução à sociologia . 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2006.		
Complementares:		
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico , São Paulo: Martins Fontes, 1993.		
BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística . Petrópolis: Vozes. 1991		
BRYM, Robert. (et al.). Sociologia: sua bússola para um mundo novo . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social . São Paulo: Atlas, 2002.		
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: editora Brasiliense. 1982		

Componente Curricular: Cálculo NII		
<i>Período: 2º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 06508</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Cálculo NI</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Integral de funções uma variável real. Funções reais de várias variáveis: limite e continuidade. Derivadas		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Parciais e Diferenciabilidade. Regra da Cadeia e derivação implícita. Máximos e Mínimos. Multiplicadores de Lagrange.

Referências

Básicas:

GUIDORIZZI, Hamilton. **Um curso de cálculo**, vol. 1 e 5 Ed. LTC, 2001.
 LEITHOLD, Louis. **Matemática aplicada à economia e administração**. Habra, 2001
 STEWART, James. **Cálculo**, v.1,2 : São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Complementares:

ANTON, Howard; BIVENS, Inl; DAVIS, Stephen. **Cálculo**. Bookman, 2007.
 FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. **Cálculo A: funções, limite, derivação, integração**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
 FINNEY, Ross L; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R; THOMAS, George B. **Cálculo**. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil. Addison Wesley, 2005.
 GUIDORIZZI, Hamilton. **Um curso de cálculo**, vol. 2 e 5 Ed. LTC, 2001.
 HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L; E SILVA, Pedro P. de Lima. **Cálculo: um curso moderno e suas aplicações**. LTC_Livros Técnicos e Científicos, 2010.

Componente Curricular: Instituições de Direito

<i>Período:</i> 2º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04704
--------------------	--------------------------	----------------------

<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04
----------------------------------	-------------------------------

<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
-------------------------------	------------------------------

Ementa

Introdução à Ciência do Direito, ao estudo das normas, inclusive das normas jurídicas, e às fontes gerais do Direito. A relação entre a Ciência Jurídica e o Estado. A evolução histórica do Estado moderno - sua organização política e administrativa e sua produção legislativa -. Administração Pública. Atos e contratos administrativos. Serviço Público. Definição de crime. Personalidade jurídica. Obrigações. Contratos. Sociedades comerciais. Relação de trabalho. Relação de emprego. Contrato de trabalho. O sistema tributário nacional. Tributos e suas espécies. Contratos agrários: parceria e arrendamento rural.

Referências

Básicas:

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.
 PINTO FERREIRA. **Curso de direito agrário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
 SAES, Décio. **Formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Complementares:

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
 KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
 MAIA, Fernando Joaquim Ferreira. **Sistema recursal na República Socialista Federativa Soviética da Rússia**. Curitiba: Juruá, 2003.
 MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito público e privado**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Componente Curricular: Introdução à Administração

<i>Período:</i> 2º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04109
--------------------	--------------------------	----------------------

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa	
Organização. Configuração estrutural. Fatores humanos na organização. Planejamento. Elementos da Tomada de decisão numa organização. Decisão e controle. Organização e Administração da produção. Organização. Configuração estrutural. Fatores humanos na organização. Planejamento. Elementos da Tomada de decisão numa organização. Decisão e controle. Organização e Administração da produção.	
Referências	
Básicas:	
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.	
CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. Administração e organizações: uma introdução à teoria e à prática . Porto Alegre: Bookman, 2011.	
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração . 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.	
Complementares:	
HALL, Richard H; GALMAN, Roberto (Trad.). Organizações: estrutura, processos e resultados . 8. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.	
MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias; LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbal Nícolas. Auditoria das organizações: metodologias alternativas ao planejamento e a operacionalização dos métodos e das técnicas . São Paulo: Atlas, 2001.	
MÉLO, Maria Auxiliadora do Nascimento; VIEIRA, Maria das Graças; PORTO, Telma Sueli de Oliveira Processo decisório: considerações sobre a tomada de decisões . Curitiba: Juruá, 2011.	
SCHERMERHORN Jr, John R. Administração . 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.	
SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração básica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.	

Componente Curricular: Metodologia e Técnica de Pesquisa em Economia		
<i>Período:</i> 2º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04174
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
O Conhecimento Científico e a Economia. Pesquisa Científica em Economia e seu Planejamento. Tipos de Pesquisa em Economia. Execução da Pesquisa. Apresentação dos Resultados.		
Referências		
Básicas:		
ALBUQUERQUE, Jones; MOTTA, Paulo. Metodologia científica . 3. ed. Recife: EDUFRPE, 2013. 104 p.		
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 174 p.		
CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas . 19. ed. 2008. 175 p.		
Complementares:		
ABRAHAMSOHN, Paulo. Redação científica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2004. ix, 269 p.		
BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

metodológicas. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 127 p.
 BÊRNI, Duílio de Avila, **Técnicas de Pesquisa em Economia**, São Paulo, Saraiva, 2002.
 CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. -. São Paulo: Prentice Hall, 2007. xii, 159 p.
 GIL, Antônio Carlos, **Técnicas de Pesquisa em Economia**, São Paulo, ATLAS, 1988.

Componente Curricular: Microeconomia I		
<i>Período:</i> 2º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04121
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Economia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Teoria do Consumidor: preferências, restrição orçamentária, função utilidade, escolha, preferência revelada. Demanda Individual e de Mercado (Elasticidades e Excedente do consumidor). Escolha em Ambiente de Incerteza.		
Referências		
Básicas:		
VARIAN, Hal R. , Microeconomia – Princípios Básicos, Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro, 8ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2012.		
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
PINDICK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L., Microeconomia , Tradução: Eleutério Prado, 8ª ed., São Paulo, Prentice Hall, 2014.		
Complementares:		
BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, Ronald. Microeconomia , uma abordagem completa. LTC, 2004		
HENDERSON, James M. e QUANT, Richard E. , Teoria Microeconômica – Uma Abordagem Matemática, 2ª ed., Tradução Sérgio Góes de Paula, São Paulo: Pioneira, 1976.		
JEHLE, G.; RENY, P. Advanced Microeconomic Theory . 2o. Edition. New York. The Addison-Wesley. 2001		
VARIAN, Hal R.. Microeconomic Analysis . Norton &Company. New York. Third Edition, 1992.		
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval e OLIVEIRA, Roberto Guerra de,. Manual de Microeconomia , 3ª Ed, São Paulo, Atlas, 2011.		

Componente Curricular: Contabilidade e Análise de Balanço		
<i>Período:</i> 3º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 041118
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Conceitos, objetivos, finalidades. Estrutura das demonstrações. Análise por meio de indicadores econômico-financeiros. Análise horizontal e vertical. Análise dos índices de prazos médios, índices padrão, alavancagem financeira e operacional. Estudos das necessidades líquidas de capital de giro.		
Referências		
Básicas:		
ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica . 10. ed. São Paulo, Atlas, 2009.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATARAZZO, Dante. **Análise financeira de balanços**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010

Complementares:

BORINELLE, Márcio L.; PIMENTEL, Renê C. **Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILAV, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular: História Econômica Geral		
<i>Período:</i> 3º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04509
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
A transição do Feudalismo para o Capitalismo; A Expansão Marítima Comercial Europeia; os descobrimentos Europeus do séc. XV, A Era Moderna, Revolução Industrial e Francesa- as Relações Econômicas nos séculos XVI, XVII, XVIII e do séc. XIX: ascensão e crise o Liberalismo; a Primeira Guerra Mundial, o cenário econômico do entre guerras; O modelo hegemônico Americano, A Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o fim da bipolarização, a globalização e a economia.		
Referências		
Básicas:		
ARRIGHI, Giovanni. O longo do Século XX . São Paulo: UNESP; Contraponto, 1996.		
FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo global: história econômica e política do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 2008.		
POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época . Trad. Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
Complementares:		
ANDERSON, P. Linhagens do estado absolutista . 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.		
BLACKBURN, R. A construção do escravismo no novo mundo . Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. Rio de Janeiro: Record, 2003.		
BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo . Séculos XV a XVIII. (Trad.). 3 Vols. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
FIORI, José Luís. (Org.). Estados e moeda no desenvolvimento das nações . 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.		
HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções, 1789-1848 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.		

Componente Curricular: Matemática Financeira		
<i>Período:</i> 3º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04122
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O curso apresenta conceitos e aplicações relevantes a respeito da matemática financeira, campo de estudo que se utiliza de uma série de conceitos matemáticos para voltar-se à análise de dados financeiros em geral. Dessa forma, os problemas em análise direcionam-se principalmente a questões que tratam do valor do dinheiro no tempo, especialmente juros e inflação, bem como seus desdobramentos sobre aspectos relativos a empréstimos, investimentos e avaliação de projetos. Nesse sentido, o curso aborda conceitos e práticas de juros simples e compostos, séries de capital, valor presente, taxa de retorno e sistemas de amortização.

Referências

Básicas:

CASTELO BRANCO, A.C. **Matemática financeira aplicada**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
 LAPPONI, J.C. **Matemática financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
 FARO, C. **Fundamentos da matemática financeira**: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimentos de risco. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Complementares:

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 FERREIRA, R.G. **Matemática financeira aplicada**: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 GIMENES, C.M. **Matemática financeira com HP 12C e Excel**: uma abordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
 LUCCAS FILHO, O. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2012.
 MILONE, G. **Matemática financeira**. São Paulo: Thomson, 2006.
 VIEIRA SOBRINHO, J.D. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente Curricular: Microeconomia II		
<i>Período:</i> 3º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04192
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Microeconomia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Produção, Custos, Concorrência Perfeita, Análise de Mercado competitivo, Concorrência Imperfeita: Monopólio, Monopsônio, Oligopólio, Teoria dos jogos, Mercado de fatores.		
Referências		
Básicas:		
BESANKO, D.; BRAEUTIGAM, Ronald. Microeconomia, uma abordagem completa . LTC, 2004. PINDYCK, R., RUBINFELD, D. Microeconomia . (7ª edição). São Paulo: Pearson, 2012. VARIAN, H. Microeconomia : Princípios Básicos, uma Abordagem Moderna, 7ª. Edição, Editora Campus, 2006.		
Complementares:		
BILAS, R. Teoria microeconômica . 6ª edição, Forense-Universitária, 1977. FERGUSON, C. Microeconomia . Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1985. NICHOLSON, W. Microeconomic Theory. Basic principles and extensions International Student edition . Ninth Editon. Thomson.2005. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia : equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Qualquer livro de MICROECONOMIA disponível na Biblioteca da UFRPE.

Componente Curricular: Economia Agrícola		
<i>Período:</i> 4º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04196
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Microeconomia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Papel da agricultura no desenvolvimento econômico. Teorias de desenvolvimento da agricultura. Políticas Agrícolas. Políticas de preços agrícolas. Evolução da agropecuária, as características da modernização agrícola e seus impactos. Mercado de trabalho agrícola.		
Referências		
Básicas:		
ACCARINI, J.H. Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro. – 1ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1987		
BACHA, C.J.C. Economia e política agrícola no Brasil. – 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004		
FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural. – Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
Complementares:		
ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. Economia agrícola: setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.		
BATALHA, Mário Otávio. Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GRISA, Cátia e SCHENEIDER, Sérgio (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil (Livro PDF). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf		
Acesso em: 20.set.2016.		
SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de e BUAINAIN, Antônio Márcio. Economia Agrícola. – São Carlos: EdUFSCar, 2011.		
WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. Olhares Sociais (2) Janeiro-junho 2013:51-78. Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf Acesso em: 16 set. 2014.		

Componente Curricular: Estatística E		
<i>Período:</i> 4º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 06201
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Cálculo NII	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Conceitos de população e amostra. Probabilidade. Variáveis aleatórias e contínuas. Aplicações de modelos probabilísticos. Distribuição de frequência e probabilidade. Medidas de tendência central e dispersão. Assimetria e achatamento. Amostragem e Estimção. Teste de hipóteses. Números Índices. Sucessões cronológicas ou Séries Temporais..		
Referências		
Básicas:		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6.ed. São Paulo: Atlas,		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1996. 320, 7p.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 3a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Livraria Pioneira, 1998. 430 p.

SPIEGEL, Murray R; STEPHENS, Larry J. **Estatística**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2009. 597 p..

Complementares:

ANDERSON, D. **Estatística Aplicada**. São Paulo. Ed. Pioneira. 2002

BUSSAB, W. O. & MORETIN, C. A. **Estatística Básica**. 6 ed. Saraiva, 2010.

CRESPO, A. A.. **Estatística Fácil**. São Paulo. Saraiva. 2002.

DOWNING, D. e CLARK, 1. **Estatística Aplicada**. 23 Edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2006. 351 p.

MORETIN, I. G. **Estatística Básica: Probabilidade e Inferência**. São Paulo. Pearson. 2010. 376p.

Componente Curricular: Formação Econômica do Brasil		
<i>Período:</i> 4º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04193
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h		<i>Número de Créditos:</i> 04
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum		<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa		
Expansão europeia e descobrimento do Brasil. Formação, desenvolvimento e crise dos setores econômicos no período colonial. Problemática da escravidão e transição para o trabalho assalariado. Expansão e Crise da economia cafeeira. Origem da Indústria. As origens da industrialização e a Revolução de 1930.		
Referências		
Básicas:		
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.		
MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio . 9ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.		
SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial . São Paulo: Companhia das Letras, 1999.		
Complementares:		
BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo . 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.		
CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo . Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira . Tomo III. O Brasil Republicano. Volumes 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Difusão Européia do Livro, 1970.		
SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento . 2ª. Ed. São Paulo; Campinas: Hucitec; UNICAMP, 2000.		
TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro . 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.		

Componente Curricular: Macroeconomia I		
<i>Período:</i> 4º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04111
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h		<i>Número de Créditos:</i> 04
<i>Pré-Requisitos:</i> Microeconomia II		<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa		
Conceitos e variáveis macroeconômicas básicas. Noções de Contabilidade Nacional; equação		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

macroeconômica fundamental. Estrutura do Balanço de Pagamentos. Modelo de determinação da renda produto e emprego agregados: o modelo clássico. Modelo de determinação da renda, produto e emprego agregados: O modelo Keynesiano. Modelo de determinação da renda, produto e emprego agregados: o modelo IS-LM. Política Fiscal e Monetária. Equivalência Ricardiana e a armadilha da liquidez. Ciclo de vida e renda permanente. Expectativas Racionais e Adaptativas.

Referências

Básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.

Complementares:

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.

KEYNES, J.M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.

SACHS, J.; LARRAIN, B.F.. **Macroeconomia**. Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.

Componente Curricular: Agronegócios

Período: 5º

Tipo: Obrigatório

Código: 04197

Carga Horária Total: 60 h

Número de Créditos: 04

Pré-Requisitos: Economia Agrícola

Co-Requisitos: Nenhum

Ementa

Definição, evolução e importância do agronegócio na economia brasileira. Mercado de produtos agrícolas. Segmentos dos sistemas agroindustriais. Cadeias produtivas. Arranjos Produtivos Locais. Planejamento da Produção agroindustrial. Custos rurais. Mercados futuros e produtos agroindustriais.

Referências

Básicas:

ARAÚJO, M.J.. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed., rev. amp. e atual. São Paulo: Atlas, 2010. xii, 162 p.

BATALHA, M. O.. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos, SP: Ed. da UFSCar, 2005. 465p.

CALLADO, A. A.C.. **Agronegócio**. São Paulo, SP: Atlas, 2005. xi, 142 p.

Complementares:

ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. **Economia agrícola: setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>

Acesso em: 20.set.2016.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL E REFORMA AGRÁRIA. **Cenários agropecuários de Pernambuco: arranjos produtivos por região de desenvolvimento**. Recife: SPRRA, 2006. 69 p

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. – Rio de Janeiro: LTC, 2011.

Componente Curricular: Econometria I		
<i>Período:</i> 5º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04185
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Estatística E	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
<p>Conceitos básicos da econometria. Modelo de regressão simples: estimação, testes e previsão. Modelo da regressão múltipla. Violações dos pressupostos do modelo clássico linear da regressão: Erros de especificação, Autocorrelação, Heteroscedasticidade, Multicolinearidade. Modelos de escolha qualitativa.</p>		
Referências		
<p>Básicas: GUJARATI, D. N. Econometria básica, São Paulo: Makron Books, 2000. HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.,; JUDGE, George G. Econometria. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. xx, 471 p. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Econometria: modelos & previsões. Rio de Janeiro: Campus, 2004. xxviii, 726 p.</p> <p>Complementares: KENNEDY, P. A guide to econometrics, Cambridge/Mass.: MIT Press, 1998. MADDALA, G.S. Introdução à econometria, Rio de Janeiro: LTC, 2003. VASCONCELOS, M. A. S.e OLIVEIRA, R. G. de,. Manual de Econometria: Nível Intermediário. São Paulo, Atlas, 2000. MUKHERJEE, C.; WHITE, H.; WUYTS, M. Econometric and Data Analysis for Developing Countries, London: Routledge, 1998. SALVATORE, D.; REAGLE, D. Schaum's outline of theory and problems of statistics and econometrics, New York et. al.: McGraw-Hill, 2nd. Ed., 2002.</p>		

Componente Curricular: Economia Brasileira e Contemporânea		
<i>Período:</i> 5º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04123
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Formação Econômica do Brasil	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
<p>Desafios de Política Econômica na 1ª República. A Decadência do Modelo Agrário-Exportador e a Industrialização Substitutiva de Importações. Mudanças Socioeconômicas, Políticas e Demográficas Estruturais. O Pós-Guerra e o Plano de Metas. Golpe e Regime Militares: reformas, milagre econômico e os choques externos. Endividamento Externo e Aceleração Inflacionária. Os Planos de Estabilização e a Constituição Cidadã. Privatizações. O Tripé Macroeconômico, o <i>Boom</i> das <i>Commodities</i> e a Inclusão Social. Crise Fiscal, Recessão e Retrocessos.</p>		
Referências		
<p>Básicas: ABREU, M.P. org. A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República. Rio de Janeiro: Campus, 1989. GIAMBIAGI, F. e A. VILLELA org. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Ed. Campus. 2005</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GREMAUD, A., VASCONCELLOS, M. e R. TONETO JR. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Ed. Atlas. 2002

Complementares:

ABREU, M. org **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. 2014

BACHA, E. e DE BOULLE, M.B. org. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2015

BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.1985

MELLO, J.M.C. **Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense. 1990

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar. 1983

Componente Curricular: Macroeconomia II		
<i>Período:</i> 5º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04119
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Macroeconomia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Modelo de determinação da renda, produto e emprego agregados: Modelo ISLMBP. A síntese Neoclássica de Keynes. Teoria do crescimento econômico. O modelo de Solow e teorias alternativas. Modelo Harrod-Domar. Políticas macroeconômicas e suas controvérsias.		
Referências		
Básicas:		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.		
FROYEN, Richard T. Macroeconomia . 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p		
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.		
Complementares:		
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.		
KEYNES, J. M.. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.		
MANKIWI, N. Gregory. Macroeconomia . 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.		
MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva . São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.		
SACHS, J.; L. B. F.. Macroeconomia . Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.		

Componente Curricular: Desenvolvimento Socioeconômico		
<i>Período:</i> 6º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04181
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Macroeconomia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Crescimento Econômico: fatos estilizados. Modelo de Solow: com e sem progresso tecnológico. Contabilidade do Crescimento. Modelo de Solow: com Capital Humano. Convergência: teoria e evidência empírica. Economia das Idéias. Modelo de Crescimento Endógeno. Desenvolvimento e Instituições.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Indicadores de Desenvolvimento. Pobreza e Desigualdade.		
Referências		
Básicas:		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2011.		
FURTADO, CELSO M. Teoria e política do desenvolvimento econômico . São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000.		
JONES, I.CHARLES. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.		
Complementares:		
AGHION, P. e HOWITT, P.. The Economics of Growth , 2009.		
RAY, D.. Development Economics , 1998.		
DAVID, Romer. Advanced Macroeconomics . The McGraw-Hill Companies, Inc, 2006.		
BARRO, Robert J., SALA-I-MARTIN, Xavier. Economic Growth .. MIT PRESS, 2004.		
SOUZA, Nali de Jesus de . Desenvolvimento econômico . São Paulo-SP: Atlas, 1999.		

Componente Curricular: Econometria II		
<i>Período:</i> 6º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04191
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Econometria I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Séries Temporais Determinísticas; Séries Temporais Estocásticas: estacionaridade, modelos ARIMA, verificação e previsão, causalidade e cointegração.		
Referências		
Básicas:		
BUENO, R. L. S.. Econometria de Séries Temporais . São Paulo: Cengage Learning, 2008		
STOCK J. e WATSON M.. Econometria . São Paulo: Addison Wesley, 2004		
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxiii, 701 p.		
Complementares:		
BISGAARD, S. e KULAHCI, M.. Time Series Analysis and Forecasting by Example New York: Wiley & Sons, Inc. , 2011.		
BOX, G. E., JENKINS G. M., REINSEL, G. C.. Time Series Analysis: Forecasting and Control . New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1994		
HAMILTON, J. D.. Time Series Analysis . Princeton: Princeton University Press, 1994.		
MADDALA, G.S. Introdução à econometria , Rio de Janeiro: LTC, 2003		
MORETTIN, P. A.. Econometria Financeira , Editora Blucher, 2ª Ed., 2011		

Componente Curricular: Economia do Trabalho		
<i>Período:</i> 6º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04194
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Conceitos básicos do Mercado de Trabalho. A Oferta e Demanda de Mão de Obra. Determinação dos Salários. Diferenciais Compensatórios do Mercado de Trabalho. A Teoria do Capital Humano e Sinalização.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Análise da Discriminação no Mercado de Trabalho. Migração. A atuação dos sindicatos e modelos de barganha. As Teorias do Desemprego. O Mercado de Trabalho no Brasil.

Referências

Básicas:

BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. Tradução: R. Brian Taylor. 5ª Edição. Porto Alegre. AMGH. 2012
 Equipe de Professores da USP. Organizador. **Manual de Economia**. 6ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2011

KON, Anita. Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil. São Paulo: ABET, 1998. 140 p.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de (Orgs.) Manual de Economia: Equipe de professores da USP. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Complementares:

AMADEO, Edward e ESTEVÃO, M. **Teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.

CAMARGO, J. Márcio (org.). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

EHRENBERG, Ronald G. e SMITH, Robert S. **Modern Labor Economics – Theory and Public Policy**. 11ª Edição. Editora Pearson. 2012.

KAUFMAN, Bruce E. e HOTCHKISS, Julie L. **The Economics of Labor Markets**. 6ª Edição. Editora Thomson South-Western. Canadá. 2003.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho – Modelos Teóricos e Debate no Brasil**. 1ª Edição. Curitiba. Editora CRV. 2012

Componente Curricular: Economia Monetária

Período: 6º

Tipo: Obrigatório

Código: 04112

Carga Horária Total: 60 h

Número de Créditos: 04

Pré-Requisitos: Macroeconomia II

Co-Requisitos: Nenhum

Ementa

Mecanismos pelos quais a política monetária atua sobre o sistema econômico e os efeitos das diferentes abordagens de condução da política monetária. Além disso, estuda as relações entre as variáveis reais agregadas (como produto, juro e emprego) e as variáveis nominais (estoque monetário, inflação, taxa de juros e taxa de câmbio). Nesse sentido, o curso aborda o papel da moeda, o funcionamento do sistema financeiro nacional, as teorias mais consagradas que versam sobre a economia monetária, bem como os problemas relacionados à inflação.

Referências

Básicas:

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 496 p.

MAYER, T.; DUESENVERRY, J. S.; OLIBER, R. Z. **Moeda, bancos e a economia**, 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 681 p.

MISHKIN, F. S. **Moeda, bancos e mercados financeiros**, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 474 p.

Complementares:

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 318 p.

CARVALHO, F. J.C. et. al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 426 p.

COSTA, F. N. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999. 341 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SACHS, J.; LARRAIN B., F. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.
 TEIXEIRA, E. **Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário**. São Paulo: Saraiva, 2002. 248 p.

Componente Curricular: Contabilidade Social		
<i>Período: 7º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 04171</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Macroeconomia II</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
<p>Conceitos de contabilidade social e finanças públicas. Aspectos metodológicos e esquemas contábeis. Sistemas de contas nacionais do Brasil. Esquema de insumo- produto. Contabilidade a preços constantes. Noções sobre esquemas integrais de contabilidade nacional. Balanço de pagamentos. Finanças públicas: Orçamento público. Receita Pública. Dívida pública. Números-índices.</p>		
Referências		
<p>Básicas: FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; BARBOSA FILHO, Nelson H.; PALIS, Rebeca (Org.). Contabilidade Social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013. PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>Complementares: BACHA, Edmar Lisboa. Introdução a macroeconomia: uma perspectiva brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. GIAMBIAGI, Fabio; Ana Claudia Alem. Finanças Públicas: teoria e pratica no Brasil. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000. IBGE. Sistema de contas nacionais: Brasil : 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p>		

Componente Curricular: Economia Internacional		
<i>Período: 7º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 04187</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Macroeconomia I</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
<p>Teorias do comércio internacional, calcadas na micro e macroeconomia, que buscam explicar as transações entre agentes econômicos de economias distintas. Trata, também, dos fatores determinantes de vantagens comparativas, suas implicações e do padrão do comércio entre economias distintas, elementos básicos que permitem conceber e analisar políticas de comércio exterior. Examina a estrutura e o comportamento das contas do Balanço de Pagamentos e procede a simulações de políticas para examinar os processos de ajustamentos internos e externos.</p>		
Referências		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Básicas:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2011.
 KRUGMAN, PAUL R. E MAURICE OBSTFELD. **Economia Internacional: Teoria e Política**, São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2001.
 KRUGMAN, Paul R. **Internacionalismo pop**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 213p.

Complementares:

APPLEYARD, DENNIS R.; FIELD JR, ALFRED J.; COBB, STEVEN L. **Economia Internacional**, Porto Alegre: AMGH, 2010.
 KRUGMAN, PAUL R. **Pop Internationalism**, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, USA, 1996.
 KRUGMAN, PAUL R., MAURICE OBSTFELD, MELITZ, MARC J. **Economia Internacional**, São Paulo: PEARSON Education do Brasil, 2015.
 LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
 MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Componente Curricular: Economia Política		
<i>Período: 7º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 04120</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Conceito de Economia Política. Forças Produtivas e Relações de Produção. Modo de Produção e Desenvolvimento Histórico. O Feudalismo. O Desenvolvimento do Comércio. As Cidades. Os Estados Nacionais. O Mercantilismo. A Revolução Industrial na Inglaterra. O Capitalismo Concorrencial. A Economia Clássica. Marx. Os neoclássicos. As crises Capitalistas.		
Referências		
Básicas:		
GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política . 19ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.		
HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem . 22. ed. ver. e ampl. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2013.		
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 244 p.		
Complementares:		
NUNES, A. Uma introdução à Economia Política . 3ª Ed. São Paulo: QuartierLatin, 2014.		
NUNES, A. Noção e objeto da Economia Política . 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 2014.		
PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.		
RIFKIN, Jeremy. Sociedade com custo marginal zero . São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2016.		
SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.		

Componente Curricular: Elaboração e Análise de Projetos Econômicos		
<i>Período: 7º</i>	<i>Tipo: Obrigatório</i>	<i>Código: 04198</i>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa	
O curso trata de técnicas de elaboração, análise e seleção de projetos econômicos. Traz questões relativas à análise de mercado, à engenharia do projeto, ao tamanho e à localização, bem como a aspectos financeiros. Adicionalmente, serão abordados conceitos como méritos sociais, financeiros e econômicos, e ainda incerteza e risco.	
Referências	
<p>Básicas: BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1984. KASSAI, J.R.; CASANOVA, S.P.C.; SANTOS, A.; ASSAF NETO, A. Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 2005. WOILER, S.; MATHIAS, W.F. Projetos: planejamento, elaboração, análise, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>Complementares: CLEMENTE, A. (Org.) Projetos empresariais e públicos, 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002. FERREIRA, R.G. Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. GALESNE, A.; FENSTERSEIFER, J.; LAMB, R. Decisões de investimentos da empresa. São Paulo: Atlas, 1999. LAPPONI, J.C. Projetos de investimentos na empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. REBELATTO, D. (Org.) Projetos de investimento. São Paulo: Manole, 2004. REILLY, F.K.; NORTON, E.A. Investimentos, 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>	

Componente Curricular: Economia Ambiental e dos Recursos Naturais		
<i>Período:</i> 7º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04196
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Economia Agrícola	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Meio Ambiente e Economia: as relações entre a economia, a ecologia e a responsabilidade social das empresas; Teoria dos Recursos Naturais Esgotáveis e Renováveis; Fundamentos da economia do meio ambiente e dos recursos naturais; Direito de propriedade dos recursos naturais. Teoria econômica e meio ambiente: a questão ambiental sob o enfoque econômico; Alocação intertemporal dos recursos naturais; Economia da poluição; Instrumentos públicos e privados de política ambiental; Avaliação econômico-social do meio ambiente.		
Referências		
<p>Básicas: MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 318 p. MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Economia ambiental: gestão de custos e investimentos. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 232 p ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed., ampl. e rev. São Paulo: Makron Books, 2004. xvi, 232 p.</p> <p>Complementares:</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BENAKOUCHE, R.; SANTA CRUZ, R. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: MAKRON Books do Brasil Editora Ltda. 1994. 198p.

BÜRGENMEIER, Beat. **Economia do desenvolvimento sustentável**. Tradução: Ana André. – Lisboa: de Boeck & Larcier, Instituto Piaget, 2005.

MAY, Peter Herman; MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, [1994]. 195p.

MOTTA, R. S. da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998. 218p. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf> Acesso em: 20.set.2016.

MOTTA, Ronaldo Seroa. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Componente Curricular: Economia do Setor Público		
<i>Período:</i> 8º	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04172
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Microeconomia II	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Introdução. Equilíbrio Geral e Bem Estar na Economia. O Estado na Economia. Falhas de Mercado. A Intervenção do Estado na Economia. Os Bens e Serviços Públicos. As Despesas Públicas. O Financiamento dos Gastos Públicos. Tributação.		
Referências		
Básicas:		
LONGO, C. A. TROSTER. Economia do Setor Público . São Paulo. Atlas. 1997		
PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7ª ed. Prentice Hall. São Paulo. 2010		
GIAMBIAGI, F. Finanças Públicas . São Paulo. Campus.2011		
Complementares:		
BIDERMAN, C. AVARTE, P. Economia do Setor Público . FGV EAESP. 3ª Ed. São Paulo. Campus.2004		
FILELLINI, A. Economia do Setor Público . São Paulo. Atlas. 1997		
GIACOMONI, J. Orçamento Público . 16 ed. São Paulo. Atlas. 2012		
RIANI, F. Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória 5ª Ed. LTC. 2009		
VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos . 7ªed. São Paulo. Campus.2008.		

Componente Curricular: História do Pensamento Econômico		
<i>Período:</i> Sem Periodização	<i>Tipo:</i> Obrigatório	<i>Código:</i> 04133
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Economia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Sistematização das ideias, conceitos e teorias das escolas de pensamento econômico do século XVI ao final do século XXI.		
Referências		
Básicas:		
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória . São Paulo: Atlas, 1995. 158 p		
DENIS, Henri. Historia do pensamento econômico . Lisboa, PO: Horizontes, 1987. 782p.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 244 p.

Complementares:

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p.

MENDES, J. M. Amado. **História econômica e social dos séculos XV a XX**. 2. ed. Lisboa, PO: Fundação C. Gulbenkian, 1997. 187 p.

North, Douglas C. **Structure and change in economic history**. W. W. Norton & Company, Inc. New York, 1981

Oser, Jacob & Blanchfield, William C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

RIMA, I. H. (Ingrid Hahne). **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1987. 597p.

Componente Curricular: Comercialização Agrícola		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativa	Código: 04175
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>		<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>
Ementa		
Mercados e canais de comercialização de produtos agropecuários. Importância dos mercados agrícolas. Variáveis econômicas na comercialização agrícola. Políticas de preços. Variações sazonais.		
Referências		
Básicas:		
ACCARINI, J.H. Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro . – 1ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1987		
BACHA, C.J.C. Economia e política agrícola no Brasil . – 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004		
HOFFMANN, Rodolfo. Administração da empresa agrícola . 6.ed. São Paulo: Pioneira, c1989. 325p.		
Complementares:		
ALBUQUERQUE, M.C.C. de & NICOL, R. Economia agrícola: setor primário e a evolução da economia brasileira . São Paulo: McGraw-Hill, 1987.		
BATALHA, Mário Otávio. Gestão agroindustrial : GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GRISA, Cátia e SCHENEIDER, Sérgio (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf Acesso em: 20.set.2016.		
SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de e BUAINAIN, Antônio Márcio. Economia Agrícola . – São Carlos: EdUFSCar, 2011.		
WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. Olhares Sociais (2) Janeiro-junho 2013:51-78 . Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/Desenvolvimento-rural-capitalismo-e-agricultura-familiar.pdf Acesso em: 16 set. 2014.		

Componente Curricular: Direito Agrário

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04784
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Doutrinas do Direito Agrário. Evolução Histórica do direito de propriedade. Função Social da Terra. Relação da estrutura fundiária brasileira com as normas de Direito Agrário. Instituto Sesmarial. Lei de Terras de 601 de 1850. Estatuto da Terra. I PNRA. II PNRA. Processo de desapropriação. Reforma Agrária. Contratos Agrários.		
Referências		
Básicas:		
BRASIL. Estatuto da terra : lei n.4.504, de 30 de novembro de 1964.. Brasília: INCRA, 1964. 53p		
MEDEIROS, Roseana Borges de. Reforma agrária no papel: legislação X aplicação . Olinda, PE: LivroRápido, 2005. 148 p.		
PINTO FERREIRA. Curso de direito agrário . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.		
Complementares:		
BRAGA, Jose dos Santos Pereira. Introdução ao direito agrário . Belém: Edições CEJUP, 1991. 141p.		
CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Belém: Banco da Amazonia S/A, 1988. v, 271 p.		
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito público e privado . 9. ed. São P		
SAES, Décio. Formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. SOUSA, J. B. Medeiros de. Direito agrário: lições básicas . 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1987. 109 p.		

Componente Curricular: Direito Ambiental		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04706
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
O Direito Ambiental e a sua natureza jurídica. A Constituição brasileira de 1988 e as competências dos entes federados. Princípios que orientam o Direito Ambiental. Institutos e instrumentos jurídicos do Direito Ambiental. Campo de ação do Direito Ambiental. Direito Ambiental Comparado e Direito Ambiental Internacional.		
Referências		
Básicas:		
MACHADO, P. A. Leme. Direito ambiental brasileiro . 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.		
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental . 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.		
CONSTITUIÇÃO Federal, coleção de leis de direito ambiental (CLDAmb). Bueri, SP: Manole, 2004		
Complementares:		
MUKAI, T. Direito ambiental sistematizado . 4 ed. São Paulo: Forense, 2002.		
MILARÉ, É. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência . 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.		
PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (Ed) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri, SP: Manole, 2005		
RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; IRIGARAY, Carlos Teodoro Hugueneu. O direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental . São Paulo: Peirópolis, Brasília: IEB, 2005.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRASIL. **Legislação Brasileira de resíduos sólidos e ambiental correlata..** Brasília: Senado Federal, 1999.

Componente Curricular: Economia Agroindustrial		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04186
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas; Comercialização de produtos agroindustriais; Marketing estratégico aplicado ao agronegócio; Logística agroindustrial; Planejamento e controle de produção; Gestão de custos agroindustriais; Gestão de qualidade agroindustrial; Projeto de produtos agroindustriais; Agronegócio cooperativo.		
Referências		
Básicas:		
DÉCIO, Zylberrstajn e NEVES, Marcos Fava – (Org.) Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares , PENSA-SP – São Paulo – Editora Pioneira, 2000		
GEPAI – Grupos de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Gestão Agroindustrial , Volume 1 – São Paulo – Editora Atlas, 1997.		
AZEVEDO, P.F. de e GIORDANO, S., Competitividade do Sistema Agroindustrial do trigo . In: Farina e Zylbersztajn, D. (Coord.) Competitividade no Agribusiness Brasileiro . Pensa/Ipea, Publicado em CD-ROM, 1998.		
Complementares:		
MEGIDO, José Luiz Tejon e XAVIER – Marketing & Agribusiness . São Paulo – Editora Atlas, 1995.		
LAZZARINI, S. G. & NUNES, R. – Competitividade do Sistema Agroindustrial da Soja . In Farine, E.MQ. (Coord.) Competitividade da Agroindústria Brasileira . Pensa/Ipea, CD-ROM, 1998.		
BNB – Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste. – Fortaleza, 1992, 7 vol.		
MASSILON, J. Araújo – Fundamentos de Agronegócios . Editora Atlas, 147p., São Paulo, 2003.		
MULLER, Geraldo – Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária Hucitec. São Paulo, 1989.		

Componente Curricular: Economia Florestal		
Período: Sem periodização	Tipo: Optativo	Código: 04103
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Introdução a economia, principais conceitos do uso racional dos recursos econômicos; Teoria da demanda e da oferta; Elasticidade da demanda e da oferta; Teoria dos custos; Custos na empresa Florestal; Teoria da produção; Matemática financeira aplicada a engenharia florestal; Avaliação florestal; Avaliação econômico-social de empreendimentos florestais.		
Referências		
Básicas:		
DUERR, William A. Fundamentos da economia florestal . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972. 754p.		
JOHNSTON, D. R.; GARYSON, A. J.; BRADLEY, R. T. Planeamento Florestal . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977. 798p.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REZENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. de. **Análise Econômica e Social de Projetos Florestais**. Viçosa: Editora da UFV. 2001.

Complementares:

DUERR, William A. Fundamentos da economia florestal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1972.754p.

HUMMEL, Paulo Roberto V.; TASCHNER, Mauro Roberto B. Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos: engenharia econômica: teoria e prática. São Paulo: Atlas. 4ed. 1995. 216p.

MANSFIELD, Edwin. **Microeconomia: teoria e aplicações**. Edwin Mansfield e Gary Yore; tradução de Cid Knipel Moreira; revisão técnica: Lígia Maria de Vasconcelos; colaboração Luís Cláudio Barcelos, André de Crvalho. São Paulo: Saraiva, 2006. 640p.

SILVA, Márcio Lopes da; JACOVINE, Laércio A. G.; VALVERDE, Sebastião Renato. **Economia Florestal**. Viçosa, 2 ed.; Editora da UFV; 2005. 178p.

SILVA, Márcio Lopes da ; SOARES, Naisy Silva. **Exercícios de Economia Florestal – Aprenda praticando**. Viçosa, Editora da UFV; 2009. 141p

Componente Curricular: Economia Pesqueira		
Período: Sem periodização	Tipo: Optativo	Código: 04104
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Economia I</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Características e importância das atividades pesqueiras. Princípios econômicos. A demanda e a oferta de produtos pesqueiros. Otimização bioeconômica da pesca sustentável. Captura ótima e extração máxima sustentável. Custos e esforços de pesca. Tipos de pescarias: livre entrada e propriedade privada. Regulação ótima. Macroeconomia pesqueira e Comércio exterior.		
Referências		
Básicas:		
HARTWICK, J.M., OLEWILER, N.D. The economics of natural resource use . New york: Harper & Row Publishers. 2004.		
NEHER, P.A. Natural resource economics: conservation and exploitation . New York: Cambridge University Press, 2002. 360 p.		
RIBEMBOIM, Jacques. Economia da Pesca Sustentável no Brasil . Recife: Editora Bagaço, 2010.		
Complementares:		
JOLLY, C.M.; CLONTS, H.A. Economics of Aquaculture . Food Products Press, 1992.		
LEFTWICH, R.H. O Sistema de preços e a alocação de recursos . 7a. Ed., São Paulo: Pioneira, 1991.		
PINDICK, Robert and RUBEINFELD, Daniel. Microeconomia . 5a Edição. São Paulo: Makron Books, 2002. 790 p.		
PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
RIBEMBOIM, Jacques (Org). Mudando os Padrões de Produção e Consumo: textos para o século XXI . Brasília: Editora do IBAMA, 1997. 147p.		

Componente Curricular: Economia Regional		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04135
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<i>Pré-Requisitos:</i> Macroeconomia I	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa	
Fundamentos da Economia Espacial. A Questão Regional. Análise de Problemas Urbanos e Regionais. Novas divisões espaciais do trabalho. Novas localizações Industriais. Convergência e disparidade. Experiências internacionais. Quadro regional brasileiro e Integração Econômica. Perspectivas de Políticas Regionais em um quadro de abertura e integração.	
Referências	
<p>Básicas: BRUECKNER, J. Lectures on Urban Economics, MIT press, 2011. DINIZ, C. C.; CROCCO, M. Economia Regional e Urbana Contribuições Teóricas Recentes, Editora UFMG, 2006 KRUGMAN, P. (1991) Geography and Trade, MIT Press.</p> <p>Complementares: DUARTE, G.B.; SILVEIRA NETO, R. Condicionantes do tempo de ida ao trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, 2012. SILVEIRA NETO, R. Especialização das atividades-quociente locacional para municípios de Pernambuco em 2002, 2003. SILVEIRA NETO, R. Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no Econômica: Evidências para o Brasil no Período 1950-2000. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, no 2, abr-jun. 2005 SILVEIRA NETO, R.; MENEZES, T. A. "Disparidades Regionais de Renda no Brasil: Analisando a Importância do Capital Humano", In: Fórum Brasil-Europa, 2008.</p>	

Componente Curricular: Educação das Relações Étnico-Raciais		
<i>Período:</i> Sem Periodização	<i>Tipo:</i> Optativo	<i>Código:</i> 05145
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i> 04	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
Formação das identidades brasileiras: elementos históricos. Relações sociais e étnico-raciais. África e Brasil, semelhanças e diferenças em suas formações. Interações Brasil-África na contemporaneidade. Preconceito, estereótipo, etnia, interculturalidade. A Educação indígena no Brasil, historicidade e perspectivas teórico-metodológicas. Ensino e aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Pluralidade étnica do Nordeste e de Pernambuco: especificidades e situação sócio-educacional. Multiculturalismo e Transculturalismo crítico.		
Referências		
<p>Básicas: MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 118p MOURA, Clovis. Historia do negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1989. 84 p. RATTS, Alecsandro J. P.; SOUZA, Edileuza Penha de; COSTA, Kênia Gonçalves (Revisor). Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2006. 256 p</p> <p>Complementares: BARBOSA, W. de Deus. Os Índios Kambiwá de Pernambuco: Arte e Identidade Étnica. Rio de Janeiro: UFRJ,</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1991.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. 3a ed., Brasília: MEC, 2001.

CANDAU, V. M. **Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios**. In: Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa educação**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

Componente Curricular: Empreendedorismo		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04180
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Fundamentos conceituais de empreendedorismo. Características do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios. Cultura empreendedora. Plano de Negócio.		
Referências		
Básicas:		
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.		
MELO NETO, F. P. e FROES, C. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.		
Complementares:		
DOLABELA, F. O segredo de Luísa . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.		
DOLABELA, F. Oficina do empreendedor . Rio de Janeiro: Sextante, 2008.		
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios . São Paulo: Pioneira, 1994.		
TRÍAS DE BES, F. O livro negro do empreendedor . 4 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.		
JULIEN, P.-A. Empreendedorismo regional e economia do conhecimento . São Paulo: Editora Saraiva, 2010.		

Componente Curricular: Formação Econômica do Nordeste		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04136
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Formação Econômica do Brasil</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
As primeiras formas de exploração colonial do Nordeste. A Transição para o trabalho assalariado. Da lavoura canavieira à industrialização induzida. Pólos de desenvolvimento. A importância do Setor de Serviços. O modelo de neocolonialismo interno. As relações inter-regionais e a supremacia sudestina. Estudos de indicadores. A diversidade territorial interna e desigualdade social. Políticas regionais.		
Referências		
Básicas:		
GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do Nordeste . Recife: Editora Massangana, 1989.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Editora Massangana, 1996.

Complementares:

IPEA. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: Editora do IPEA, 1996.
 MAIA GOMES, Gustavo. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: Editora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2001.
 PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.
 RIBEMBOIM, Jacques. **Nordeste Independente**. Recife: Editora Bagaço, 2002.
 VALE SOUZA, Aldemir do. **Emprego no Nordeste: o papel da integração regional**. Recife: Editora Massangana, 2000.

Componente Curricular: Fundamentos de Filosofia		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04521
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
As origens do Filosofar e do Pensamento Clássico Grego – Visão Geral da Filosofia Medieval – As características fundamentais entre o Pensamento Renascentista e o Pensamento Moderno – As correntes filosóficas do Pós Modernismo e do Pensamento Contemporâneo – Ética.		
Referências		
Básicas:		
GARCIA MORENTE, Manuel. Fundamentos de filosofia: lições preliminares . 8. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980		
JACQUARD, Albert; PLANES, Huguette. Filosofia para não-filósofos: respostas claras para questões essenciais . Rio de Janeiro: Campus, 2004. 154 p..		
JOLIVET, Regis. Curso de filosofia. 16. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. 445 p.		
Complementares:		
FREITAG, Barbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.		
GILSON, Etienne. A Filosofia na Idade Média . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.		
NERI, Demetrio. Filosofia Moral – Manual Introdutivo . São Paulo: Ed. Loyola, 2004.		
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia . São Paulo: Ed. Paulus, 1991.		
SUASSUNA, Ariano. Iniciação à Estética . Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2009.		

Componente Curricular: Geografia Agrária		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04628
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Dinâmica rural e a Geografia Agrária. As relações de produção e as relações de trabalho nas atividades agrárias: ontem e hoje. Diferenciações das estruturas agrárias. Transformações recentes na dinâmica		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

econômica do meio rural, com ênfase para o campo brasileiro.
Referências
<p>Básicas: ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e reforma agrária. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. 86 p. SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (Org.). Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2009. 359 p. GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.</p> <p>Complementares: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. In: Estudos Avançados - USP, vol. 11, no. 29. 79-93. 1997. ETGES, Virginia Elisabeta. Geografia Agrária: A contribuição de Leo Waibel. Florianópolis: EDUNISC. 2000. 226 p. MARQUES, Marta I. Medeiros, FERNANDES, Bernardo M. e SUZUKI, Julio C. Geografia Agrária: Teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 384 p. VALLE, Raul Silva Telles e ESTERCI, Neide. Reforma Agrária e Meio Ambiente. São Paulo: Socio-ambiental. 2003. 192 p. SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record. 473 p. 2001.</p>

Componente Curricular: Geografia da População		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 17002
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Estatística E</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Apresentar a questão populacional não apenas inserida no contexto da socioeconomia e da política, mas também, como parte do processo de evolução da humanidade.		
Referências		
<p>Básicas: DAMIANI, Amélia. População e geografia. 4ª ed. São Paulo: ed. Contexto. 1998. 106 p. ALVES, J. E.. Políticas populacionais e os direitos reprodutivos: “o choque de civilização versus progressos civilizatórios. Rio de Janeiro: IBGE,. Disponível em: http://www.encc.gov.br/ (Textos para discussão).2002 Wong Laura L. Rodríguez, & Carvalho J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006. www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf</p> <p>Complementares: BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 319 – 362. 1997 NAZARETH, J. Manuel. Demografia: a ciência da população. Lisboa: ed. Presença. 2004 PEREIRA, Wladimir (1978) Demografia do subdesenvolvimento. São Paulo: editora Saraiva. 1978 294p. RAFFESTIN, Claude. Recenseamento e poder. In: Por uma geografia de poder. São Paulo. Editora Ática. 1993</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SEM, Amartya. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das letras. 2000.

Componente Curricular: Geografia Econômica do Nordeste		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04137
<i>Equivalência</i>	<i>Geografia Econômica</i>	<i>Código: 04694</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Apresentar o processo evolutivo do conhecimento geográfico, a institucionalização da ciência Geográfica como ciência, bem como conceitos geográficos relacionados aos aspectos físicos e sociais, relacionando-os às atividades produtivas, enfatizando a interação da dinâmica espacial com a evolução de segmentos econômicos, notadamente para os setores da produção industrial, agropecuária e meio ambiente, paralelamente observando mudanças socioeconômicas impetradas a partir do processo de globalização da economia.		
Referências		
<p>Básicas: CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990. 93p. FIORI, José Luís. (2004) O PODER AMERICANO. Ed: Vozes. www.unicap.br/Neal/artigos/ProfFiori.pdf PERES, M, A. de Castro. Do taylorismo /fordismo à acumulação flexível toyotismo: novos paradigmas e velhos dilemas. www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/.../Artigo_Marcos.pdf</p> <p>Complementares: ASCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. Tradução e apresentação Nadia Somekh. São Paulo. Romano Guerra, 2010. BASSO, Pietro. O walmartismo no trabalho no início do século XXI. In: <i>margem esquerda: ensaios marxistas</i> n° 18. 6 p FABRINI, José Edmilson. (2013) Questão agrária, território e movimentos sociais no campo. Cap 6. E-book. ENANPEGE. 2013. PAES; SIILVA & MATIAS (ORGANIZADORES) ISBN 978--85--8147--058--0. p. 89-108 Freitas, Elisa Pinheiro de. (2014) O poder das empresas transnacionais sobre o Território brasileiro. Reflexões a partir do sector sucroenergético. Geocrítica. HAESBAERT, Rogério. (2002) Metrópole – um espaço de síntese de modernidade. In: Territórios alternativos. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto. p. 88 – 100.</p>		

Componente Curricular: Gestão de Tecnologia da Informação		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04229
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Tecnologias de informação (TI). Planejamento estratégico da TI. Fatores Críticos de sucesso na Gestão da TI. Processo Decisório. Os papéis do profissional da informação. Gerenciamento de Projetos de TI. Ferramentas utilizadas na Gestão da TI. Segurança e tendências atuais em TI.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Referências
<p>Básicas: PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 7. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011. xxviii, 780 p REZENDE, Denis Alcides. Engenharia de software e sistemas de informação. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2002. xxiv, 358 p VIEIRA, Vaninha; SANTOS, Marizete Silva. Análise e projeto de sistemas de informação. Recife: UFRPE, 2010. 55 p.</p> <p>Complementares: ALBERTO, L. A. Administração de Informática: Funções e Fatores Críticos de Sucesso. 5ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004. CRUZ, T. Sistemas, Organização e Métodos: estudo integrado das novas tecnologias da informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MANAS, A. V. Gestão da Tecnologia e Inovação. São Paulo: Érica, 2001. POTTER, R. E., RAINER, R. K., TURBAN, E. Administração de Tecnologia da Informação: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 3ª ed., 2005. VIEIRA, M. Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação. Campus, 2006.</p>

<i>Componente Curricular: História do Pensamento Político Ocidental</i>		
<i>Período: Sem Periodização</i>	<i>Tipo: Optativo</i>	<i>Código: 04730</i>
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Evolução do Pensamento Político. O movimento renascentista. O pensamento político moderno. Tendências doutrinárias modernas.		
Referências		
<p>Básicas: MACHIAVELLI, Niccolo. O príncipe. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 126 p. MACHIAVELLI, Niccolo. O príncipe e escritos políticos. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2010. 108, [1] p. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo; 2.). ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: M. Claret, c2004. 141 p. (Coleção A obra-prima de cada autor; 199).</p> <p>Complementares: HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1986. 313 p. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 541 p. MENDES, J. M. Amado. História econômica e social dos séculos XV a XX. 2. ed. Lisboa, PO: Fundação C. Gulbenkian, 1997. 187 p. PIRENNE, Henri. As cidades da idade média. Lisboa: Europa-América, [198-?]. 182p. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Wirtschaft und gesellschaft: grudriss der verstehenden soziologia. Brasília: Ed. UnB, 1999. 422 p</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04730
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Estudos históricos da Educação de Surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da surdez. Aquisição da linguagem pelo surdo. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.		
Referências		
<p>Básicas: GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. _____; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.</p> <p>Complementares: BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. BRASIL, MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007); Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf Acesso: 20 set. 2011. BRASIL. Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em: 19 mar. 2012.</p>		

Componente Curricular: Mercado de Capitais		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04138
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Conceito, abrangência e características do mercado de capitais. Sistema financeiro nacional. Mercado financeiro. Dinâmica do mercado. Produtos financeiros. Mercados de ações e de futuros. Mercado de derivativos. Risco e retorno. Seleção de carteiras. Análise do risco de crédito.		
Referências		
<p>Básicas: ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. São Paulo: Atlas, 1999. BMF&Bovespa; CVM. Mercado de valores mobiliários brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: CVM, 2014. http://www.portaldoinvestidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2004. xxvi, 624 p.</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Complementares:

BMF&Bovespa; CVM. **Mercado de derivativos no Brasil: conceitos, produtos e operações**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: CVM, 2015.
 CAQUETTE, John B; ALTMAN, Edward I; NARAYANAN, Paul. **Gestão do risco de crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.
 CORRÊA, A.L. e RAÍCES, C. **Derivativos Agrícolas**. São Paulo: Globo, 2005
 HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2008.
 MELLAGI FILHO, A. e ISHIKAWA, S. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2000.

Componente Curricular: Métodos Quantitativos Aplicados à Economia		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04139
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>		<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>
Ementa		
Aplicação de planilhas eletrônicas à problemas econômicos (amostragem, tabelas, gráficos, distribuições de frequências, medidas da tendência central e dispersão, estimação e teste de hipóteses, regressão, correlação e análise de séries temporais), sem aprofundamento dos conceitos teóricos da estatística e econometria. Recursos de planilhas eletrônicas para a matemática financeira. Outros softwares.		
Referências		
Básicas:		
ANDERSON, David Ray; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur. Estatística aplicada à administração e economia . São Paulo: Pioneira, 2005. 642 p.		
GUJARATI, Damodar N. Econometria básica . Rio de Janeiro: Elsevier, c2006. xxiv, 812 p.		
LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações : usando microsoft excel em Português . Rio de Janeiro: LTC, 2005. xviii, 819 p. + 1 CD-ROM		
Complementares:		
BUSSAB, W. O. & MORETIN, C. A. Estatística Básica . 6 ed. Saraiva, 2010.		
DOWNING, DOUGLAS, CLARK, JEFFREY: Estatística Básica , São Paulo; Saraiva, 1998		
MORETIN, I. G. Estatística Básica: Probabilidade e Inferência . São Paulo. Pearson.2010. 376p.		
MUKHERJEE, CHANDAN; WHITE, HOWARD; WUYTS, MARC; Econometric and Data Analysis for Developing Countries , London: Routledge, 1998		
NEUFELD, JOHN L., Estatística Aplicada à Administração usando EXCEL , São Paulo: Prentice Hall, 2003		

Componente Curricular: Planejamento Econômico Estratégico		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04148
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>
<i>Pré-Requisitos: Macroeconomia I</i>		<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>
Ementa		
Fornecer estrutura conceitual e analítica que permita ao estudante de economia desenvolver planejamento econômico estratégico em organizações públicas e privadas.		
Referências		
Básicas:		
AAKER, DAVID A. Administração Estratégica de Mercado . 5 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PINDYCH, R. S. E RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
 PORTER, MICHAEL E. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campos, 1986.

Complementares:

PORTER, M. E. Competição: Estratégias Competitivas Essenciais. Rio de Janeiro - Campus, 1999.
 PORTER, MICHAEL E. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campos, 1993.
 SILVA FILHO, GUERINO E. A Interpretação para o Atraso Relativo do Nordeste a partir da Teoria do Desenvolvimento Econômico Periférico da CEPAL. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 107-120, 1997.
 SILVA FILHO, GUERINO E. As Novas Estratégias de Desenvolvimento Econômico Regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 212-232, 1999.
 VARIAN, HAL R. Microeconomia: princípios básicos. Tradução da 5ª ed. Americana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Componente Curricular: Português Instrumental I		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04314
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>		<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>
Ementa		
Apresentação da função e das principais características do gênero Resumo. Atividades de leitura e de síntese para a produção desse gênero. Produção de resumo. Apresentação da função e das principais características do gênero Resenha. Análise de elementos linguísticos que são utilizados em comentários e na produção de resenha.		
Referências		
Básicas:		
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de Texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 1996.		
_____. Para Entender o Texto . São Paulo: Ática, 1990.		
LIBERATO, Y e FULGÊNCIO, L. É Possível Facilitar a Leitura: um guia para escrever claro. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.		
MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
Complementares:		
MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI L. S. Resumo . São Paulo: Parábola, 2004.		
_____; _____. Resenha . São Paulo: Parábola, 2005.		
SAUTCHUCK, I. Perca o Medo de Escrever: da frase para o texto . São Paulo: Saraiva, 2011.		
SEVERINO, A. J. Diretrizes para a Realização de um Seminário. In: Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, p. 63-70, 2002.		
CEREJA, W. R. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação . São Paulo: Atual, 1999.		
INFANTE, U. Do Texto ao Texto: curso prático de leitura e redação . 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.		

Componente Curricular: Sociologia do Meio Rural		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04406
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<i>Pré-Requisitos:</i> Introdução à Sociologia	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum
Ementa	
<p>Conceitos, objeto e métodos da sociologia do meio rural. Contribuições clássicas e contemporâneas ao estudo da questão agrária e camponesa. Modernização da agricultura, a estrutura fundiária brasileira e a atualidade da reforma agrária. Os conflitos sociais no campo e papel do Estado. Os Movimentos Sociais rurais no Brasil - história e atualidade. Novas questões e demandas no meio rural brasileiro: Agricultura familiar e agronegócio; agroecologia e produção orgânica; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; segurança e soberania alimentar e nutricional; atividades rurais não agrícolas e desenvolvimento territorial.</p>	
Referências	
<p>Básicas: ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998. MARTINS, José de Souza (org). Introdução Crítica à Sociologia Rural, São Paulo: Editora Hucitec, 1986. GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. <i>Cadernos de Ciência e Tecnologia</i> EMBRAPA, v. 19, n. 01, p. 37-67. 2002.</p> <p>Complementares: ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária - O Impossível Diálogo. São Paulo, Edusp, 2001 STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. VEIGA, José Eli da (2004) – Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização, in <i>Estudos Avançados</i> nº 51, maio/agosto/2004. COSTA, Lúcio F. C. e SANTOS, R. (orgs) Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.</p>	

Componente Curricular: Teoria dos Jogos		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04140
<i>Carga Horária Total:</i> 60 h	<i>Número de Créditos:</i>	
<i>Pré-Requisitos:</i> Nenhum	<i>Co-Requisitos:</i> Nenhum	
Ementa		
<p>Jogos Estáticos e Dinâmicos. Jogos com Informação completa e Incompleta. Jogos Cooperativos e não Cooperativos.</p>		
Referências		
<p>Básicas: FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed, 6. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. xvi, 394 p. VASCONCELLOS, M. A. S., R. G. OLIVEIRA Manual de Microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000. VARIAN, H.R. Microeconomia: Princípios básicos. São Paulo: Campus, 2003</p> <p>Complementares: GIBBONS, R. A Primer in Game Theory. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1992. MAS-COLELL, A., M.D. WHINSTON, J.R.GREEN Microeconomic Theory. Londres: Oxford University Press,</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1995.

NICHOLSON, Walter e SNYDEI, Christopher. *Microeconomic Theory – Basic Principles and Extensions*. 10ª Ed., Thomson, 2008

PYNDICK, R. E RUBINFELD, D. *Microeconomia*, 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

TIOLE, J. *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1988.

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Microeconomia		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04134
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Microeconomia II</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Discussões atuais e aplicações empíricas na área microeconômica.		
Referências		
Básicas:		
PINDICK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L., <i>Microeconomia</i> , Tradução: Eleutério Prado, 8ª ed., São Paulo, Prentice Hall, 2014.		
VARIAN, Hal R. , <i>Microeconomia – Princípios Básicos</i> , Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro, 8ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2012.		
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval e OLIVEIRA, Roberto Guerra de., <i>Manual de Microeconomia</i> , 3ª Ed, São Paulo, Atlas, 2011.		
Complementares:		
KRUGMAN, P. e R. WELLS. <i>Microeconomia: Uma abordagem moderna</i> . 3ª edição, Ed. Campus: Rio de Janeiro. 2015		
JEHLE, G.; RENY, P. <i>Advanced Microeconomic Theory</i> . 2o. Edition. New York. The Addison-Wesley. 2001		
MAS-COLLEL, Andreu; WHINSTON, Michael; GREEN, Jerry. <i>Microeconomic Theory</i> . Oxford University Press, 1995.		
VARIAN, Hal R.. <i>Microeconomic Analysis</i> . Norton & Company. New York. Third Edition, 1992.		
NICHOLSON, Walter e SNYDEI, Christopher. <i>Microeconomic Theory – Basic Principles and Extensions</i> . 10ª Ed., Thomson, 2008		

Componente Curricular: Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04141
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Economia Ambiental e dos Recursos Naturais</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Conceituação de impacto ambiental. Fatores ambientais. Evolução das metodologias de análise de impacto ambiental. Metodologias utilizadas como instrumento de identificação, descrição, seleção e valorização de impacto ambiental. Aplicação de estudos de avaliação de impactos ambientais (A.I.A) no Brasil, em países em desenvolvimento e desenvolvidos.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Referências		
Básicas:		
IBAMA. Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1995.		
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. 328 p		
BRAGA, B. et al. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 305p		
Complementares:		
MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. da. (Org.). Economia do meio Ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003. 318 p		
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002. 381p		
MOURA, L. A . A . de. Economia Ambiental: gestão de custos e investimentos. 2 ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2003. 248p		
SALVADOR, N. N. B. Avaliação de impactos sobre a qualidade dos recursos hídricos. São Carlos, TOMMASI, L. R. Estudo de impacto ambiental. São Paulo, CETESB, 1999.		
Componente Curricular: Tópicos de Macroeconomia		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04147
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Macroeconomia II</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Discussões atuais e aplicações empíricas na área macroeconômica		
Referências		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 602 p.		
FROYEN, Richard T. Macroeconomia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p		
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 512 p.		
Complementares:		
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. [xvi], 930 p.		
KEYNES, J. M.. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.		
MANKIWI, N. Gregory. Macroeconomia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998. xxiii, 379 p.		
MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995. 301p.		
SACHS, J.; L. B. F.. Macroeconomia. Ed. rev. e atual. São Paulo: Makron Books, 2000. 848p.		

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Econometria		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04200
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Econometria I</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Avaliação quantitativa de políticas públicas: A relevância da avaliação quantitativa das políticas públicas; O modelo clássico de Regressão Linear (MCRL); Relaxando as hipóteses do MCRL; Endogeneidade e variáveis instrumentais; Análise longitudinal e dados de painel; Problemas econômicos e aplicação de propensity		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

score, diferença em diferença e regressão descontínuas; Análise de custo benefício.
Referências
<p>Básicas: GUJARATI, D. N. Econometria básica, São Paulo: Makron Books, 2000. WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxiii, 701 p. ISBN 9788522104468 (broch.). STOCK J. e WATSON M.. Econometria. São Paulo: Addison Wesley, 2004</p> <p>Complementares: MENEZES-FILHO, Naércio. Avaliação econômica de projetos sociais. Fundação itaú social, 2012. Disponível em: http://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/ CAMERON, C. And TRIVEDI, P. Microeconometrics using stata. Stata Press, 2013. BUENO, R. L. S.. Econometria de Séries Temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2008 MADDALA, G.S. Introdução à econometria, Rio de Janeiro: LTC, 2003 MORETTIN, P. A.. Econometria Financeira, Editora Blucher, 2ª Ed., 2011</p>

Componente Curricular: <i>Behavioral Economics of Global Affairs</i>		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 20000
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>		<i>Número de Créditos: 04</i>
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>		<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>
Ementa		
<p>Economic Rationality and Bounded Rationality. Contexts, framing and individual behavior. Heuristics, cognitive and social biases. Principles of organizational behavior. Unethical behavior, strong contexts, ethical blindness and moral disengagement. Organizational decision making: business modeling and garbage-can models. Global affairs from behavioral perspectives: Prejudice and Discrimination; Aging (pensions and retirement); Consumerism and debt; Environmental degradation and biodiversity reduction; Global warming and climate change; Malnutrition and food insecurity; Migration.</p>		
Referências		
<p>Básicas: ALTMAN, M. Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments. Abingdon, Oxon, GB: Routledge, 2015. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017. AVILA, F. e BIANCHI, A. orgs. (2015). Guia de Economia Comportamental e Experimental. São Paulo. EconomiaComportamental.org. Disponível em: http://www.economiacomportamental.org. Acessado em: 24/01/2017. WORLD BANK. (2015). World development report 2015: mind, society, and behavior. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015 . Acessado em: 09/02/2017.</p> <p>Complementares: ALTMAN, M. Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments. Abingdon, Oxon, GB: Routledge, 2015. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017. FRAME, J. D. Framing Decisions : Decision-Making That Accounts for Irrationality, People and Constraints. Somerset, US: Jossey-Bass, 2012. Acessado via ProQuest ebrary em 15 de Agosto de 2017. LOW, Donald. Behavioral Economics and Policy Design: Examples from Singapore. London, US: Imperial College Press, 2011. Acessado via ProQuest ebrary em 15 de Agosto de 2017. OTTESON, James R., ed. What Adam Smith Knew: Moral Lessons on Capitalism from Its Greatest</p>		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Champions and Fiercest Opponents. New York, US: Encounter Books, 2014. Acessado via ProQuest Ebrary em 15 de Agosto de 2017.

Componente Curricular: Economia Comportamental de Questões Globais		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 20000
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Racionalidade econômica e racionalidade limitada. Contextos, perspectivas e comportamento individual. Regras-de-bolso, vieses cognitivos e sociais. Princípios de comportamento organizacional. Comportamento antiético, contextos fortes, cegueira ética e desengajamento moral. Tomada de decisão organizacional: modelagem de processos e modelo lata de lixo. Grandes questões globais sob a ótica comportamental: preconceito e discriminação; envelhecimento; consumismo e endividamento; degradação ambiental; aquecimento global; desnutrição e insegurança alimentar; migração.		
Referências		
Básicas:		
ALTMAN, M. Handbook of Contemporary Behavioral Economics: Foundations and Developments. Abingdon, Oxon, GB: Routledge, 2015. Acessado via ProQuest Ebrary em 19/06/2017.		
AVILA, F. e BIANCHI, A. orgs. (2015). Guia de Economia Comportamental e Experimental. São Paulo. EconomiaComportamental.org. Disponível em: http://www.economiacomportamental.org . Acessado em: 24/01/2017.		
WORLD BANK. (2015). World development report 2015: mind, society, and behavior. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015 . Acessado em: 09/02/2017.		
Complementares:		

Componente Curricular: Economia de Empresas		
Período: Sem Periodização	Tipo: Optativo	Código: 04205
<i>Carga Horária Total: 60 h</i>	<i>Número de Créditos: 04</i>	
<i>Pré-Requisitos: Nenhum</i>	<i>Co-Requisitos: Nenhum</i>	
Ementa		
Enfoque da empresa como uma função de produção; a empresa em um mercado concentrado e as medidas de concentração; a empresa sob a ótica dos custos de transação; a empresa sob o enfoque Agente-Principal; a empresa como um problema de recursos e capacitações.		
Referências		
Básicas:		
FIANI., Ronaldo. Economia de Empresa. São Paulo: Saraiva, 2016.		
GREMAUD, Amaury et al. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.		
BESANKO, Davi et al. A Economia da Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2012.		
Complementares:		
McGUIGAN, James, MOYER, R. Charles, HARRIS, Frederick H. de B. Economia de Empresa. São Paulo: Thomson, 2004.		
THOMPSON, Arthur A., FORMBY, John P. Microeconomia da Firma. Rio de Janeiro: PHB, 1998.		

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

8.4 Equivalência dos Componentes Curriculares

A seguir, são apresentados os quadros de equivalência dos componentes curriculares entre a matriz curricular atual e anterior, tanto para as disciplinas obrigatórias, quanto para as disciplinas optativas (Quadros 2, 3 e 4):

Quadro 2: Equivalência dos componentes curriculares para as disciplinas obrigatórias.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS					
MATRIZ CURRICULAR ATUAL			MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR		
CÓD.	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓD.	C.H.	DISCIPLINA
04197	60 h	Agronegócio	-----	-----	-----
04713	60 h	Introdução à Ciência Política	-----	-----	-----
06507	60 h	Cálculo NI	06483	60 h	Matemática E I
06508	60 h	Cálculo NII	06402	60 h	Matemática E II
04118	60 h	Contabilidade e Análise de Balanço	04118	60 h	Contabilidade e Análise de Balanço
04171	60 h	Contabilidade Social	04178	60 h	Contabilidade Social
04181	60 h	Desenvolvimento Socioeconômico	04182	60 h	Desenvolvimento Econômico
04185	60 h	Econometria I	04185	60 h	Econometria I
04191	60 h	Econometria II	04191	60 h	Econometria II
04184	60 h	Economia Agrícola	04105	60 h	Economia Rural I
04196	60 h	Economia Amb. Recursos Naturais	04127	60 h	Economia dos Recursos Naturais
04123	60 h	Economia Brasileira Contemporânea	04123	60 h	Economia Brasileira Contemporânea
04172	60 h	Economia do Setor Público	04172	60 h	Economia do Setor Público
04194	60 h	Economia do Trabalho	-----	-----	-----
04116	60 h	Economia I	04106	60 h	Introdução à Economia
04187	60 h	Economia Internacional	04187	60 h	Economia Internacional
04112	60 h	Economia Monetária	04112	60 h	Economia Monetária
04120	60 h	Economia Política	04120	60 h	Economia Política
04198	60 h	Elaboração e Anál. Proj. Econômicos	04190	60 h	Elaboração e Anál. Proj. Rurais
06201	60 h	Estatística E I	06201	60 h	Estatística E I

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

04193	60 h	Formação Econômica do Brasil	04193	60 h	Formação Econômica do Brasil
06211	60 h	Introdução à Microinformática	06211	60 h	Introdução à Computação
04133	60 h	História do Pensamento Econômico	04108 04124	60 h 60h	História do Pens. Econômico I História do Pens. Econômico II
04509	60 h	História Econômica Geral	04509	60 h	História Econômica Geral
04704	60 h	Instituições de Direito	04704	60 h	Instituições de Direto
04109	60 h	Introdução à Administração	04109	60 h	Introdução à Administração
04450	60 h	Introdução à Sociologia	04450	60 h	Introdução à Sociologia
04111	60 h	Macroeconomia I	04111	60 h	Macroeconomia I
04119	60 h	Macroeconomia II	04119	60 h	Macroeconomia II
04122	60 h	Matemática Financeira	04122	60 h	Matemática Financeira
04121	60 h	Microeconomia I	04121	60 h	Microeconomia I
04192	60 h	Microeconomia II	04192	60 h	Microeconomia II
	360 h	ESO/TCC	04130	60 h	Monografia
04174	60 h	Met.Téc. de Pesquisa em Economia		60 h	Técnicas de Pesquisa em Economia

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3: Equivalência dos componentes curriculares para as disciplinas optativas.

DISCIPLINAS OPTATIVAS					
MATRIZ CURRICULAR ATUAL			MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR		
CÓD.	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	CÓD.	C.H.	DISCIPLINA
04175	60 h	Comercialização Agrícola	04175	60 h	Comercialização Agrícola
04784	60 h	Direito Agrário	04784	60 h	Direito Agrário
04186	60 h	Economia Agroindustrial	04186	60 h	Economia Agroindustrial
04103	60 h	Economia Florestal	04129	60 h	Economia Florestal
04104	60 h	Economia Pesqueira	04104	60 h	Economia Pesqueira
04135	60 h	Economia Regional	-----	-----	-----
04180	60 h	Empreendedorismo	-----	-----	-----
04136	60 h	Geografia Econômica do Nordeste	04694	60 h	Geografia Econômica do Brasil
04730	60 h	História do Pens. Político Ocidental	-----	-----	-----
04138	60 h	Mercado de Capitais	-----	-----	-----
04139	60 h	Métodos Quant. Aplic. à Economia	-----	-----	-----
04314	60 h	Português Instrumental	-----	-----	-----
04406	60 h	Sociologia do Meio Rural	04406	60 h	Sociologia do Meio Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

04141	60 h	Téc. de Aval. de Impactos Ambientais	-----	-----	-----
04140	60 h	Teoria dos Jogos	-----	-----	-----
04730	60 h	Língua Brasileira de Sinais	-----	-----	-----
04706	60 h	Direito Ambiental	-----	-----	-----
05145	60 h	Educ. Rel. Étnico-Raciais	-----	-----	-----
04521	60 h	Fundamentos de Filosofia	-----	-----	-----
04628	60 h	Geografia Agrária	-----	-----	-----
17002	60 h	Geografia da População	-----	-----	-----
04229	60 h	Gestão de Tecnologia da Informação	-----	-----	-----
04148	60 h	Planejamento Econ. Estratégico	-----	-----	-----
04134	60 h	Tópicos Especiais em Microeconomia	-----	-----	-----
04147	60 h	Tópicos de Macroeconomia	-----	-----	-----
04200	60 h	Tópicos Especiais em Econometria	-----	-----	-----
20000	60 h	Behavioral Economics of Global Affairs	-----	-----	-----
20000	60 h	Econ. Comport. Questões Globais	-----	-----	-----
04205	60 h	Economia de Empresas	-----	-----	-----

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4: Síntese de equivalência curricular: matrizes atual e anterior.

MATRIZ CURRICULAR ATUAL		MATRIZ CURRICULAR ANTERIOR	
C.H.	COMPONENTE CURRICULAR	C.H.	COMPONENTE CURRICULAR
1.980	Obrigatórias (33 de 60 h)	2.580	Obrigatórias (43 de 60)
300	Optativas (5 de 60)	180	Optativas (3 de 60 h)
360	TCC/ESO		
2.640	39 disciplinas	2.760	46 disciplinas

Fonte: elaboração própria.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

8.5 Funcionamento do Curso

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas funciona na modalidade presencial com regime de crédito flexível, em turno noturno e oferece 40 vagas por semestre. São oferecidas 33 disciplinas obrigatórias de 60 horas cada, cinco disciplinas optativas de 60 horas cada, Relatório de Estágio Supervisionado ou Trabalho de Conclusão de Curso com 360 horas e Atividades Acadêmicas Complementares com 360 horas, perfazendo uma carga horária total de 3.000 horas e 200 créditos. O Bacharelado em Ciências Econômicas tem um período mínimo para integralização do Curso (quatro anos) e um período máximo para integralização do mesmo (até sete anos).

Para a integralização do Curso, há duas alternativas de composições curriculares, a saber:

- *Alternativa 1:* cumprimento de 33 disciplinas obrigatórias (1.980 horas), cinco disciplinas optativas (300 horas), Trabalho de Conclusão de Curso (360 horas), e Atividades Acadêmicas Complementares (360 horas), totalizando 3.000 horas.
- *Alternativa 2:* cumprimento de 33 disciplinas obrigatórias (1.980 horas), cinco disciplinas optativas (300 horas), Estágio Curricular Supervisionado (180 horas), Relatório Final de Estágio Supervisionado no formato de TCC (180 horas) e Atividades Acadêmicas Complementares (360 horas), totalizando 3.000 horas.

As disciplinas optativas começam a ser oferecidas no 3º semestre, oportunizando ao aluno uma formação que atenda certas especificidades, visto que o mundo atual encontra-se em rápida transformação, ou seja, vive-se uma realidade de mudança constante, de muita fluidez, com surpreendentes transformações. O atual contexto econômico é muito complexo, volátil, de alta mobilidade, com a presença constante de novos processos, movimentos e conflitos. Faz-se necessário oferecer uma orientação teórica para que o discente compreenda e atue na realidade com essas transformações.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O grande elenco de disciplinas optativas vai permitir aos alunos um maior grau de flexibilidade na definição de sua formação profissional, sem deixar de contemplar a formação básica do economista. Outra vantagem dessa grande quantidade de disciplinas optativas é que isso proporcionará também uma maior flexibilidade ao Curso, uma vez que ficará a cargo do Colegiado de Coordenação do Curso, sem maiores burocracias, introduzir disciplinas optativas que acompanhem as mudanças da realidade econômica e social, e atendam aos interesses dos discentes na compreensão dessas mesmas necessidades criadas pela dinâmica social.

O Trabalho de Conclusão de Curso ou Estágio Supervisionado Obrigatório/Relatório de Estágio Supervisionado é obrigatório e um dos itens a serem considerados para a integralização do Curso, podendo ser iniciados a partir do 7º semestre e concluídos no último semestre do Curso.

As Atividades Acadêmicas Complementares, inclusas na Formação Teórico-Prática do Curso, também são itens fundamentais para a integralização do mesmo, devendo ser apresentadas de acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 362, de 28 de dezembro de 2011. Tais atividades devem ser computadas considerando o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. No entanto, nenhuma carga horária das atividades acadêmicas complementares deve ser superior a 120 horas, de acordo com o art. 5º da Resolução UFRPE/CEPE nº 362/2011, para oportunizar o discente a desenvolver suas habilidades e competências em diversas áreas em sua formação Teórico-Prática.

Conforme disposição do art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) constitui-se componente curricular obrigatório, sendo inscrito no histórico escolar do estudante somente a situação regular com relação a essa obrigação. A situação de irregularidade do estudante junto ao ENADE irá ocorrer quando o estudante selecionado não comparecer ao exame, não preencher o Questionário do Estudante ou tiver o registro de participação indevido na prova.

Embora o Curso seja na modalidade presencial, a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, em seu art. 1º, diz que os cursos de graduação poderão inserir

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

disciplinas integrantes do currículo na modalidade semipresencial, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do Curso.

O art. 2º dessa mesma Portaria ainda exige que o docente inclua métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos e, no caso do Curso de Ciências Econômicas, este deve ser realizado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Para o Curso de Ciências Econômicas, para cada disciplina, o docente poderá alocar até 10% da carga horária na modalidade semipresencial, desde que as atividades acadêmicas à distância estejam previstas no Plano de Ensino entregue à Coordenação para aprovação no CCD, no início de cada semestre. Nessa modalidade, está vedada a aplicação de atividades avaliativas (provas), de acordo com a citada Portaria.

8.6 Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

Os alunos que optarem por estágios curriculares serão obrigatoriamente supervisionados mediante acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade e apresentação de relatórios técnicos, que deverão destacar a integração entre teoria e prática. Os relatórios finais de estágio deverão ser apresentados para uma Banca de Avaliação Final, como a que ocorre no caso de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os estágios dos cursos de graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco são regulamentados em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como através das Resoluções UFRPE/CEPE nº 677, de 17 de dezembro de 2008; nº 678, de 17 de dezembro de 2008; nº 181, de 18 de abril de 2007; nº 405, de 24 de setembro de 2010; e nº 425, de 24 de setembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, em seu art. 1º, estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Portanto, o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio pode ser classificado como:

- *Estágio obrigatório*: definido como tal no projeto do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- *Estágio não-obrigatório (extracurricular)*: desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, o estudante que optar pelo ESO deverá cumprir 180 horas de estágio e 180 horas para a realização do Relatório de Estágio Supervisionado.

Na modalidade de Estágio Não-Obrigatório, que é uma atividade facultativa, o estudante poderá realizá-lo a partir do segundo ano do Curso, desde que o mesmo tenha obtido aprovação nas disciplinas de Cálculo N II e Economia I. Para atender ao Termo de Ajustamento de Conduta assinado pela UFRPE, no que diz respeito ao exercício de estágios no período de segunda a sexta-feira, e excepcionalmente aos sábados e domingos, fica vetado o exercício do estágio para os discentes do Bacharelado em Ciências Econômicas nesses dias.

Visando a integralização do curso, o Estágio Extracurricular pode ser equiparado como Atividade Acadêmica Complementar, com carga horária máxima de 120 horas, sendo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

exigida a entrega do relatório final de estágio, para que este seja computado para fins de Atividades Acadêmicas Complementares.

É importante destacar que o estágio, seja o obrigatório ou o não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e, para sua realização, é necessário preencher os seguintes requisitos:

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior e atestado pela instituição de ensino;
- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Desse modo, é necessário que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas considere que a atividade exercida no estágio seja compatível com os requisitos pretendidos na formação, observando se estão em conformidade com as atividades recomendadas pelos conselhos de classe, bem como com as Diretrizes Curriculares do Curso.

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ser realizado, preferencialmente, nos seguintes campos de atuação: assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira, sistemas financeiros, programas de planejamento/desenvolvimento econômico, análises de mercado, estudos e cálculos no sistema previdenciário e de seguros e áreas afins.

Deverá ainda possuir um acompanhamento efetivo pelo professor orientador e pelo supervisor da parte concedente do estágio. Além disso, o estudante deve, ao final de cada mês, apresentar ficha de frequência do estágio e, ao final do semestre, relatório das atividades, cópia do termo de compromisso e demais atividades avaliativas demandadas pelo professor orientador.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

O relatório do ESO também pode ser apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, desde que atenda às exigências e às especificidades normativas para a elaboração do TCC do Curso. No entanto, a nota será registrada na disciplina em que o aluno está matriculado, nesse caso, em ESO.

8.7 Normas/Orientações para ESO

Como um dos componentes para a integralização do Curso de Ciências Econômicas, as normas e orientações para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) estão fundamentadas na Resolução UFRPE/CEPE nº 678, de 17 de dezembro de 2008, e tem os seguintes objetivos:

- Proporcionar ao estudante situações profissionais reais para aplicação, aprimoramento e complementação dos conhecimentos adquiridos com elemento constitutivo do movimento permanente de ação/reflexão, teoria/prática, tendo como referência básica a realidade social concreta;
- Viabilizar a retro alimentação do ensino, oferecendo ao estudante a possibilidade de rever posições teóricas quanto à prática profissional e à Universidade, e subsídios à revisão e à renovação dos currículos dos cursos;
- Possibilitar ao estudante o convívio com o ambiente de trabalho, visando ao desenvolvimento de habilidades técnicas e à vivência de atitudes indispensáveis ao profissional;
- Viabilizar o intercâmbio de informações entre a Universidade e os campos de estágio.

Para a efetiva participação do estudante em sala de aula, o estágio não poderá exceder seis horas de trabalho e não deve ocorrer no turno em que o aluno está matriculado. Orientações e normas gerais sobre o estágio obrigatório e o estágio

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

extracurricular encontram-se nas Resoluções disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

8.8 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade do currículo mínimo do Curso de Ciências Econômicas e consiste na formulação de um projeto de pesquisa e no seu desenvolvimento, na forma de um trabalho escrito e individual de pesquisa (monografia) ou pela publicação de artigo científico em revista especializada, com defesa do artigo, elaborado sob a orientação de um professor do Departamento de Economia ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas. A orientação acadêmica constitui atividade docente com computação de carga horária e declaração da Coordenação do Curso. Essa disciplina tem carga horária de 360 horas e pode ser cursada a partir 7º período. O TCC tem por objetivo geral exercitar o bacharelado nas práticas e condutas de pesquisa científica, bem como na formatação e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Ao final de cada semestre letivo, o Colegiado de Coordenação Didática (CCD) indicará seis professores do DECON para comporem a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC), que terá as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das normas de monografia;
- Supervisionar os projetos aprovados para evitar duplicação ou repetição temática;
- Indicar professor orientador a alunos que estejam sem professor orientador;
- Informar periodicamente à Coordenação do Curso sobre o andamento das atividades relacionadas à monografia;
- Designar, no início do semestre letivo, o calendário de atividades a serem desenvolvidas no semestre;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Realizar reuniões mensais com os alunos matriculados em Monografia e, se necessário, com o orientador;
- Compor Banca Examinadora ao final de cada semestre;
- Julgar os casos omissos.

A apresentação do trabalho será feita em defesa pública com Banca formada por três docentes: o orientador do TCC, presidente da Banca; um segundo componente, sendo um professor da CTCC; e um terceiro componente, um docente à escolha do orientador ou da Comissão. A nota final mínima para a aprovação do TCC é 7,0 (sete). O TCC também poderá ser substituído pela publicação de artigo em revistas especializadas, respeitados os padrões técnicos dessas produções. Todas as normas referentes ao TCC encontram-se no Apêndice “A” deste documento, complementadas pelos roteiros constantes nos Apêndices “B”, “C” e “D”.

8.9 Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)

Conforme disposto na Resolução UFRPE/CEPE nº 362, de 28 de dezembro de 2011, a formação complementar inclui o cumprimento de certo número de créditos a ser cursado pelo aluno, em atividades complementares que lhe assegure uma formação mais específica em alguma área de conhecimento conexo.

No caso do Curso de Ciências Econômicas, os alunos deverão cumprir 20 créditos e 360 horas de atividades complementares relacionadas à iniciação à pesquisa, prestação de serviços, eventos, cursos de atualização, extensão, difusão, fóruns, artigos técnicos, publicação didático-pedagógica, festivais, conferências, mesas redondas, projetos de ensino e extensão, iniciação científica, monitoria, encontros, oficinas, jornadas, seminários, colóquios, bem como outras atividades que integrem o saber acadêmico, a prática profissional ou conhecimentos e habilidades adquiridas dentro ou fora do ambiente escolar,

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

que poderão ser reconhecidas para efeito de integralização da carga horária mínima requerida.

Para o cômputo das atividades complementares realizadas pelos alunos, estes deverão encaminhá-las através de processo para serem apreciadas e aprovadas pelo CCD do Curso e enviadas ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA). Entretanto, tais atividades têm que ser distribuídas de forma ampla, de maneira a não exceder 120 horas para cada tipo de atividade. As normas que orientam as atividades complementares encontram-se disponíveis nas Resoluções disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

9 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

A seguir são apresentadas as metodologias que facilitam o processo de ensino-aprendizagem no âmbito do Curso, assim como as metodologias utilizadas para a sua avaliação. Também serão apresentadas as metodologias para a avaliação interna do Curso, para o reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades, assim como o uso de indicadores da avaliação institucional interna e externa com vistas à busca da melhoria contínua do Curso. Também será apresentada a metodologia de avaliação discente para identificação de disciplinas que estejam sendo obstáculos para o avanço discente, no que concerne ao tempo de integralização do Curso.

9.1 Metodologia de Ensino-Aprendizagem

Dentro do contexto das Ciências Sociais Aplicadas, o Bacharelado em Ciências Econômicas só ganha sentido se tiver em seu bojo e interesse final o desejo de transformar as teorias econômicas e métodos quantitativos em ações a serem desenvolvidas para o bem estar da sociedade e na interação dela com o ambiente econômico. Nesse ínterim, há um campo de estudo a ser desbravado para atender às demandas e aos interesses da sociedade global e local. Na busca dessas soluções, é possível trilhar um caminho com infinitas possibilidades.

Isso só é possível quando utilizadas metodologias de ensino-aprendizagem que permitam ao corpo discente construir caminhos em que o bem estar social seja o objetivo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

final de qualquer intervenção na esfera econômica. Para isso, faz-se importante a interação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Assim, as metodologias de ensino aproximam as teorias e os métodos (instrumentos) do seu objeto de estudo (sociedade no ambiente econômico).

No Curso de Ciências Econômicas são adotadas diversas estratégias no processo de ensino- aprendizagem. Entretanto, as principais metodologias utilizadas no Curso são a aula expositiva e a expositiva dialogada, aulas desenvolvidas, em geral, com utilização de projetor de multimídia e demonstração em quadro branco, de modo que esta permita aos discentes assimilarem mais facilmente os desenvolvimentos teóricos apresentados nos livros, como apresentadas a seguir:

- *Aula expositiva dialogada*: essa estratégia caracteriza-se pela exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo. Em uma aula expositiva dialogada, o professor precisa contextualizar o tema de modo que mobilize as estruturas mentais do estudante para que este articule informações que já trazem consigo com as que serão apresentadas. O ponto forte dessa estratégia é o diálogo entre alunos e professor, com espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões, cujo conhecimento possa ser sintetizado por todos. Nessa estratégia, a avaliação pode ser realizada pela participação dos estudantes, contribuindo na exposição, questionando, respondendo, enfim, no diálogo da aula e/ou por atividades complementares, tais como sínteses escritas, produção de mapas conceituais, esquemas e resoluções de situações problema.
- *Aula expositiva*: caracteriza-se pela exposição oral/escrita do conteúdo pelo professor, sem levar em conta o conhecimento prévio dos estudantes e espaços para questionamentos. Nessa estratégia, o foco é o professor, enquanto o aluno

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

é um agente passivo, que recebe as informações transmitidas pelo professor. A avaliação pode ser feita com atividades de fixação, uma vez que não há espaço para reflexões e (re)construções no conjunto professor/aluno. Dessa maneira, o conteúdo inúmeras vezes é apenas decorado/reproduzido.

Entretanto, as demais metodologias utilizadas permitem que o discente aprofunde conhecimento teórico, domine instrumentos para a verificação empírica e utilize, concomitantemente, os conteúdos de várias disciplinas. Como exemplos, podem ser elencados:

- Leitura dirigida, exercícios e estudos de casos, que permitem ao aluno aprofundar os conteúdos teóricos ministrados em sala de aula, bem como dominar instrumentos para resolução de questões pertinentes a tais conteúdos.
- Trabalho em grupo, debates e seminários, que possibilitam a interação entre os alunos e o desenvolvimento da capacidade de argumentação, permitindo uma interação interdisciplinar, dado que, no processo de argumentação, são utilizados os conteúdos apreendidos em todas as disciplinas cursadas. Além disso, na apresentação dos resultados, são utilizadas técnicas apreendidas na disciplina de Metodologia e, não necessariamente, na disciplina foco do estudo.
- Laboratório, trabalho de campo e execução de pesquisa, que permitem a aplicação de todos os conteúdos apreendidos em sala de aula, ou seja, incitando novamente a interdisciplinaridade.

Em síntese, as disciplinas da área de Economia Aplicada permitem a interdisciplinaridade ao exigirem do corpo discente os conteúdos apreendidos nas disciplinas teóricas, de métodos quantitativos e de metodologia científica.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

9.2 Avaliação do Ensino-Aprendizagem

A Resolução UFRPE/CEPE nº 494, de 21 de outubro de 2010, regulamenta a avaliação do corpo discente da UFRPE, estabelecendo que os alunos dos cursos de graduação sejam avaliados pela frequência e pelo desempenho acadêmico.

Quanto à frequência, é exigido que o aluno compareça no mínimo a 75% da carga horária de cada disciplina. Vale salientar as seguintes excepcionalidades:

- *Abono de faltas:* a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, estabelece que os militares em exercício obrigatório de manobra terão direito ao abono das faltas;
- *Tratamento excepcional de faltas:*
 - Pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, a incapacidade física relativa;
 - Pela Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, a estudante em estado de gestação.

Com relação à avaliação de desempenho, os discentes serão submetidos a duas avaliações de desempenho, dentre as três avaliações que são oferecidas na disciplina, sendo facultativo ao aluno submeter-se às três avaliações, com eliminação da menor nota para o cômputo da média. Não será permitida a realização das avaliações de aprendizagem se o aluno atingir o limite máximo de faltas para a disciplina. A nota máxima de cada avaliação é 10,0 (dez) e, com base na média aritmética, o discente pode ser enquadrado em uma das seguintes situações:

- Média igual ou superior a 7,0 (sete) em duas verificações de aprendizagem, ficando dispensado de prestar o exame final: o aluno é classificado como aprovado por média;
- Média final superior a 5,0 (cinco) entre a média de duas verificações de aprendizagem e a nota do exame final: o aluno será classificado como aprovado.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A terceira verificação de aprendizagem e a avaliação final abordará todo o conteúdo da disciplina e, para obter aprovação, o aluno deverá obter média, considerando soma da média das duas VA's com a nota da prova final, de no mínimo cinco pontos.

Será reprovado na disciplina o aluno que se enquadre nos seguintes casos:

- Frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%) da carga horária da disciplina;
- Deixar de realizar duas das três verificações de aprendizagem;
- Obter média inferior a 3,0 (três) após a realização de duas verificações de aprendizagem;
- Obter média inferior a 5,0 (cinco) após a média de duas verificações de aprendizagem e a nota do exame final.

De acordo com o art. 4º da Resolução UFRPE/CEPE nº 494/2010, dentre as metodologias utilizadas para a avaliação do desempenho acadêmico, podem ser utilizadas uma única prova escrita ou de avaliações parciais sob a forma de testes escritos, orais ou práticos, trabalhos escritos, relatórios de trabalhos de campo, seminários ou de quaisquer outros instrumentos de avaliação, dependendo da natureza da disciplina e da orientação docente.

O aluno poderá solicitar revisão de prova/trabalho mediante solicitação ao departamento ao qual a disciplina está vinculada, no prazo de dois dias úteis após a divulgação das notas.

Os alunos que apresentarem dificuldade de rendimento serão acompanhados pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA), a qual é integrada pelo Coordenador do Curso, dois professores e um estudante. A Resolução UFRPE/CEPE nº 154, de 22 de maio de 2001, em seu art. 5º, destaca que a COAA deve acompanhar os alunos com mais de 70% do prazo de integralização, emitir parecer sobre rendimento insuficiente e

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

dilação de prazo, propor oferta de disciplinas visando recuperação pedagógica dos alunos e orientar os alunos no período anterior à matrícula.

9.3 Mecanismos de Avaliação do Curso

A avaliação como um processo participativo inclui a análise não só do produto, mas, especialmente, da metodologia e, ainda, dos próprios instrumentos avaliativos. Nesse ínterim, visa-se melhorar a qualidade do Curso, aperfeiçoar o processo de formação dos estudantes e ampliar o autoconhecimento institucional sobre as condições de desenvolvimento do Curso.

As avaliações pertinentes ao Curso referem-se ao Acompanhamento de Indicadores Institucionais Internos (CPA), ao Diagnóstico Acadêmico Discente/Docente, à Avaliação dos Cursos e ao Acompanhamento da Adequação aos Padrões de Qualidade dos Cursos Superiores do MEC.

Assim, o Programa de Autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas subsidiará o planejamento e a gestão do Curso, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação à comunidade acadêmica. Para isso, tornar-se-á necessário que se promova a conscientização sobre a necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos, que se reconheça a legitimidade e a pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados, e que haja envolvimento direto de toda a comunidade acadêmica na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo do desempenho do Curso.

A autoavaliação no Curso pretenderá ampliar o autoconhecimento e favorecer a tomada de decisão. Dessa maneira, o autoconhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo Curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

efeitos das situações verificadas e permitindo que o Curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o Curso desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado na avaliação interna da UFRPE, através dos dados da Comissão Própria de Avaliação (CPA), o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões/relações didático-pedagógico-acadêmicas; ao contrário, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos e alternativas. Dessa maneira, um dos instrumentos utilizados na busca de informações pertinentes ao Curso será o Boletim CPA, que trata de dados referentes às Políticas Acadêmicas da instituição e como elas são reconhecidas, ou não, pela comunidade acadêmica.

O Diagnóstico acadêmico discente/docente também será utilizado como instrumento para a busca de informações com o objetivo de avaliar o cumprimento, ou não, das normas referentes às políticas acadêmicas adotadas pela instituição. Dessa maneira, o objetivo da avaliação discente/docente é garantir ao discente a qualidade do ensino e, ao docente, o resultado de sua prática didático-pedagógica, a fim de que as avaliações culminem em melhoria contínua do Curso.

Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

Assim, serão feitas avaliações de desempenho semestrais que ficarão sob a responsabilidade de um Comitê de Avaliação, formado por membros do CCD, o qual se responsabilizará pela elaboração/atualização do questionário, assim como tabulação dos dados e devolutiva (privada) ao docente, ao Diretor do Departamento e ao Coordenador do Curso. A proposta do questionário deverá considerar itens apenas referentes à prática pedagógica do docente e às normas relacionadas às políticas acadêmicas adotadas pela instituição.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Esse programa procurará adequar-se à realidade do Curso, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não punição, valorização, compromisso, sistematização e continuidade.

Em conjunto com os dados elencados no parágrafo precedente, serão utilizadas informações mais específicas dos discentes e docentes do Curso de Ciências Economicas para identificar entraves/gargalos característicos do mesmo. Mais especificamente, serão montadas bases de dados coletados no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIG@), possibilitando o cálculo dos indicadores de índice de aprovação por disciplina e nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso no Curso. Para esse acompanhamento, a COAA tem um papel fundamental, visto que sua principal função é acompanhar os alunos que apresentam dificuldades e que correm risco de ultrapassar o tempo limite para integralização do Curso.

Assim, esta Comissão ficará responsável pela geração dos indicadores obtidos a partir da base de dados disponibilizada no SIG@. Para geração de tais dados, a COAA utilizará de toda a infraestrutura da Coordenação de Economia. Nesse sentido, esse conjunto de informação permitirá:

- Realizar diagnóstico acerca das disciplinas nas quais o corpo discente tem apresentado mais dificuldade para obter a aprovação;
- Identificar disciplinas que requerem a oferta de turma extra.

A partir disso, será possível verificar a evolução histórica do desempenho dos discentes por disciplina, por tipo de ingresso ou quaisquer outros aspectos que sejam identificados como relevantes para aperfeiçoamento do PPC.

Também serão considerados, no âmbito da avaliação do Curso, os dados da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME), a qual tem como objetivo desenvolver a política de acompanhamento e monitoramento dos egressos, levando em consideração as oportunidades de formação profissional e educação

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

continuada, de inserção no mundo do trabalho e de implementação de ações institucionais para atender às exigências científicas, mercadológicas, econômicas e sociais.

Assim, esta Comissão busca, a partir de suas avaliações, interagir com o egresso para obter informações sobre o curso finalizado na instituição. A cada ano, a CAME desenvolve um instrumento que busca identificar a visão desse ex-aluno, a partir da sua vivência acadêmica, sobre a relação entre ensino e mercado de trabalho, onde é possível avaliar a matriz curricular, a relação ensino/prática, dentre outros aspectos. Os resultados apresentados podem contribuir para a autoavaliação do Curso, para que as demandas do egresso que está no mercado de trabalho sejam consideradas em seu planejamento interno.

Tais avaliações também serão discutidas com o NDE e com o CCD, para que os resultados apresentados possam ser aproximados do processo de planejamento e possam fomentar mudanças e/ou atualizações do Projeto Pedagógico do Curso.

O Programa de autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas encontra-se no Apêndice “E” desse documento.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

10 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução UFRPE/CEPE nº 65, de 16 de fevereiro de 2011, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem por finalidade a atualização e a revitalização do mesmo.

O NDE do Curso de Ciências Econômicas é constituído por sete professores e tem as seguintes atribuições:

- Estabelecer o perfil profissional do egresso;
- Atualizar periodicamente o PPC;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para a aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso, definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de graduação em Ciências Econômicas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

O NDE do Curso de Ciências Econômicas se reúne mensalmente e, extraordinariamente, sempre que o Presidente do NDE (Coordenador do Curso) convocar, sendo as suas decisões tomadas por maioria simples dos votos, com base no número de presentes.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

11 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO (CCD)

O Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do Curso de Ciências Econômicas, seguindo as regras presentes no Estatuto e no Regimento da UFRPE, é composto pelo Coordenador do Curso, seu Substituto Eventual, por um ou mais docentes de cada Departamento que participa do ensino no Curso e de um representante discente.

Considerando o conjunto de disciplinas que integram a matriz curricular do Curso, o CCD do Curso de Ciências Econômicas é integrado por:

- Um docente de cada um dos seguintes Departamentos: Administração, História, Ciências Sociais, Informática e Matemática;
- Cinco docentes do Departamento de Economia, dentre os quais o Coordenador e seu Substituto Eventual, que se constituem membros natos;
- Um representante estudantil do Curso.

Seguindo o art. 53 do Regimento Geral da UFRPE, aprovado pela Resolução UFRPE/CONSU nº 96, de 09 de setembro de 1975, o CCD do Curso de Ciências Econômicas desempenha as seguintes atribuições:

- Elaborar modificações ao currículo pleno do Curso, propondo-as ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o elenco de disciplinas optativas do Curso;

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

- Promover, através de propostas devidamente justificadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a melhoria contínua do Curso;
- Propor à Câmara competente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, modificações nos planos dos respectivos cursos;
- Estudar e analisar, em cada período letivo, os planos de ensino das disciplinas do currículo pleno do Curso, fixados pelos respectivos Departamentos, sugerindo a estes as modificações julgadas necessárias;
- Deliberar acerca do aproveitamento de estudos e adaptações, ouvidos os respectivos Departamentos;
- Eleger as listas tríplices para Coordenador e Substituto Eventual do Curso;
- Aprovar o Regimento do Diretório Acadêmico do Curso, submetendo-o depois à homologação do Conselho Universitário;
- Exercer as demais funções que lhe são, explícita ou implicitamente, deferidas em lei, no Estatuto e no Regimento Geral da UFRPE;
- Deliberar sobre os casos omissos, na esfera de sua competência.

O Colegiado de Coordenação Didática do Bacharelado em Ciências Econômicas realiza uma reunião ordinária por mês e, extraordinariamente, sempre que o Coordenador convocar.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Dois Irmãos, em linha com as diretrizes constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2013-2020, registra, desde sua criação, um forte compromisso com a formação integradora e reflexiva de cidadãos críticos, éticos e inovadores. O Curso tem amplo retrospecto e crescente potencial para parcerias e cooperações institucionais com entidades públicas e privadas, convergindo com os esforços da UFRPE pela construção e pela popularização de saberes científicos, tecnológicos e culturais.

Em linha com as políticas institucionais de permanência, o Curso tem inovado com projetos especiais de acolhimento aos novos discentes, assim como na oferta de oficina de reforço à formação matemática, reconhecida causa de retenção e evasão no passado. Ao contar com a colaboração de professores de outros departamentos e do próprio Diretório Acadêmico nessas iniciativas, o Bacharelado em Ciências Econômicas revela desde cedo aos discentes ser pautado pela responsabilidade social e pela busca da excelência na educação superior pública.

O Curso está, ainda, pronto e determinado a contribuir com a ampliação de oportunidades para cooperação internacional, por um lado, e com os esforços para melhor atendimento de discentes com necessidades especiais, por outro. São desafios que a UFRPE reconheceu e abraçou para seu desenvolvimento nos próximos anos, com os quais discentes e servidores do Bacharelado em Ciências Econômicas muito se identificam e, portanto, pretendem contribuir decisivamente.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

13 POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

A principal via de integração do Bacharelado em Ciências Econômicas com a Pós-Graduação refere-se ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), que, desde 2010, inaugurou uma política para integrar as graduações da UFRPE de áreas afins ao mesmo. Trata-se do Programa de Integração Graduação e Pós-Graduação, que promove os seguintes objetivos específicos:

- A familiarização dos alunos de graduação com as técnicas e as várias etapas do desenvolvimento de pesquisas;
- O desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais relevantes para os futuros profissionais de ciências humanas e sociais, despertando e ampliando habilidades de comunicação interpessoal e apresentação pessoal dos alunos dos cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e Administração da UFRPE.

Esta integração promoveu a participação de mais de 40 alunos da graduação em atividades de pesquisa. Outra forma de integração do PADR com a graduação refere-se à carga horária dedicada pelos professores do Programa à docência: todos os docentes do corpo permanente do PADR ministram, em média, duas disciplinas de 60 horas/aula na graduação. No que se refere ao Programa de Iniciação Científica e projetos de pesquisa, docentes e alunos das graduações de áreas afins à linha temática de pesquisa do mestrado participaram de pesquisas do PADR subsidiadas por instituições financiadoras (CNPq, FACEPE e UFRPE).

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

14 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSIONISTA, ARTÍSTICA E CULTURAL DO CURSO

A formação do corpo discente, no âmbito da universidade pública deve considerar o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Nesse contexto, há várias ações que determinam o eixo fundamental da indissociabilidade entre essas funções básicas. No Bacharelado em Ciências Econômicas, exemplos de tal integração são pontuados a seguir:

- *SEMECO – Semana de Economia (DA/Coordenação)*: com iniciativa do DA de Economia e apoio da Coordenação do Curso, a SEMECO visa fomentar debates e discussões sociais, econômicas e políticas, bem como promover o Bacharelado em Ciências Econômicas na região. Esse evento ocorre anualmente e promove palestras, debates e minicursos com ampla participação do corpo discente e docente. Nesse evento também há espaço para apresentação de trabalhos científicos, onde são discutidos os resultados de pesquisas e extensões desenvolvidas pelos estudantes ou pelos professores.
- *Workshop de Economia (Coordenação/DA)*: com iniciativa da Coordenação do Curso e apoio do DA, o Workshop de Economia tem por objetivo promover a integração dos discentes com os egressos do Curso, assim como dar publicidade às atividades acadêmicas, com a apresentação de artigos premiados, teses e outros formatos de produção científica e extensionista da comunidade acadêmica do Curso e da UFRPE. Nesse evento também há espaço para o trabalho desenvolvido pela Empresa Júnior, em parceria entre os Bacharelados de Ciências Econômicas e Administração, e também para a apresentação do

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME).

- *Recepção dos calouros*: no início de cada semestre, a Coordenação faz uma atividade de recepção dos calouros, com a apresentação da Universidade (Aula Magna), bem como a exposição das instalações físicas do Curso, do funcionamento do mesmo, dos direitos e dos deveres do estudante (Manual do Estudante), das linhas de pesquisa do Curso, dos programas de apoio aos discentes, além da apresentação do DA. Essa é uma forma de integrar os alunos ingressantes à nova rotina universitária, criando laços entre calouros e veteranos.
- *Participação na JEPEX/UFRPE*: a Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRPE tem como objetivo oportunizar à comunidade acadêmica a troca de ideias e experiências, com a apresentação de trabalhos acadêmicos, mesas-redondas, seminários e minicursos. Como há a integração dos três pilares da educação superior, ensino, pesquisa e extensão, o Curso de Ciências Econômicas sempre está presente nessa atividade, seja na participação discente, com apresentação de trabalhos científicos e de extensão, seja na participação do corpo docente na organização do evento, com participação em mesas-redondas ou oferta de minicursos.
- *Feira de Profissões da UFRPE*: a feira de profissões tem por objetivo socializar as informações sobre a vida acadêmica e o mundo do trabalho para quem deseja ingressar no ensino superior e identificar sua vocação profissional. A feira tem como principal público-alvo os discentes do Ensino Médio, onde lhes são apresentados em *stands* os diversos cursos de graduação oferecidos na instituição, além de oferecer palestras de orientação profissional, atividades culturais e de lazer. O Curso de Ciências Econômicas também participa da feira em um *stand* com apresentação do mesmo, áreas de atuação e práticas exercidas nas disciplinas do Curso. Na feira há parceria com o CORECON, o qual

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

participa com minipalestras e envio de material de divulgação sobre a área de Economia.

- *Parcerias com o CORECON:* o Conselho Regional de Economia realiza diversas atividades que contribuem para a formação complementar do discente, dentre as quais a realização de eventos e palestras, em especial na Semana do Economista; a realização da gincana de conhecimentos, no qual o corpo discente é incentivado a participar e os discentes vencedores da etapa regional representam o Estado de Pernambuco na etapa nacional; além do Prêmio Pernambucano de Monografia Dirceu Pessoa. Tais atividades, além de buscarem integrar a teoria e a prática, contribuem para a formação complementar do discente.
- *Nivelamento de Matemática:* a Coordenação, em parceria com uma equipe formada por docentes e discentes dos Departamentos de Economia e Matemática, oferece semestralmente um Curso de Nivelamento para os ingressantes no Bacharelado em Ciências Econômicas, com 40 vagas. O Curso tem como objetivo revisar os conteúdos de cálculo ministrados no Ensino Médio, o que possibilita que o ingressante no Curso melhore seu desempenho nas disciplinas de Cálculo e naquelas que exigem conteúdos quantitativos. O Curso é oferecido em dois módulos ministrados sequencialmente, mais especificamente:
 - *Módulo I:* aborda os conteúdos ministrados no Ensino Médio, tendo como objetivo principal o nivelamento do conhecimento do corpo discente;
 - *Módulo II:* discorre sobre funções, assunto que constitui o primeiro tópico do conteúdo programático de Cálculo NI. Como o Curso é ministrado no primeiro mês de aula, este módulo serve de reforço ao conteúdo ministrado em sala.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

15 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

No mundo contemporâneo, torna-se imprescindível a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e a UFRPE não poderia estar fora desse processo de transformação e mudança em nível global. Nesse aspecto, o *site* institucional da UFRPE torna-se o principal canal de comunicação e informação para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, na divulgação de suas ações (www.ufrpe.br).

A utilização de tais tecnologias nas instituições de ensino está cada vez mais integrada ao processo de ensino-aprendizagem, assim como torna mais fluído os canais de comunicação interno. Na UFRPE, o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) apresentou para a comunidade acadêmica o serviço de Ambiente Virtual de Suporte à Aprendizagem (AVA-UFRPE) no ano de 2015, uma plataforma institucional para apoio ao ensino e à aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação presencial e à distância. O AVA-UFRPE permite que os professores dos cursos de graduação e pós-graduação utilizem um ambiente padronizado e customizado para apoiar as suas atividades de ensino, bem como favorece as interações extraclasse com os alunos matriculados nas disciplinas.

No Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, o AVA-UFRPE vem sendo cada vez mais utilizado por seus professores. Para o efetivo uso da ferramenta, a CAP/PREG (Comissão de Aperfeiçoamento da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação) oferece cursos de atualização e uso do sistema.

Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, o AVA-UFRPE vem sistematicamente sendo utilizado pela Comissão de TCC como um canal de acompanhamento e comunicação com os discentes matriculados nesta disciplina, com

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

disponibilização de todo material pertinente à finalização do TCC, como manual de orientação, modelos, cartas de aceite etc.

Outra importante ferramenta de comunicação entre a comunidade acadêmica do Bacharelado em Ciências Econômicas é o *site* da Coordenação do Curso (www.bce.ufrpe.br). Neste ambiente virtual estão disponibilizadas informações pertinentes ao Curso, como matriz curricular, disciplinas, calendário acadêmico, eventos, entre outras. Além disso, dispõe de contatos diretos com a Coordenação, via e-mail e telefone institucional, aproximando cada vez mais os discentes da Coordenação. Além desses canais, a Coordenação dispõe de horário específico para atendimento discente, de forma presencial.

Embora não seja institucional, as redes sociais configuram outro importante canal de comunicação da comunidade acadêmica, em especial para os discentes. Assim, o Bacharelado em Ciências Econômicas possui um grupo dentro da rede social *Facebook* (<https://www.facebook.com/groups/Economiaufrpe/>), em que se disponibilizam todas as informações pertinentes ao Curso, mas também de outras comissões institucionais, como CPA, Coordenação de Estágios (oportunidades de estágio), CAME e Coordenação do Curso. Além disso, também é utilizada como um importante canal de divulgação de notícias institucionais e comunicação interna entre os discentes e entre docentes-discentes.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

16 APOIO AO DISCENTE

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) visa o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da UFRPE, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional, e do aumento permanente da sua eficácia institucional e sua efetividade acadêmica e social. Isso se dá através do desenvolvimento de políticas que garantam a igualdade de oportunidades, proporcionando aos acadêmicos da UFRPE condições para sua permanência e conclusão do Curso, objetivando atender o aluno em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil para um pleno desenvolvimento acadêmico.

Para tanto, utiliza-se de diversas ações de apoio:

- Programa de Apoio ao Discente (PAD, Res. UFRPE/CONSU nº 21/2017): bolsa de apoio acadêmico, auxílio transporte e alimentação;
- Programa de Apoio à Gestante (Res. UFRPE/CONSU nº 112/2014): auxílio creche e tratamento especial de faltas (120 dias após o nascimento da criança);
- Programa de Apoio ao Ingressante (PAI, Res. UFRPE/CONSU nº 23/2017): bolsa de apoio acadêmico com duração de três meses após a matrícula;
- Auxílio Moradia (Res. UFRPE/CONSU nº 62/2012): aprova e define normas para concessão de auxílio moradia para discentes de graduação;
- Programa De Volta ao Lar (Res. UFRPE/CONSU nº 228/2013): concessão de ajuda de custo para discentes residentes nas casas do estudante;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Auxílio recepção/hospedagem (Res. UFRPE/CEPE nº 81/2013): auxílio recepção/hospedagem de discentes provenientes dos programas de Cooperação Internacional;
- Ajuda de custo (Res. UFRPE/CEPE nº 188/2012): concessão de ajuda de custo para congresso (discente da graduação de cursos presenciais da UFRPE);
- Aulas de nivelamento (Res. UFRPE/CEPE nº 486/2010): concessão de Bolsas Especiais de Auxílio Acadêmico para alunos de graduação da UFRPE;
- Bolsa de Informática (Res. UFRPE/CEPE nº 488/2010): concessão de Bolsa de Informática para alunos de graduação da UFRPE;
- Auxílio Manutenção (Res. UFRPE/CONSU nº 27/2017): concessão de ajuda de custo para promover a permanência de discentes residentes e com vulnerabilidade social da UFRPE;
- Bolsa Coral Universitário (Res. UFRPE/CEPE nº 204/2015): Programa de Incentivo à Cultura para concessão da Bolsa Coral Universitário, visando atender aos discentes de graduação da UFRPE;
- Ajuda de custo – Jogos Estudantis (Res. UFRPE/CEPE nº 184/2007): concessão de ajuda de custo para discente de graduação da UFRPE para participação em jogos estudantis, regionais e nacionais;
- Restaurante Universitário: parte integrante dos Programas de Assistência Estudantil, tem como objetivo oferecer refeições a preços reduzidos aos discentes regularmente matriculados na UFRPE;
- Programa de Residência Estudantil (Res. UFRPE/CONSU nº 108/2016): assegurar residência, manutenção, alimentação e assistência médica, odontológica e psicológica a estudantes carentes e que não moram na Região Metropolitana do Recife, durante o curso de graduação.

O atendimento ao discente também tem o apoio do Programa de Monitoria. O Programa Institucional de Monitoria (Res. UFRPE/CEPE nº 262/2001) é uma atividade que

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

visa despertar nos discentes o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e do desenvolvimento das disciplinas, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas. São selecionados alunos que demonstram capacidade para realizar tarefas que auxiliem os discentes no melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados e na realização de trabalhos pedagógicos. A Monitoria é organizada em duas modalidades: remunerada e voluntária. Na remunerada, o estudante recebe uma bolsa, em valor previamente fixado pela UFRPE e proporcional ao número de dias letivos em atividade. Na voluntária, o monitor enquadrado recebe, a título de incentivo, declaração para comprovação de atividades complementares.

A UFRPE preocupa-se também com o acompanhamento dos egressos. A Política de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos da UFRPE segue as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, foi criada a Coordenação de Acompanhamento e Monitoramento de Egressos (CAME), que tem como objetivo, com base no PDI e no PPI da UFRPE, desenvolver uma política de acompanhamento dos egressos por meio de projetos que visem à realização de estudos, análises, parcerias e eventos temáticos, educação continuada, dentre outras ações que possibilitem o retorno do ex-aluno à UFRPE, objetivando avaliar o grau de inserção desses profissionais no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, verificando a qualidade do ensino e a eficácia dos currículos na formação de profissionais e na demanda da própria sociedade.

Ademais, o apoio à saúde é ofertado pelo Departamento de Qualidade de Vida (DQV), que tem a missão de desenvolver ações de saúde voltadas à população da UFRPE, estudantes, funcionários e seus dependentes, assim como comunidade circunvizinha. Também oferece campanhas de saúde preventivas como vacinação e prevenção ao câncer de mama. Outros serviços oferecidos são os tratamentos odontológicos e psicológicos.

Por fim, vale citar a ação da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), que tem a finalidade de ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFRPE. Esta foi estabelecida no ano de 2007, a partir da necessidade

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

crecente de unificar ações existentes de cooperações internacional vigentes na Universidade, bem como estabelecer novos convênios, de acordo com as necessidades de cada departamento.

Para o Curso de Ciências Econômicas, a ACI, através do Brasil França Agricultura (BRFAGRI), promove o Programa de Intercâmbio para os discentes da UFRPE com instituições francesas de ensino. O principal objetivo é contribuir para a qualidade de ensino de graduação nas instituições participantes, estimulando a troca de experiências internacionais a estudantes e a docentes. Além disso, o programa consiste em projetos de parcerias universitárias nas áreas de Ciências Agrônômicas, Agroalimentares, Veterinária e Economia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

17 ACESSIBILIDADE

Com a finalidade de atender a discentes, docentes, técnicos-administrativos e terceirizados com deficiência ou mobilidade reduzida, quanto a seu acesso e permanência na Universidade, a UFRPE instituiu o Núcleo de Acessibilidade (NACES) em 2013, iniciando os projetos e procedimentos estratégicos e operacionais, a partir da identificação do público-alvo das ações de acessibilidade a serem desenvolvidas na instituição. No entanto, na UFRPE, o conceito de acessibilidade é entendido em um contexto mais amplo, visando atender questões referentes à acessibilidade pedagógica, referente à prática de ensino-aprendizagem de forma inclusiva e à acessibilidade atitudinal, referindo-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

No que concerne à acessibilidade pedagógica, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações para provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das mesmas, conforme as características da deficiência.

Das práticas desenvolvidas pelo NACES para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência e a inclusão pedagógica e atitudinal, são destacadas as seguintes ações:

- *Acessibilidade Física/Arquitetônica*: diagnóstico arquitetônico de acessibilidade da UFRPE (sede) e Unidades Acadêmicas, com obras para adaptação de estruturas com fins de acessibilidade em diversos órgãos, Centros Acadêmicos e Departamentos na Universidade. É importante destacar que a Transrural (via

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

interna recentemente pavimentada) contempla calçadas acessíveis, com adequação de largura, colocação de piso tátil e rebaixamento de piso. Outra importante ação refere-se à colocação de piso tátil nas calçadas da via principal. Além disso, ainda no campo da acessibilidade física/arquitetônica, o NACES mapeou os banheiros acessíveis, as vagas nos estacionamentos para portadores de deficiência e idosos, e dos veículos para transporte acessível, existentes na UFRPE. Vale destacar também a aquisição de mobiliário acessível.

- *Acessibilidade pedagógica, de comunicação e informação*: após a estruturação do NACES, foi composta uma equipe mínima de trabalho para iniciar ações de apoio pedagógico e oferecer recursos de acessibilidade aos discentes. Nesse aspecto, a UFRPE já conta com a presença de tradutores intérpretes de Libras e pedagogos. Há a perspectiva, via liberação de disponibilidade de vagas pelo MEC, de ampliação da equipe de pedagogos, bem como absorver braillistas para trabalhar com os estudantes com baixa visão e/ou cegueira. Também há a perspectiva de aquisição de tecnologias assistivas para implantação do projeto piloto de sala de recursos em sua Biblioteca Central. Com a implantação da sala de recursos, será iniciado o trabalho de produção de material acessível para os discentes acompanhados pelo NACES. Além disso, o NACES oferece cursos de capacitação em Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sobre Acessibilidade e Inclusão.

Como o Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da sede está instalado no Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE), vale ainda destacar que este tem se beneficiado da maioria das ações de acessibilidade e inclusão, seja na acessibilidade física/arquitetônica, seja das ações de acessibilidade pedagógica, de comunicação e de informação.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

18 INFRAESTRUTURA DO CURSO

A estrutura física do DECON foi herdada da divisão do antigo Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH). Deste departamento, desmembraram-se inicialmente os Departamentos de Administração (DADM), Educação Física (DEFIS), Ciências Sociais (DECISO) e História (DEHIST). Em 2014 o Departamento de Letras (DL) foi desmembrado do DLCH, restando apenas o Departamento de Economia (DECON), que passou a ser assim identificado somente a partir da Resolução UFRPE/CONSU nº 45, de 09 de abril de 2014, a qual aprovou a criação do Departamento e deu providências para que as antigas instalações do DLCH passassem ao uso exclusivo do DECON.

Dessa divisão, ficaram então acordados que alguns espaços remanescentes do DLCH ficariam sob a administração do DECON, sobretudo nos prédios DLCH-1, DLCH-3 e DLCH-4. Nesses espaços, funcionam as áreas administrativas do Departamento e do Curso de Ciências Econômicas, como Direção, Coordenação, Apoio Didático, Diretório Acadêmico, dentre outros. As salas de aulas disponibilizadas para o Curso ficam localizadas no Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE), contando com oito salas de aula equipadas com quadro branco, carteiras e equipamentos de ar-condicionado e audiovisual, como televisores e projetores de multimídia.

O CEGOE também conta, em sua infraestrutura, com oferta de banheiros, sala de seminários, auditório e acessibilidade para a comunidade acadêmica com mobilidade reduzida. No Quadro 5, a seguir, apresenta-se a descrição dos prédios e seus respectivos usos:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 5: Descrição dos prédios e usos do DECON.

Prédio	Descrição	Uso e administração
DLCH-1	01 pavimento de 200 m ²	Destinado ao DECON , nele funcionam seu Apoio Didático e sua Secretaria, seis salas de professores, Diretoria, almoxarifado, além de copa e área de WC. O prédio ainda dispõe de duas salas destinadas a Diretórios Acadêmicos, uma para o D.A. de Ciências Econômicas e outra para o D.A. de História.
DLCH-3	01 pavimento de 280 m ²	Utilizado por vários Departamentos, nele funcionam os Apoios Didáticos do DECISO e do DL, o Laboratório de Informática do DECON e salas do DADM (Coordenação do PROFIAP), DECISO (Laboratório) e DEHIST (Laboratório).
DLCH-4	01 pavimento de 280 m ²	Nele funcionam a Coordenação do Bacharelado em Ciências Econômicas e o D.A. de Administração. O prédio ainda conta com três salas de aula ociosas por falta de condições de uso.
Bloco C	03 pavimentos de 450 m ²	Utilizado por vários Departamentos, o térreo conta com salas de aula destinadas ao Curso de Bacharelado em Administração. Já o primeiro andar é utilizado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural . Por fim, no segundo andar, há nove salas ocupadas por professores (compartilhadas) e grupos de pesquisa do DECON , do DECISO e do DADM.
Nupesq	01 pavimento de 300 m ²	Abriga salas de apoio a pesquisas desenvolvidas por DECON , DECISO e DEHIST, mas sua estrutura necessita de reforma em boa parte de suas salas.
CEGOE	Térreo, 1º e 2º andares	Espaço compartilhado com vários cursos de graduação. Abriga um auditório no térreo, áreas de WC, oito salas de aula no 1º andar (destinadas o DECON) e sala de seminários.
Biblioteca Central	Térreo, 1º e 2º andares	Com acervo na área de Ciências Econômicas e demais cursos da UFRPE.

Fonte: elaboração própria.

18.1 Laboratórios

Salienta-se que o DECON conta com um laboratório de informática. No entanto, este encontra-se em processo de reestruturação, visto que há apenas quatro máquinas funcionando e não há ponto de internet. Desta feita, é utilizado apenas para atividades acadêmicas dos discentes e não tem uso para prestação de serviço à comunidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

REFERÊNCIAS

BRASIL., Ministério da Educação. **Portarias**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/18977-portarias>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____, _____. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília: MEC/SES, 2010. 99 p.

_____, _____. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Resoluções**. Disponível em: <<http://seg.ufrpe.br/resolucoes>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____, _____. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **O livro dos 100 anos**: memorial fotográfico da UFRPE. Recife: UFRPE, 2013. 111 p.

_____. Presidência da República. **Portal da legislação**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DANTAS, J. A. M. O ensino de Economia no Brasil: velho tema e novas discussões. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 13, n. 17, p. 51-54, jun. 1998. Apud: NERY, F. R. B. **Um estudo sobre o papel da “monografia para economistas” no contexto do currículo de Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Educação, 2006. 241 p.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

APÊNDICE A

REGULAMENTO DE TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória, requisito para a conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Essa atividade está apresentada na matriz curricular sob o formato da disciplina Monografia (360 h) ou Estágio Supervisionado/Relatório de Estágio (360 h), as quais pertencem ao Ciclo Formação Profissional Pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso. A monografia/relatório de estágio constitui um trabalho individual, apresentado perante uma Banca que será composta por três professores em período previamente estabelecido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC) em calendário no início de cada semestre letivo.

1.1 Objetivos do Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso tem por objetivo geral exercitar o bacharelado nas práticas e condutas de pesquisa científica, bem como na formatação e apresentação de trabalhos acadêmicos. Tal objetivo deve se realizar na produção de um projeto de pesquisa e de uma monografia ou relatório de estágio.

Com relação aos objetivos específicos, podem ser elencados:

- Desenvolver habilidade para trabalhar em conjunto, através da prática da orientação, em que se estabelecem diálogos entre professor/orientador e estudante/orientando;
- Exercitar o gerenciamento do tempo de trabalho e o cumprimento de prazos;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Desenvolver capacidade de produção autoral;
- Desenvolver capacidade de argumentação oral.

1.2 Orientação Acadêmica

A orientação acadêmica de monografia/estágio supervisionado do Bacharelado em Ciências Econômicas constitui atividade docente com computação de carga horária e declaração da Coordenação do Curso. Poderá orientar docente efetivo da UFRPE, lotado no Departamento de Economia ou em quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Bacharelado em Ciências Econômicas. Em casos excepcionais, a decisão será da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC).

A orientação acadêmica é um contrato entre orientando e orientador que tem como objetivo a produção de dois trabalhos acadêmicos, a saber: o projeto de pesquisa e a monografia/relatório de estágio. Tal contrato é firmado formalmente, entre as partes interessadas, através de documento padrão disponível na Coordenação do Curso. É necessária a entrega do contrato e do projeto de pesquisa até o prazo máximo de 30 dias após o início do semestre letivo. Alunos que se matricularem na disciplina e não entregarem o contrato e o projeto de pesquisa, não poderão defender a monografia/relatório de estágio naquele semestre. Casos extraordinários deverão ser analisados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC).

Qualquer das partes pode desfazer o contrato, desde que a outra parte seja comunicada primeiramente e depois se proceda à comunicação bilateral à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, por escrito. Caso o orientando não apresente as devidas atividades à CTCC, esta deverá informar ao orientador e realizar as devidas punições, conforme tratado nas normas da disciplina.

A expectativa é que a proposta de parceria para orientação surja do estudante, uma vez que, ao longo das disciplinas do Curso, este terá contato com vários professores e

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

suas temáticas de estudo. Desse modo, a Coordenação do Curso, os Supervisores de Áreas e os grupos de estudo e pesquisa atuarão como incentivadores para que o estudante, ao entrar no ciclo básico do Curso, comece a amadurecer seus interesses de pesquisa e desenvolva afinidades com linhas e projetos de pesquisa de forma que professores/pesquisadores possam vir a lhe orientar.

2 NORMAS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem como finalidade normatizar as atividades acadêmicas relacionadas com o Trabalho de Conclusão do Curso do currículo mínimo do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/Sede).

SEÇÃO II – DA DEFINIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O trabalho final do Curso pode ser constituído de uma monografia ou do estágio supervisionado/relatório de estágio.

Parágrafo Único: O trabalho final de curso é uma atividade de natureza acadêmica que pressupõe a alocação de parte do tempo de trabalho dos professores do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, na atividade de orientação teórica, metodológica e empírica dos alunos.

Art. 3º A disciplina Monografia é uma atividade do currículo mínimo do Curso de Ciências Econômicas e consiste na formulação de um projeto de pesquisa e no seu desenvolvimento, na forma de um trabalho escrito e individual de pesquisa,

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

elaborado sob a orientação de um professor do Departamento de Economia, ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas.

Art. 4º O objetivo geral da disciplina Monografia é o de propiciar ao aluno a oportunidade de elaborar um trabalho escrito, de acordo com as normas técnicas e com os princípios e práticas da pesquisa científica em Economia. Nas pesquisas de caráter teórico e aplicadas tem-se como finalidade aproximar o aluno da bibliografia especializada, induzindo-o à leitura, à atualização e ao aprimoramento de seu senso crítico e de interpretação. A monografia deve familiarizar o aluno com as fontes de informação mais importantes da economia e favorecer o desenvolvimento da capacidade de expor argumentos econômicos, de maneira clara, articulada, pertinente, consistente, lógica e, formalmente, correta.

Parágrafo Único: Os trabalhos escritos que se resumam a simples compilação de relatórios de projetos de pesquisa, bolsas, diagnósticos e similares não serão aceitos como substitutos da monografia.

Art. 5º O estágio curricular não obrigatório com relatório final escrito poderá ser validado como substituto da monografia. Mas, o relatório deverá ser apresentado no modelo estabelecido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: Os alunos que optarem pela realização do Estágio Não Obrigatório serão supervisionados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

terão as mesmas obrigações elencadas para aqueles alunos matriculados na Disciplina Monografia.

SEÇÃO III – DA COMISSÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º Compete ao Colegiado de Coordenação Didática (CCD) designar 6 (seis) professores para comporem uma Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, que devem ser indicados no final do semestre letivo, após as defesas das monografias e relatórios de estágio, por um período de 1 (um) semestre, podendo ser reconduzido por mais um semestre.

§ 1º Apenas professores do Departamento de Economia – DECON poderão integrar a Comissão de Trabalho Conclusão de Curso (CTCC)

§ 2º A carga horária da disciplina Monografia será dividida entre os membros da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 7º São atribuições da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso:

- Zelar pelo cumprimento das normas de monografia e do estágio supervisionado/relatório de estágio;
- Supervisionar os projetos aprovados para evitar duplicação ou repetição temática;
- Indicar professor orientador a alunos que estejam sem professor orientador;
- Informar periodicamente à Coordenação do Curso o andamento das atividades relacionadas à monografia ou estágio supervisionado/relatório de estágio;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Designar, no início do semestre letivo, o calendário de atividades a serem desenvolvidas no semestre;
- Realizar reuniões mensais com os alunos matriculados em Monografia ou Estágio Supervisionado/Relatório de Estágio e, se necessário, com o orientador;
- Compor Banca Examinadora ao final de cada semestre;
- Julgar os casos omissos.

Art. 8º A Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso contará com o suporte da Coordenação do Curso para o desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO IV – DOS PRÉ-REQUISITOS E DO PROJETO

Art. 9º Os pré-requisitos das disciplinas Monografia ou Estágio Supervisionado/Relatório são os seguintes: integralização de pelo menos 60% dos créditos necessários à conclusão do Curso de Ciências Econômicas da UFRPE, e entrega do projeto à Comissão de TCC, em até 30 dias após o início do semestre letivo de defesa da monografia.

§ 1º O projeto de monografia ou estágio supervisionado/relatório de que trata o *caput* deste artigo deve estar devidamente assinado pelo professor.

§ 2º A assinatura do professor orientador no projeto de monografia ou estágio supervisionado/relatório pressupõe a sua concordância em assumir a orientação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Art. 10. Caberá à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso supervisionar os projetos aprovados, para evitar duplicação ou repetição temática. Caso isto ocorra, os projetos serão devolvidos aos seus autores para as devidas reformulações.

SEÇÃO V – DO CONTEÚDO E DA FORMA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11. A monografia ou o relatório de estágio supervisionado podem ser apresentados no formato previsto pela ABNT ou, ainda, no formato de um artigo científico.

Art. 12. A monografia ou relatório de estágio deverão ser elaborados de acordo com os seguintes requisitos, quanto ao conteúdo:

- O tema deverá ter vinculação direta com as Ciências Econômicas. Cada trabalho deverá inserir-se em uma das áreas de conhecimento das Ciências Econômicas, conforme as áreas do CNPq.
- O desenvolvimento do tema deverá constituir-se de análises, avaliações, comparações, críticas e discussões, conclusões e generalização de conhecimentos.

Art. 13. A monografia ou relatório de estágio deverão estar constituídos dos seguintes componentes: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

§ 1º Obrigatoriamente, a monografia/relatório de estágio deverá conter os elementos pré-textuais que se constituem dos seguintes itens (em ordem de apresentação):

- Capa: deve conter nome da instituição, curso, autor, título do trabalho, cidade e ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Folha de rosto: deve apresentar nome do autor, título, cidade e ano, e uma breve nota descritiva, que deve conter o objetivo do trabalho e o nome do orientador.
- Ficha catalográfica: deve ser inserida no verso da Folha de Rosto.
- Folha de avaliação: deve apresentar espaço para expor a nota e os nomes dos professores membros da Banca Examinadora.
- Agradecimentos: espaço para o discente agradecer e/ou prestar homenagens a todos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.
- Resumo: texto de 150 a 500 palavras que sintetiza, em um único parágrafo, as ideias do trabalho. Este deve ser escrito em língua portuguesa e em língua inglesa, acompanhado de, no mínimo, três palavras-chaves.
- Lista de ilustrações: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de tabelas e quadros: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de anexos: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Lista de apêndices: elemento opcional que deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu título específico, acompanhado do respectivo número da página.
- Sumário: título dos capítulos e das seções com os respectivos números das páginas.

§ 2º O corpo da monografia ou relatório de estágio (elementos textuais) poderá ser apresentado em diversos capítulos, entre os quais: um introdutório

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

(apresentação do tema, objetivos, metodologia e da estrutura de desenvolvimento da monografia); um ou mais capítulos referentes ao desenvolvimento teórico, analítico, de resultados, etc.; e um capítulo de conclusão. A redação dos capítulos deverá respeitar as normas de produção de textos técnico-científicos relativamente às citações e às notas, conforme as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 3º Os elementos pós-textuais serão compostos pelas referências, anexos e apêndices.

§ 4º A monografia deverá ser digitada em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento de 1,5 entre as linhas, impressa em folha tamanho A4 e encadernada para a entrega à Banca Examinadora. As margens da folha deverão ser de 3 cm nas margens superior e esquerda e de 2 cm nas margens inferior e direita.

Art. 14. O aluno que apresentar artigo científico completo, com aceitação definitiva, em revista científica com corpo editorial, pode aproveitá-lo como substituto da monografia, sendo exigida a defesa do artigo.

Parágrafo Único: O artigo deverá ser apresentado no seguinte formato: máximo de 20 páginas, incluindo as referências bibliográficas e anexos, tamanho do papel no formato A4, fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento simples entre as linhas, margens laterais em pelo menos 1,5 cm, margens inferior e superior em pelo menos 2 cm, resumo em português e inglês, e classificação JEL do trabalho.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SEÇÃO VI – DOS ORIENTADORES E DOS ORIENTANDOS

Art. 15. A elaboração do projeto e o desenvolvimento da monografia/relatório de estágio supervisionado serão orientados por professor do Departamento de Economia ou de quaisquer Departamentos Acadêmicos, desde que tenha atuado em disciplina do Curso ou sua área de lotação ofereça disciplina no Curso de Ciências Econômicas. Os orientadores serão de livre escolha dos discentes.

Parágrafo Único: O professor tem liberdade de escolher aceitar ou não o discente como orientando.

Art. 16. O professor que, por motivos legais, ficar impedido de prosseguir ou desistir da orientação de seus orientandos deverá comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

§1º Nos casos de rompimento do acordo de orientação, caberá à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso julgar se as atividades desenvolvidas até aquele momento permitem substituição de orientação sem prejuízo para o aluno.

§2º Nos casos em que a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso julgar inviável a conclusão do trabalho no prazo remanescente, o aluno estará reprovado.

Art. 17. O professor deve observar a frequência dos alunos nas reuniões com a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Art. 18. Cada professor assumirá, no máximo, até 3 (três) orientações de monografia e relatório de estágio supervisionado por semestre. Em casos excepcionais, o professor deverá solicitar à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso a anuência formal para mais orientandos.
- Art. 19. A designação dos professores orientadores será realizada através de um processo de livre escolha entre alunos e professores.
- § 1º Caso o aluno não consiga um professor orientador, a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso fará a indicação, observando a carga de orientação de monografias de cada professor.
- § 2º A indicação dos professores orientadores deverá atender à área de interesse dos professores.
- Art. 20. A responsabilidade pelo resultado final do trabalho final do Curso é do aluno que o elaborou, o que não exime o professor orientador de desempenhar as suas atribuições acadêmicas.
- Art. 21. Os alunos em fase de elaboração da monografia/relatório de estágio terão, junto à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, os seguintes deveres:
- Comparecer às reuniões convocadas pela CTCC, bem como as convocadas pelo seu orientador para fazer jus à frequência mínima da disciplina Monografia ou Relatório de Estágio. As frequências e as faltas deverão ser registradas pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e o professor orientador, em formulário próprio;

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

- Comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, as mudanças de projeto ou de professor orientador, se houver.
- Cumprir com o calendário divulgado pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso para a entrega do projeto e da versão final da monografia;
- Procurar a Coordenação da Biblioteca Central para a emissão da ficha catalográfica da monografia.
- Apresentar a versão final de sua monografia ou relatório de estágio supervisionado de acordo com o presente regulamento em meio digital para a Comissão de Trabalho de Conclusão Curso, de acordo com o calendário vigente.

Art. 22. A versão final da monografia ou relatório de estágio supervisionado deverá ser entregue em 3 (três) cópias físicas e/ou em meio digital para os membros da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 23. O orientador é responsável pela verificação do plágio, antes da submissão à Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso. Caso a Comissão detecte a existência do plágio, o aluno será sumariamente reprovado com nota zero na disciplina.

Art. 24. O prazo final para depósito da monografia ou relatório de estágio supervisionado será definido de acordo com o calendário acadêmico da UFRPE.

Art. 25. O prazo para a realização da defesa da monografia ou relatório de estágio supervisionado será definido pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme calendário pré-estabelecido.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- Art. 26. Após a defesa, o aluno terá 5 (cinco) dias para entregar uma nova versão digital e uma versão em capa dura.
- Art. 27. Os professores orientadores terão, junto à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, as seguintes obrigações referentes ao processo de desenvolvimento da monografia:
- Entregar, semestralmente, a lista de frequência da disciplina Monografia ou Estágio Supervisionado/Relatório de Estágio, devidamente assinada;
 - Assinar o projeto e a versão final da monografia/relatório de estágio de seus orientandos nos prazos definidos pela CTCC;
 - Receber seus alunos-orientandos;
 - Preencher e assinar, junto com os demais membros da Banca Examinadora, a ficha de avaliação da monografia ou relatório de estágio supervisionado;
 - Comunicar, por escrito, à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, a desistência ou o impedimento de orientar o aluno.

SEÇÃO VII – DA AVALIAÇÃO

- Art. 28. A versão final da monografia ou relatório de estágio supervisionado será julgada por uma Banca Examinadora e de acordo com este regulamento.
- § 1º A Banca será composta por três membros nomeados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, a qual será presidida pelo professor orientador.
- § 2º A Banca será formada pelo professor orientador e dois componentes da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso ou pelo orientador, um

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

componente da Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso e outro participante indicado pelo orientador.

Art. 29. A Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso divulgará o seu calendário semestral, de acordo com o calendário acadêmico da UFRPE, no início do semestre. O calendário fixará as datas para entrega das monografias ou relatório de estágio supervisionado, designação das Bancas e data limite para defesa oral e determinação dos resultados. A Comissão de Trabalho de Conclusão do Curso dará conhecimento do seu calendário à Coordenação do Curso.

Art. 30. Se a entrega e defesa oral da monografia ou relatório de estágio supervisionado não forem realizadas no período determinado pelo calendário acadêmico, esse fato resultará em reprovação. As disciplinas Monografia ou Estágio Supervisionado/Relatório de Estágio são reguladas pelo limite de tempo de conclusão e de quantidade de reprovações, onde os discentes poderão ser penalizados, conforme a Resolução UFRPE/CEPE nº 154, de 22 de maio de 2001.

Parágrafo Único: As monografias ou relatórios de estágio supervisionado entregues à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso após os prazos estipulados pelo calendário em curso serão examinados de acordo com as datas estabelecidas no calendário do semestre letivo seguinte e o discente deverá fazer uma nova matrícula na disciplina.

Art. 31. Após o recebimento dos trabalhos, a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso divulgará a composição das Bancas, conforme sugestão do orientador, e a data para defesa oral em local e horário previamente fixado e divulgado pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, em sessão aberta ao público.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

- § 1º O tempo de defesa é de, no máximo, 20 (vinte) minutos.
- § 2º Somente os membros da Banca Examinadora poderão arguir o discente após sua apresentação.
- § 3º Concluída a sessão de defesa e arguição, a Banca Examinadora se reunirá isoladamente para proceder ao julgamento da monografia ou relatório de estágio supervisionado.
- Art. 32. O julgamento da monografia ou relatório de estágio supervisionado será efetuado individualmente por cada membro da Banca Examinadora e dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:
- Criatividade e importância do trabalho no âmbito das Ciências Econômicas;
 - Conteúdo técnico-científico;
 - Apresentação e redação.
- Art. 33. O discente que obtiver nota menor que 7,0 (sete) ou que uma das notas de algum dos membros da Banca Examinadora seja zero, terá seu trabalho de monografia ou relatório de estágio supervisionado reprovado.
- Art. 34. A atribuição da nota final dar-se-á pelo cálculo da média das notas atribuídas por cada membro da Banca Examinadora em sua ficha de avaliação.
- Art. 35. As monografias ou relatórios de estágio aprovados serão colocados à disposição do público em geral, através dos canais de publicação e divulgação institucionais.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, mediante parecer da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA PROJETO DE PESQUISA

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AUTOR(A)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Não pode ser o assunto: escolha um título atraente para o trabalho, que esteja relacionado com o que está se estudando.

Local: mês e ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AUTOR(A)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA

Projeto de pesquisa apresentado pelo(a) aluno(a)
COLOCAR NOME COMPLETO DO(A) ALUNO(A)
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Rural de Pernambuco –
UFRPE, sob a orientação do(a) **Professor(a)**
COLOCAR TITULAÇÃO E NOME COMPLETO
DO(A) PROFESSOR(A).

Local: mês e ano.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SUMÁRIO

1. Problemática	pg
2. Hipóteses	pg
3. Objetivos	pg
3.1 Objetivo Geral	pg
3.2 Objetivos Específicos	pg
4. Justificativa	pg
5. Referencial Teórico	pg
5.1 Seção I	pg
5.2 Seção II	pg
6. Metodologia	pg
7. Cronograma	pg
Referências	pg
Anexo	pg
Apêndice	pg

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

1. Problemática

Nesta página, deve-se apresentar o contexto no qual o problema da pesquisa está inserido. Deve-se lembrar que a função desta parte do TCC é justamente situar o problema que se deseja estudar. Sugere-se elaborar um texto partindo do geral para o específico e, ao final, apresentar em negrito seu problema para destacá-lo.

O texto deve ser elaborado com lógica (começo, meio e fim) e é preciso apresentar evidências (demonstrar que o problema existe: onde e como). Além disso, cópias não são admitidas! Assim, deve-se escrever um texto baseado nas informações que você possui, apresentando dados, citações e evidências que comprovem a existência daquilo que se deseja pesquisar.

Sugere-se ainda escrever um texto com no mínimo uma página, não se admitindo uma problemática com menos que isso.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

2 Hipótese

A hipótese ou hipóteses da pesquisa são respostas provisórias a questão da pesquisa. Por isso, deve-se analisar bem sua questão e tentar estabelecer uma relação de causa e efeito para a hipótese de trabalho.

Além disso, deve-se lembrar que a hipótese precisa ser clara, objetiva e exequível, bem como precisa ter relação com a pergunta elaborada na seção anterior.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

3. Objetivos

3.1 Objetivo geral

Exprime o que se deseja com o trabalho, especificamente com a questão. Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto. Deve iniciar com um verbo de ação, no infinitivo. Como sugestão, pode-se utilizar a própria questão, antecedida de um verbo que exprima o que se deseja fazer.

3.2 Objetivos específicos

Diz respeito a como atingir o objetivo geral e também é expresso em verbos no infinitivo. Apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicar este a situações particulares.

Sugere-se a construção de, no máximo, três objetivos específicos, não se esquecendo de que estes precisam contemplar as variáveis presentes na hipótese.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

4. Justificativa

A justificativa consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa.

Deve enfatizar: i) o estágio em que se encontra a teoria respeitante ao tema; ii) as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer, como confirmação geral, confirmação na sociedade particular em que se insere a pesquisa, especificação para casos particulares, clarificação da teoria, resolução de pontos obscuros etc.; iii) a importância do tema do ponto de vista geral; iv) a importância do tema para casos particulares em questão; v) possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto; e vi) a experiência ou relação do pesquisador em relação ao que se está estudando.

A justificativa difere da revisão da bibliografia e, por este motivo, não apresenta citações de outros autores. Além disso, a justificativa não deve ultrapassar duas páginas, porém não pode ter menos de uma.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

5. Referencial teórico

O referencial teórico é o trecho da monografia onde o autor, com suas próprias palavras, reproduz os conhecimentos já existentes na literatura e serão fundamentais para o entendimento do estudo realizado.

A ciência lida com conceitos, isto é, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenômenos perceptíveis na natureza, no mundo psíquico do homem ou na sociedade, de forma direta ou indireta. Para que se possa esclarecer o fato ou fenômenos que se está investigando, de forma não ambígua, é necessário defini-lo com precisão.

Os termos precisam ser especificados para a compreensão de todos. Para definir esses termos, é preciso observar quais são os conceitos dentro da questão, das hipóteses e dos objetivos que devem ser esclarecidos e discutidos no trabalho. Para fazer isso, é necessário saber quais são os autores que discutem esses termos.

Deve-se ainda lembrar de fazer referência às ideias desses autores, conforme orientam as normas da ABNT. Cuidado com os plágios! Outro lembrete importante é que cada conceito ou termo que for necessário discutir deve ser feito através de seções, ou seja, criar subtítulos que expressem o que se quer discutir com aquele conceito. Por fim, deve-se lembrar que não existe referencial teórico sem citação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

6. Metodologia

Metodologia é o conjunto de métodos e técnicas utilizados para a realização de uma pesquisa. Nessa etapa, o pesquisador indica como pretende executar a pesquisa.

Existem duas abordagens de pesquisa: a qualitativa, quando enfoca a interpretação do fenômeno estudado, dando mais importância ao contexto do objeto pesquisado e à aproximação do pesquisador ao fenômeno; e a quantitativa, quando testa hipóteses através de medidas objetivas e numéricas (as hipóteses e as medidas devem ser definidas rigorosamente). Porém é possível abordar o problema da pesquisa utilizando as duas formas.

O pesquisador deve apresentar o método a ser utilizado para a execução da pesquisa. Conforme área de atuação, utilizar os seguintes:

6.1 Local da pesquisa

Descrever o local onde será realizada a pesquisa, características etc.

6.2 Sujeitos da pesquisa

Definir quem são os sujeitos da pesquisa, quantos, quais os critérios de escolhas para seleção destes sujeitos etc.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

6.3 Instrumentos de coleta de dados

Coleta de dados: são os instrumentos específicos que ajudam no alcance dos objetivos almejados. As técnicas de coleta mais comuns são: i) questionários, instrumento de coleta que dispensa a presença do pesquisador; ii) formulários, instrumento de coleta de dados com a presença do pesquisador; e iii) entrevistas, sendo estruturadas ou não estruturadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

7. Cronograma

Atividade	Mês 01	Mês 02	Mês 03

Organizar as atividades a desenvolver no decorrer da pesquisa e estipular o cronograma de realização.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Referências

Todo documento citado no texto deve ser descrito neste espaço, conforme as normas da ABNT.

Exemplo:

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Anexo

Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

Os anexos são elementos pós-textuais nos quais o autor apresenta um conteúdo que não foi confeccionado por ele. São exemplos de anexo: formulários de pesquisa, resultados de pesquisas alheias, normas, catálogos, mapas, fotografias cedidas etc.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Apêndice

Texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.

Os apêndices são os elementos pós-textuais nos quais o autor apresenta o conteúdo que ele mesmo compôs, mas não considerou oportuno adicioná-lo no texto. São infundáveis os conteúdos que podem vir em apêndices. Alguns exemplos são: formulários de pesquisa, respostas de questionários, memorial de cálculo, detalhes de projeto etc.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA TCC

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AUTOR(A)

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

Não pode ser o assunto: escolha um título atraente para o trabalho, que esteja relacionado com o que está se estudando.

Local: mês e ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AUTOR(A)

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo(a) aluno(a) **COLOCAR NOME COMPLETO DO(A) ALUNO(A)** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do(a) **Professor(a) COLOCAR TITULAÇÃO E NOME COMPLETO DO(A) PROFESSOR(A)**.

Local: mês e ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

TÍTULO DO TCC: subtítulo (*se houver*)

AUTOR(A)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota ____ apresentado em
____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.(a) Titulação Nome do(a) Orientador(a)

1º Examinador: Prof.(a) Titulação Nome do(a) examinador(a)

2º Examinador: Prof.(a) Titulação Nome do examinador(a)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Dedicatória

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

AGRADECIMENTOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Epígrafe

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RESUMO

ABSTRACT

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LISTA DE TABELAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LISTA DE QUADROS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	pg
2.	Referencial Teórico.....	pg
2.1	Seção I.....	pg
2.2	Seção II.....	pg
3.	Metodologia.....	pg
3.1	Seção I.....	pg
3.2	Seção II.....	pg
4.	Resultados e discussão.....	pg
4.1	Seção I.....	pg
4.2	Seção II.....	pg
5.	Conclusões.....	pg
	Referências.....	pg
	Anexo.....	pg
	Apêndice.....	pg

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE D

QUADRO DE SUGESTÃO PARA AVALIAÇÃO DO TCC E DE SUA APRESENTAÇÃO

Sobre o TÍTULO

<i>Descreve adequadamente o conteúdo?</i>	<i>É claro?</i>	<i>É longo demais?</i>
() Sim	() Sim	() Sim) (sugira novo título abaixo)
() Não	() Não	() Não
Sugestão de título (se pertinente):		

Sobre o RESUMO

<i>Possui resumo?</i>	<i>Inclui objetivos, métodos, resultados e conclusões?</i>	<i>É longo demais?</i>
() Sim	() Sim	() Sim
() Não	() Não	() Não

Sobre a REVISÃO DE LITERATURA

<i>Descreve o estado atual de conhecimento sobre o assunto?</i>	<i>Abrange títulos e autores clássicos e atuais?</i>	<i>Está bem organizada?</i>	<i>Justifica os objetivos?</i>
() Sim	() Sim	() Sim	() Sim
() Não	() Não	() Não	() Não

<i>Os objetivos são claros?</i>	<i>Os estudos são mencionados criticamente?</i>	<i>A redação é boa?</i>	<i>Cita artigos de revistas científicas suficientes?</i>
() Sim	() Sim	() Sim	() Sim
() Não	() Não	() Não	() Não

Sobre a METODOLOGIA

<i>É descrita adequadamente?</i>	<i>Faltam informações?</i>	<i>Inclui considerações éticas?</i>
() Sim	() Sim	() Sim () Não
() Não	() Não	() Não se aplica

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Sobre os RESULTADOS/DISCUSSÃO

<i>Relacionam-se com a metodologia adotada?</i>	<i>São apresentados claramente?</i>	<i>Cabe mais análise?</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

<i>Relacionam-se com os objetivos?</i>	<i>Relacionam-se com a revisão de literatura?</i>	<i>Apontam limites do trabalho?</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

Sobre as CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

<i>São claras?</i>	<i>São relevantes?</i>	<i>Relacionam-se com o caso estudado?</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

Sobre as REFERÊNCIAS

<i>São pertinentes?</i>	<i>São atualizadas?</i>	<i>São suficientes?</i>	<i>A formatação é adequada</i>
() Sim () Não			

Sobre REDAÇÃO E FORMATAÇÃO

<i>O texto obedece ao tamanho máximo exigido?</i>	<i>Há coerência e clareza?</i>	<i>As seções dividem adequadamente o texto?</i>	<i>É necessária uma revisão ortográfica e gramatical?</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

<i>Legendas e títulos de tabelas, ilustrações e afins são adequados?</i>	<i>Fontes de tabelas, ilustrações e afins são mencionados no corpo do texto?</i>	<i>Tabelas, ilustrações e afins são pertinentes?</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

Sobre APRESENTAÇÃO

<i>Clareza e propriedade no uso da linguagem?</i>	<i>Domínio dos conteúdos</i>	<i>Comunicação/clareza/objetividade</i>
() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

APÊNDICE E

**PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UFRPE/SEDE**

1 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação como um processo participativo, inclui a análise não só do produto, mas, especialmente, da metodologia e, ainda, dos próprios instrumentos avaliativos. Nesse processo, busca-se melhorar a qualidade do curso, aperfeiçoar o processo de formação dos estudantes e ampliar o autoconhecimento institucional sobre as condições e as oportunidades para o desenvolvimento do mesmo.

Seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e das exigências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), faz-se necessário, nas avaliações externas do curso, que o Bacharelado em Ciências Econômicas se reconheça em suas fragilidades e potencialidades. Desse modo, o INEP/MEC, através de suas Notas Técnicas nº 14/2014 e nº 8/2015, preconizam que os resultados da autoavaliação institucional sistematizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) devem auxiliar o processo de autoavaliação dos cursos de graduação.

Assim, as avaliações pertinentes ao Bacharelado em Ciências Econômicas referem-se a: Acompanhamento de Indicadores Institucionais, Diagnóstico Acadêmico Discente/Docente, Avaliação do Curso e Acompanhamento da Adequação aos Padrões de Qualidade dos Cursos Superiores do MEC. Essas atividades de avaliação ficarão a cargo da

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Coordenação do Curso, que as planejará conjuntamente com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado de Coordenação Didática.

1.1 Programa de Autoavaliação do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE/Sede

A autoavaliação no curso pretenderá ampliar o autoconhecimento e favorecer a tomada de decisão. Dessa maneira, o autoconhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os efeitos das situações verificadas e permitindo que o curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o curso desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado na avaliação interna da UFRPE, o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões e das relações didáticas, pedagógicas e acadêmicas. Ademais, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos e alternativas.

Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, julgar e sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

Dessa forma, serão consideradas as percepções, as preocupações, as construções e os valores dos envolvidos na avaliação, tais como a integridade e a privacidade, para garantir a participação ampla na elaboração de métodos e abordagens do processo. Assim, esse programa procurará adequar-se à realidade do curso, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não punição, reconhecimento e valorização, compromisso, sistematização e continuidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Para que haja legitimidade, será necessário haver um acordo entre os membros da comunidade acadêmica, com relação à institucionalização do processo de avaliação e aos critérios adotados. Por participação, entende-se a atuação de todos os segmentos do curso nas fases do processo de avaliação. Integração constitui a incorporação dos esforços e das experiências existentes na avaliação institucional global. Os princípios da não punição, do reconhecimento e da valorização substituem o conceito de “caça” aos autores de eventuais equívocos, pela identificação de falhas e das formas de corrigi-las. Compromisso, por sua vez, constitui o empenho individual e coletivo em busca do melhor para o curso e, finalmente, os princípios de sistematização e continuidade da avaliação são formas de se garantir a reflexão e, sempre que necessária, a redefinição de objetivos e metas a serem atingidas.

Tem-se como 1) **objetivo geral** desta proposta de autoavaliação do curso: acompanhar e avaliar o curso, fomentando a melhoria permanente e a pertinência das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e 2) **objetivos específicos**: diagnosticar as atividades acadêmicas; avaliar a gestão do curso; repensar objetivos e modos de atuação, considerando um curso mais adequado ao momento histórico; e identificar e recomendar mudanças necessárias, no sentido de contribuir com o aperfeiçoamento do mesmo.

1.2 Metodologia de Avaliação

Aqui são apresentados os critérios de avaliação a serem adotados pelo curso, a fim de buscar uma melhoria contínua. Serão considerados para fins de autoavaliação o desempenho discente, a avaliação discente-docente, a avaliação externa da instituição e do curso, a taxa de sucesso do curso, a avaliação dos egressos e sua percepção em relação ao curso.

1.2.1 Avaliação Externa do Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu SINAES, o qual, conforme descrito no §1º de tal legislação, tem como finalidade:

[...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior. Por meio da valoração de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional [...].

Para atingir as finalidades elencadas, o SINAES propõe mecanismos externos e internos para avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho do corpo docente; devendo tais mecanismos subsidiar as estratégias de planejamento da Instituição. Nesse sentido, as avaliações devem servir para fins de planejamento e para melhoria contínua da instituição e dos cursos de graduação.

O INEP é o órgão responsável pela geração de indicadores externos de avaliação dos cursos de graduação. A Portaria Normativa MEC/INEP nº 40-INEP, de 29 de dezembro de 2010, ressalta que os Cursos de Ensino Superior serão periodicamente avaliados e em seu Art. 33-A destaca que: “As avaliações do ciclo avaliativo serão orientadas por indicadores de qualidade e gerarão conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo INEP [...]”.

Sobre os indicadores gerados, a mesma Portaria, em seu art. 33-B, ressalta:

São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC [...]:
I – de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) [...];
II – de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) [...];
III – de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

Os resultados do processo avaliativo do INEP, mensurados através do CPC, IGC e ENADE, permitem verificar se os resultados são satisfatórios, ou seja, não sendo necessária a

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

visita *in loco* no próximo ciclo avaliativo do INEP. Adicionalmente, os resultados permitem também o confronto do desempenho de alunos/instituição vinculados ao Curso de Ciências Econômicas com aquele apresentado em outros cursos de graduação em Economia.

1.2.2 Avaliação Institucional Interna

Para atender à solicitação do Ministério da Educação e avaliar as condições dos cursos foi implementada na UFRPE a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Portaria UFRPE/GR nº 313, de 14 de junho de 2004, e tem como principal atividade o estabelecimento de mecanismos que permitam a geração de indicadores de avaliação internos.

De acordo com a normativa do SINAES, a avaliação institucional é realizada pela CPA, que deve coordenar os processos internos de avaliação institucional com o objetivo de sistematizar informações advindas de pesquisas avaliativas, as quais visam fornecer subsídios para o processo de planejamento da Universidade e dos cursos de graduação.

Na publicação da Nota Técnica nº 14/2014-CGACGIES/DAES/INEP/MEC, a qual descreve orientações sobre o novo instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES, o ciclo avaliativo considera cinco eixos: 1. Planejamento e avaliação institucional; 2. Desenvolvimento institucional; 3. Políticas acadêmicas; 4. Políticas de gestão; 5. Infraestrutura. Esses eixos avaliativos nos levam a uma evolução do processo de avaliação, que é o planejamento institucional. Esse novo instrumento expressa a relação que deve existir entre avaliação e planejamento.

Assim, os dados e informações advindos do ciclo avaliativo da CPA, composta pelos cinco eixos, serão utilizados para fins de autoavaliação do curso, em especial, os eixos relacionados às Políticas Acadêmicas e à Infraestrutura. Esses resultados devem ser discutidos com a CPA/UFRPE nos encontros de autoavaliação do curso com o Núcleo

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Docente Estruturante (NDE) e com o Colegiado de Coordenação Didática (CCD) para que sejam utilizados no processo de planejamento do curso. Essa devolutiva dos resultados com a utilização de estratégias para o planejamento propicia uma cultura de autoavaliação eficaz, pois culmina em resultados que podem ser percebidos pela comunidade acadêmica.

1.2.3 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Com o objetivo de apresentar à sociedade os resultados das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) definiu alguns indicadores, por meio da Decisão Nº 408/2002-TCU, a serem incluídos no relatório de gestão das IFES. Dentre os indicadores tem-se a Taxa de Sucesso da Graduação (TSG).

A TSG possui a capacidade de explicitar problemas ou dificuldades no processo de formação na Universidade, além de desempenhar um importante papel na construção da Matriz Orçamentária. Esse indicador é calculado pela relação entre os alunos diplomados e os ingressantes.

A partir dos resultados da TSG, pode-se perceber, facilmente, a existência de problemas como evasão ou retenção nos cursos. Por isso, trata-se de um indicador importante para a realização de diagnósticos quanto às dificuldades encontradas pelos discentes para a finalização do curso de Ciências Econômicas.

A partir desse indicador é possível acompanhar a evolução do curso e, por meio da análise da série histórica desses indicadores, pode-se acompanhar a evolução de aspectos relevantes, o que pode indicar a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas ou mesmo a correção de eventuais disfunções. As informações gerenciais extraídas desse acompanhamento podem servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade e viabilizar o planejamento interno do curso (UFRPE. TSG, 2016).

Os dados extraídos da TSG podem ser utilizados pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) para identificação das retenções e dificuldades dos discentes para a finalização do curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1.2.4 Avaliação dos Egressos

A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Egressos (CAME), criada pela Resolução UFRPE/CONSU nº 263/2012, tem como objetivo desenvolver a política de acompanhamento e monitoramento dos egressos, levando em consideração as oportunidades de formação profissional e educação continuada, de inserção no mundo do trabalho e de implementação de ações institucionais para atender às exigências científicas, mercadológicas, econômicas e sociais.

Assim, a Comissão busca, a partir de suas avaliações, interagir com o egresso para obter informações sobre o curso finalizado na instituição. A cada ano, a CAME desenvolve um instrumento que busca identificar a visão desse ex-aluno, a partir da sua vivência acadêmica, sobre a relação entre ensino e mercado de trabalho, onde é possível avaliar a matriz curricular, a relação ensino/prática, dentre outros aspectos. Os resultados apresentados podem contribuir para a autoavaliação do curso para que as demandas do ex-aluno, que está no mercado de trabalho, sejam consideradas no planejamento interno do curso.

Tais avaliações também serão discutidas com o NDE e o CCD do curso para que os resultados apresentados possam ser aproximados do processo de planejamento.

1.2.5 Avaliação de Aprendizagem Discente

Em conjunto com os dados elencados no parágrafo precedente, serão utilizadas informações mais específicas dos discentes e docentes do Curso de Ciências Econômicas para identificar entraves e gargalos característicos do curso. Mais especificamente, serão montadas bases de dados fundamentadas em informações disponíveis no SIGA, calculando-

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

se os indicadores: índice de aprovação por disciplina; nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso no curso; índices de reprovação por faltas e por insuficiência de desempenho.

Para o acompanhamento de referidos indicadores nas disciplinas do curso, a COAA teria um papel fundamental, visto que sua principal função é acompanhar os alunos que apresentam dificuldades e que corram risco de ultrapassar o tempo limite para integralização do Curso.

Assim, a COAA ficará responsável pela análise semestral dos indicadores obtidos a partir da base de dados disponibilizada no SIG@, podendo, a seu critério, emitir pareceres e recomendações ao CCD do Curso. Para a geração de tais dados, a COAA utilizará da infraestrutura da Coordenação de Economia.

A partir desse conjunto de informações será possível verificar a evolução histórica do desempenho dos discentes por disciplina, por tipo de ingresso ou quaisquer outros aspectos que sejam identificados como relevantes. Referido conjunto permite, entre outras ações estratégicas: i) realizar diagnóstico acerca das disciplinas nas quais o corpo discente tem apresentado mais dificuldade para obter a aprovação; e ii) identificar disciplinas que requeiram a oferta de turma extra.

1.2.6 Avaliação Discente-Docente

Para a avaliação discente-docente serão estabelecidos critérios para evitar avaliações subjetivas e apontar o que deve ser melhorado. Os itens a serem avaliados referem-se às normas e políticas acadêmicas adotadas na Instituição, a saber: 1. Plano de ensino; 2. Prática de ensino; 3. Processos e critérios de avaliação; 4. Frequência e pontualidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O objetivo da avaliação discente-docente é garantir ao discente a qualidade do ensino e, ao docente, o resultado de sua prática didático-pedagógica, a fim de que as avaliações culminem em melhoria contínua do curso.

Os docentes serão avaliados individualmente, a cada semestre e a cada disciplina. Essa avaliação de desempenho ficará sob a responsabilidade do Comitê de avaliação designada entre os membros do CCD, a qual se responsabilizará pela elaboração, análise e atualização do questionário, assim como pela devolutiva (privada) ao docente, ao diretor e ao coordenador. Em casos extremos, as particularidades poderão ser discutidas com a gestão do curso na busca de estratégias de resolução.

O Comitê de avaliação discente-docente terá as seguintes atribuições:

1. Desenvolver ações, em conjunto com o CCD e o NDE, para sensibilizar os agentes envolvidos da necessidade de avaliação discente-docente;
2. Propor eventuais mudanças no questionário para avaliação discente-docente, o qual deverá ser apreciado pelo Pleno e, posteriormente, aprovado pelo CCD do Curso;
3. Verificar com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) a forma mais adequada de programar o processo autoavaliativo com uso do SIG@;
4. Sistematizar as respostas pertinentes a cada disciplina e enviar o relatório aos professores responsáveis pelas mesmas (a depender do sistema);
5. Elaborar relatório destacando os aspectos positivos e negativos identificados para o grupo de forma geral;
6. Apresentar os resultados gerais para os docentes envolvidos no processo avaliativo.

A seguir, a síntese do Programa de Autoavaliação do curso, onde serão apresentados os eixos avaliativos, a obtenção dos dados e responsáveis pela obtenção dos dados em cada eixo:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Quadro 1: Síntese do Programa de Autoavaliação BCE

Eixo avaliativo	Obtenção dos dados	Responsáveis
Avaliação externa do curso	CPC ICG ENADE	Coord. BCE
Avaliação institucional interna	Eixos avaliados pela CPA	Coord. BCE Encontros de Autoavaliação
Taxa de Sucesso da Graduação	TSG PROPLAN	Coord. BCE
Avaliação dos Egressos	Pesquisa com Egressos da CAME	Coord. BCE Encontros com a CAME
Avaliação de Aprendizagem discente	Índice de aprovação por disciplina Nível de retenção por disciplina e tipo de ingresso Índice de reprovação por falta ou por insuficiência de desempenho	COAA
Avaliação discente-docente	Questionário semestral por professor e por disciplina	Comitê de Avaliação - CCD

Fonte: elaboração própria.

1.3 Planejamento do Bacharelado em Ciências Econômicas

As informações levantadas na autoavaliação servirão de subsídio para o planejamento do Curso e do Departamento de Economia. Os pontos frágeis identificados deverão ser temas de discussão dentro das comissões que pensam a estrutura do curso (NDE/CCD), assim como na comissão que avalia o desempenho acadêmico discente (COAA).

No entanto, temas que apresentem significativa discrepância para o bom andamento e avaliação do curso podem e devem ser temas a serem discutidos nos Seminários

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Pedagógicos e de Planejamento. Esses seminários ocorrerão periodicamente e poderão compreender as seguintes temáticas:

- Planos de ensino
- Didática e avaliação de conteúdo
- Apresentação dos resultados dos processos avaliativos
- Discussão temática – entraves e discrepâncias
- Encontros de autoavaliação (Avaliação interna, CPA, CAME)
- Planejamento de atividades conjuntas: seminários de pesquisa/extensão, workshop de economia, semana do economista etc.

Esses seminários deverão ser planejados pela Coordenação do Curso e pela Comissão de Planejamento do Departamento de Economia. Esses espaços podem ser utilizados para apresentação das boas práticas e resultados positivos que contribuem para a melhoria contínua do curso.

Assim, nesse processo de avaliação e planejamento pretende-se, no cotidiano acadêmico do curso, implementar na sua prática a busca pela excelência na qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão, através dos resultados alcançados em suas avaliações externas e internas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/INEP. Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC Nº 14. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, 07/02/2014.

UFRPE. **Taxa de Sucesso na Graduação. Relatório 2016**. Disponível em >
<http://proplan.ufrpe.br/content/taxa-de-sucesso-na-gradua%C3%A7%C3%A3o-tsg> Acesso em: 20 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

APÊNDICE

MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DISCENTE-DOCENTE

1.A) Plano de Ensino – Nas Questões 1 e 2 Responda S (Sim) e N (Não)

Questões	Código/Nome da Disciplina				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
1. O Plano de Ensino foi entregue?					
2. O Plano de Ensino foi cumprido?					

1.B) Frequência e Pontualidade – Nas Questões 3 – 4 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	Código/Nome da Disciplina				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
3. Frequência do docente às aulas.					
4. Pontualidade do docente às aulas					

1.C) Prática de Ensino – Nas Questões 5 – 13 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	Código/Nome da Disciplina				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc.. 5
5. Clareza e objetividade.					
6. Procedimentos didáticos					

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

7. Adequação da metodologia de aprendizagem.					
8. Domínio do conteúdo pelo docente					
9. Importância da disciplina para formação profissional					
10. Transmissão do conteúdo pelo docente					
11. Adequação e atualização das fontes de consulta bibliográfica (livros, apostilas, artigos etc.)					
12. Disponibilidade e adequação das referências para a disciplina					
13. Relação entre teoria e prática					

1.D) Processos e Critérios de Avaliação – Nas Questões 14 – 17 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	Código/Nome da Disciplina				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
14. Adequação do conteúdo das avaliações aos objetivos da disciplina.					
15. Diversificação dos instrumentos avaliativos					
16. Registro da nota no SIGA					
17. Orientação do docente para superação dos erros cometidos nas avaliações.					

II – AUTOAVALIAÇÃO – Nas Questões 18 – 21 Responda E (Excelente); B (Bom); R (Regular); I (Insuficiente)

Questões	Código/Nome da Disciplina				
	Disc. 1	Disc. 2	Disc. 3	Disc. 4	Disc. 5
18. Estudo e faço as atividades exigidas pelo professor?					
19. Tenho apresentado um bom desempenho no curso?					

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

20. Sou assíduo às aulas?					
21. Sou pontual às aulas?					

III – COORDENAÇÃO – Nas Questões 22 – 23 Responda Sim (S) ou Não (N)

Questões	Sim	Não
22. Meios de comunicação da coordenação atendem aos discentes		
23. Resolução de problemas apresentados pelos discentes		